

Volume 01

DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL COM FOCO NA IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL



**Perfil Demográfico, Socioeconômico e Pesquisa
de Percepção com Crianças e Adolescentes**

DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES-MG COM FOCO NA IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL



VOLUME I
Perfil Demográfico, Socioeconômico e Pesquisa de Percepção
com Crianças e Adolescentes

1ª Edição

Ribeirão das Neves, 2020.

DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES-MG COM FOCO NA IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Volume 01

Idealização



PREFEITURA DE
RIBEIRÃO DAS NEVES

Realização



Financiamento



Programa de Erradicação
do Trabalho Infantil

Apoio



Ribeirão das Neves, 2020.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CPI) (CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Diagnóstico socioterritorial do município do
Ribeirão das Neves-MG com foco na identificação
do trabalho infantil / [equipe Painel Pesquisas e
Consultoria]. -- Joinville, SC : Painel Instituto
de Pesquisas, 2020.

Vários autores.

Obra em 2 v.

Bibliografia.

ISBN 978-85-93177-15-6

1. Ciências sociais 2. Direitos fundamentais -
Brasil 3. Estatística 4. Estatuto da Criança e do
Adolescente 5. Indicadores sociais - Brasil
6. Municípios - Brasil 7. Pesquisa - Metodologia
8. Políticas públicas 9. Ribeirão das Neves (MG) -
Descrição 10. Trabalho infantil - Brasil I. Painel
Pesquisas e Consultoria.

20-33338

CDD-304.6098151

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Ribeirão das Neves : Minas Gerais :
Diagnóstico socioterritorial : Trabalho
infantil : Ciências sociais 304.6098151

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CPI)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)**

Diagnóstico Socioterritorial do Município de Ribeirão das Neves-MG com foco na identificação do trabalho infantil

Volume 01

1ª Edição, Ribeirão das Neves, MG – Núcleo Criativo Paineis – 2020

20-33338

CDD-304.6098151

EQUIPE PAINEL PESQUISAS E CONSULTORIA

Coordenação Geral

Ermelinda Maria Uber Januário – Economista CORECON nº 2.556-9

Coordenação do Projeto

Fabiana Caetano – Advogada OAB/SC nº 54940 e Administradora CRA/SC nº 28080

Maria Helena Provenzano – Administradora CRA nº 27913 e Bacharel em Serviço Social

Análise Estatística

Fátima Mottin – Estatística CONRE nº 9013-A

Marcelo Nunes Paolillo – Engenheiro de Software

Equipe Técnica

Fabiana Caetano – Advogada OAB/SC nº 54940 e Administradora CRA/SC nº 28080

Felipe de Avila – Sistemas de Informação

Márcia Rosa - Economista

Rodolfo Uber Januário – Administração

Revisão Textual e Ortográfica

Margareth Victoria Kolb - Historiadora

Vanessa Cristina Leal Miranda – Letras Português/Inglês

Apoio Administrativo

Diana Maria Garbin - Administração

Ian Casas – Apoio

Identidade Visual

Isabela Bortoletto Bozzola – Designer Gráfico

Rafael Uber – Diretor de Arte e Diretor Cinematográfico (DRT n. 11048/48)

Município de Ribeirão das Neves

Gestão 2017/2020

Prefeito

Moacir Martins da Costa Júnior
Junynho Martins

Vice-prefeito

Vitório Filho Ribeiro
Vitório Júnior

Procurador-Geral do Município

Marcelo Fonseca da Silva

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania

Maria Gláucia Costa Brandão

Secretário Municipal de Administração

Túlio Martins Raposo

Secretária Municipal de Educação

Dolores Kícila Alves Carlos

Secretário Municipal de Esportes e Cultura

Erick Lucas da Fonseca

Secretário Municipal de Fazenda

Vitor Eustáquio Moreira Pereira

Secretário Municipal de Governo

Tharsis Bastos de Barros

Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

André Gustavo Diniz Matos

Secretário Municipal de Saúde

José Jacinto da Mota Júnior

Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes

Leinilson Marcos Barbosa Alves

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania

Maria Gláucia Costa Brandão

Assessor Especial

Rodinei Gonçalves Duarte

Equipe Técnica da Assessoria de Gestão do SUAS

Angelita Dias Costa Barbosa
Ely Fernandes Silva
Virgínia Maria de Castro Moraes

Superintendente de Planejamento e Gestão

Maria Silvanita Pereira Corrêa
Rafaella Barbosa dos Santos Gomes

Superintendente de Proteção Social Básica

Edmilson Souza Costa

Superintendente de Proteção Social Especial

Robenval Soares Lima

Referência Técnica do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI

Andreza Pollyanna do Carmo
Nascimento

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Ribeirão das Neves

Rodinei Gonçalves Duarte

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ribeirão das Neves

Ana Maria de Castro

Município de Ribeirão das Neves
Comissão de Acompanhamento do Diagnóstico

Assessoria de Gestão do SUAS

Angelita Dias Costa Barbosa
Virgínia Maria de Castro Moraes

Proteção Social Especial

Andreza Pollyanna do Carmo
Nascimento

Bráulio Alves Ferreira

Celso Alves Santos

Natália Cristina de Sousa Silva

Oliveira

Robenval Soares Lima

Rosangela Afonso Lima

Proteção Social Básica

Edmilson Souza Costa

Heglley Camila da Silva Andrade

Natália Lino Silva

Silvana Dutra de Rezende Santana

Supervisor de Programas

Eduardo do Carmo

Comunicação

Tiago Nicolas F. Guimarães

Secretaria Municipal de Educação

Gláucia R. Guimarães Loffi

Secretaria Municipal de Saúde

Michelle A. Gonçalves Vieira

Priscilla Andrade de Freitas

Rosimeire Rodrigues de Souza

**Conselho Tutelar de Ribeirão das
Neves**

Adelane do Carmo

Edna Angélica Gomes

Rosana Miranda

**Conselho Municipal de Assistência
Social**

Maria Catarina Lima Tavares

Rodinei Gonçalves Duarte

**Conselho Municipal dos Direitos da
Criança e do Adolescente**

Neide Maria de Castro

Criança não trabalha e nem atrapalha

Desde pequeno,

Busco fazer as coisas com esmero

Meus brinquedos, livros, sapatos, pedrinhas

Ajeito, empilho, guardo arrumadinhas

Aprendo aos poucos

As tarefas de casa

Enxugo a louça,

Estendo a cama,

Atendo a moça,

Compro pão,

Lavo a mão,

Seco o chão

UFA!

Criança tem sua responsabilidade

No seu tempo e cada coisa na sua idade

Não deve trabalhar

Precisa de amor e proteção

Escola, família, passeio

Estudo, descanso, diversão

Essa agenda é de criança

Pra garantir boa formação

Thelma Alves de Oliveira

PREFÁCIO

A Política de Assistência Social compreende o território como um ambiente que incorpora muito mais do que os aspectos físicos, geográficos e populacionais, mas também as dimensões culturais, econômicas e políticas, ocupado por diferentes atores que fazem uso dos mais variados desse ambiente e estabelecem relações as mais diversas.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ao adotar a lógica territorial como um de seus pressupostos de gestão, o fez na perspectiva de aprimorar o conhecimento da realidade social, de melhorar o acesso dos destinatários aos serviços, programas e benefícios, de reconhecer as vulnerabilidades e riscos sociais e pessoais e das violações de direitos, de favorecer a articulação da rede de serviços, de potencializar a intersetorialidade como estratégia de gestão, de possibilitar a integração entre serviços, programas e benefícios, e de aprofundar e materializar processos participativos.

O diagnóstico socioterritorial de que trata a Norma Operacional Básica (NOB-SUAS/2012) é fundamental para se conhecer as reais necessidades da população beneficiária da Política de Assistência Social. A perspectiva territorial na gestão do SUAS favorece sua capacidade de ampliar seu foco para além de indivíduos e famílias alcançando grupos populacionais, considerando as diferentes realidades, a história, as relações de poder, a estrutura e as dinâmicas próprias.

Neste sentido, ao lançar o olhar para o diagnóstico socioterritorial com foco no trabalho infantil, o Município de Ribeirão das Neves reforça sua preocupação e cuidado com a garantia dos direitos da criança e do adolescente. O trabalho infantil é nocivo, e no Brasil existe desde o início da história do país, onde predominava-se o regime de escravidão e as crianças eram vistas como objetos de exploração. Além da questão profundamente cultural e histórica, a pobreza e a ausência de uma educação de qualidade também são causas predominantes quando falamos em trabalho infantil: quanto menor a renda e grau de escolaridade da família, maior é o risco de crianças serem submetidas ao trabalho infantil.

Por estes motivos, faz-se necessário o conhecimento do fenômeno do trabalho infantil do nosso Município para melhor intervenção. Assim, é com extraordinária satisfação e indisfarçável orgulho que me vejo na condição de prefaciá esta obra, fruto do compromisso e dedicação da Gestão Municipal com os direitos da criança e do adolescente, uma vez que o trabalho apresenta diretrizes para o planejamento, articulação de rede e fomento de políticas públicas voltadas para este público no combate e enfrentamento do trabalho infantil.

Pensar nessa perspectiva é, antes de mais nada, ter um olhar diferenciado na garantia dos direitos de crianças e adolescentes, muitas vezes privados de frequentarem a escola e de desenvolverem, de maneira satisfatória, todas as suas capacidades e habilidades, além de desmistificar a naturalização desse fenômeno e a partir dele propor ações intersetoriais de enfrentamento.

Por tudo isso, com o auxílio do presente estudo, torna-se possível fomentar em Ribeirão das Neves a ampliação do exercício dos direitos, a concretização do comando legal da proteção integral de crianças e adolescentes há tanto prometida, de modo a colaborar com o compromisso do Brasil de erradicar o trabalho infantil até o ano de 2025.

Assim sendo, boa leitura e bom trabalho a todos!

MARIA GLÁUCIA COSTA BRANDÃO

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania de Ribeirão das Neves

SIGLATÓRIO

CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CONAETI	Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRFB/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CT	Conselho Tutelar
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MC	Ministério da Cidadania
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MP	Ministério Público
MP-MG	Ministério Público de Minas Gerais
MPT	Ministério Público do Trabalho
MS	Ministério da Saúde
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RDJ	Razão de Dependência Jovem
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SGDCA	Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente
SMDSC	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania
SSP	Secretaria de Estado da Segurança Pública
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TJ-MG	Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	12
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DOS DIREITOS PRECONIZADOS PELO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COM FOCO NO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO	13
3. NOTAS METODOLÓGICAS	16
3.1. DIVISÃO TERRITORIAL	16
3.2. IDENTIFICAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO	18
3.3. COLETA E TRATAMENTO DE DADOS	18
3.4. TÉCNICAS ESTATÍSTICAS DE ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS	20
4. APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO	21
5. PERFIL SOCIOECONÔMICO	23
6. O CONCEITO DE TRABALHO INFANTIL	34
6.1. PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI)	35
7. DADOS GERAIS SOBRE O TRABALHO INFANTIL NO MUNICÍPIO	37
8. PERFIL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ENTREVISTADOS	39
9. SITUAÇÕES DE TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	52
9.1. MAPA DA SITUAÇÃO DE TRABALHO IRREGULAR POR REGIÃO	54
9.1.1. INDICADORES DAS SITUAÇÕES DE TRABALHO IRREGULAR POR ATIVIDADE	58
9.1.2. MAPA DE CALOR DA INCIDÊNCIA DE TRABALHO IRREGULAR POR REGIÃO	104
9.1.3. MATRIZ DE CORRELAÇÃO DAS SITUAÇÕES DE TRABALHO IRREGULAR	104
9.2. MAPA SOCIAL DE TRABALHOS IRREGULARES	106
9.3. MAPA SOCIAL DOS ENTREVISTADOS QUE NÃO REALIZAM ATIVIDADE	109
10. O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ	111
11. ENTREVISTADOS À PROCURA DE EMPREGO	113
11.1. DEMANDAS POR ATIVIDADES E OFICINAS DE ESPORTE, CULTURA, LAZER E PROFISSIONALIZAÇÃO	114
12. ANÁLISE CONCLUSIVA DA PESQUISA DE PERCEPÇÃO NA PERSPECTIVA DO PETI	116
13. CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
14. RECOMENDAÇÕES	120
15. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	122

1. APRESENTAÇÃO

O Diagnóstico do Trabalho Infantil do município de Ribeirão das Neves é realizado pela primeira vez e representa um marco na efetivação dos direitos da criança e do adolescente no município. Fruto de iniciativa da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, tem como principal objetivo subsidiar as instâncias governamentais e não governamentais na formulação e execução assertivas das políticas públicas direcionadas para a infância e adolescência, oferecendo aos gestores públicos e à sociedade, informações sobre a realidade em que as crianças e os adolescentes residentes no município estão inseridas.

Portanto, este projeto foi idealizado de modo que possa retratar o panorama situacional, por território, das crianças e adolescentes residentes em Ribeirão das Neves, por meio da apresentação de indicadores sociais construídos com o objetivo de identificar o número e o perfil daqueles que estão sujeitos às situações de trabalho infantil no município, bem como os principais tipos de trabalho.

Seu conteúdo foi elaborado a partir da coleta e análise de dados das bases secundárias sistematizadas, da rede de atendimento e do resultado da pesquisa de percepção realizada com crianças e adolescentes residentes no município para identificação das situações de trabalho infantil, bem como dos aspectos relacionados à promoção do direito, como acesso a atividades culturais, esportivas, educacionais e profissionalizantes.

Utilizou-se como guia construtivo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e demais instrumentos normativos vinculados ao tema, com destaque às Orientações Técnicas para o aperfeiçoamento da gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI (MDS, 2018), assim como foram precisamente seguidas as orientações contidas no Edital Pregão Presencial nº 072/2018.

Ademais, durante o projeto foram realizadas reuniões de planejamento e articulação, das quais participaram membros da Comissão de Acompanhamento do município conjuntamente com a Painel Pesquisas e Consultoria, conferindo à sua elaboração um caráter construtivo e integrativo na concepção e estruturação das diretrizes para sua execução e finalização. Os resultados deste diagnóstico são apresentados em dois volumes, sendo:

- **Volume 01** – Introdução ao tema Trabalho Infantil, perfil socioeconômico do município e resultado da pesquisa de percepção com crianças e adolescentes de 10 a 17 anos para identificar as situações de trabalho, compreendendo as atividades regulares e irregulares;

- **Volume 02** – Demandas sociais registradas na rede de atendimento do município de Ribeirão das Neves, considerando as informações que sejam complementares à análise da situação de violação de direito da criança e do adolescente, especificamente aquelas relacionadas ao Trabalho Infantil.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DOS DIREITOS PRECONIZADOS PELO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COM FOCO NO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO

A promulgação da Constituição Federal de 1988 foi um marco no ordenamento jurídico brasileiro, sobretudo por preocupar-se em assegurar direitos fundamentais e essenciais a todos e estabelecer mecanismos para garantir o cumprimento de tais direitos. No mesmo espírito de inovação, foram introduzidos ao corpo constitucional aspectos próprios do princípio da proteção integral e especial em relação às crianças e aos adolescentes, através do artigo 227, em que os reconhece como sujeitos de direito e como indivíduos em processo de formação, atribuindo como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar seus direitos, “além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

O próprio artigo 227 trata de reconhecer e ampliar o rol de direitos fundamentais já expressamente garantidos pelo artigo 5º da Constituição Federal, delineando de forma expressa os eixos de direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, posteriormente incorporados ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado em 1990.

Aprofundando-se na temática do direito à profissionalização e à proteção no trabalho, objeto de estudo deste Diagnóstico, e observando os aspectos sociais e culturais, é possível constatar que o trabalho infantil faz parte da história do Brasil – com a exploração da mão de obra escravocrata indígena e africana – perpetuando-se com o surgimento da industrialização, em que crianças e adolescentes foram absorvidos pelo sistema fabril, com longas jornadas de trabalho, condições insalubres e perigosas, entre outras violações. Associados a estes aspectos, ainda há outros fatores que propiciam a entrada precoce no mercado de trabalho, como a mentalidade equivocada de que o trabalho prematuro previne a criminalidade, o uso de drogas ilícitas e garante um futuro profissional; a desigualdade de renda; o racismo estrutural e a imposição de papéis de gênero.

Segundo dados do Censo Demográfico de 2010, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, mais de três milhões de crianças e adolescentes trabalham, sendo que mais de um milhão e 600 mil deles possuem menos de 16 anos. Percebe-se que atualmente o trabalho infantil se concentra em atividades de difícil fiscalização e apresenta-se principalmente em atividades informais, na agricultura familiar, no aliciamento pelo tráfico, em formas de exploração sexual, no trabalho doméstico, e em atividades produtivas familiares. Essas formas de trabalho são naturalizadas ou invisíveis, e muitas vezes não são notificadas na rede de atendimento, pois nem sequer são percebidas como trabalho infantil pela sociedade ou até mesmo por gestores públicos.

Perquirindo a legislação vigente, nota-se que a conquista histórica dos avanços jurídicos no que tange aos direitos das crianças e adolescentes representaram avanços no movimento de combate ao trabalho infantil, fundamentando políticas públicas em âmbito nacional para seu enfrentamento como é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.

O programa teve início em 1996, como uma ação do Governo Federal apoiada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), para combater o trabalho de crianças em carvoarias da região de Três Lagoas (MS), tendo sido ampliado progressivamente aos demais estados do país. A partir de então, foi progressivamente alcançando todos os estados do país e ganhando espaço nas políticas públicas da assistência social, principalmente com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a partir de 2005. O programa foi redesenhado em 2014 e sua nova configuração está pautada na realização de ações estratégicas voltadas ao enfrentamento das novas configurações do trabalho infantil no Brasil, no fortalecimento do programa e na qualificação e atuação da rede de proteção do SUAS.

Em 2015, as ações de combate e enfrentamento ao trabalho infantil são reforçadas pelo governo brasileiro com a assinatura da Declaração da ONU “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, cujo teor estabelece os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS¹, desdobrados em 169 metas, das quais se destaca a 8.7, a seguir transcrita *in verbis*:

“Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicação do trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas.”²

O alcance das metas contidas nos ODS é um grande desafio a ser enfrentado pelo Estado brasileiro, e exige esforço não só de todas as esferas de governo – federal, estadual e municipal – mas cooperação de toda a sociedade civil, da qual fazem parte empregadores, sistema de justiça e entidades fiscalizadoras, instituições de ensino, dentre outras, para que o país consiga avançar no fortalecimento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o qual compreende o fomento à educação e à participação em atividades culturais e esportivas, o atendimento e acompanhamento das famílias que necessitam do suporte à renda, à qualificação profissional, para que o jovem seja inserido no mercado de trabalho, na idade correta e em atividades de trabalho regulares.

1 Essa declaração foi assinada pelos 193 Estados-Membros da Assembleia Geral da ONU, durante sessão em 25 de setembro de 2015.

2 <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

Quadro 1 – Linha do tempo na temática do trabalho infantil



3. NOTAS METODOLÓGICAS

O Diagnóstico Socioterritorial do município de Ribeirão das Neves com Foco na Identificação do Trabalho Infantil foi produzido e disponibilizado pela Paineira Pesquisas e Consultoria em dois volumes.

Adiante serão apresentadas e detalhadas as notas metodológicas referentes às etapas que embasaram a elaboração do diagnóstico, como a divisão territorial, a identificação e mapeamento da rede de atendimento, a coleta, o tratamento e a padronização dos dados coletados, as técnicas estatísticas utilizadas na análise e a forma de apresentação dos resultados.

3.1. DIVISÃO TERRITORIAL

A definição do território para fins do diagnóstico é a primeira etapa do projeto e sua organização é de suma importância, já que os dados coletados serão compilados e posteriormente apresentados na forma de indicadores e análises complementares a partir de um comparativo das regiões geográficas definidas pela territorialização.

Ressalta-se que um diagnóstico sério, conciso e capaz de produzir resultados transformativos para o subsídio e direcionamento assertivo de políticas públicas requer uma metodologia de execução que contemple a territorialização pautada na realidade social do município, já que as apresentações de dados obtidos apenas pela média municipal mascaram as diferenças sociais e econômicas que existem entre os bairros e áreas rurais, limitando e engessando as ações do poder público.

Considerando que a principal fonte para estudos e pesquisas do Brasil é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão público responsável pela gestão de geociências, estatísticas sociais, demográficas e econômicas do país - cuja sistematização e divulgação dos dados oficiais é organizada por setor censitário³ - a divisão territorial de Ribeirão das Neves foi estruturada a partir dos bairros e localidades, respeitando a delimitação geográfica dos setores censitários do IBGE.

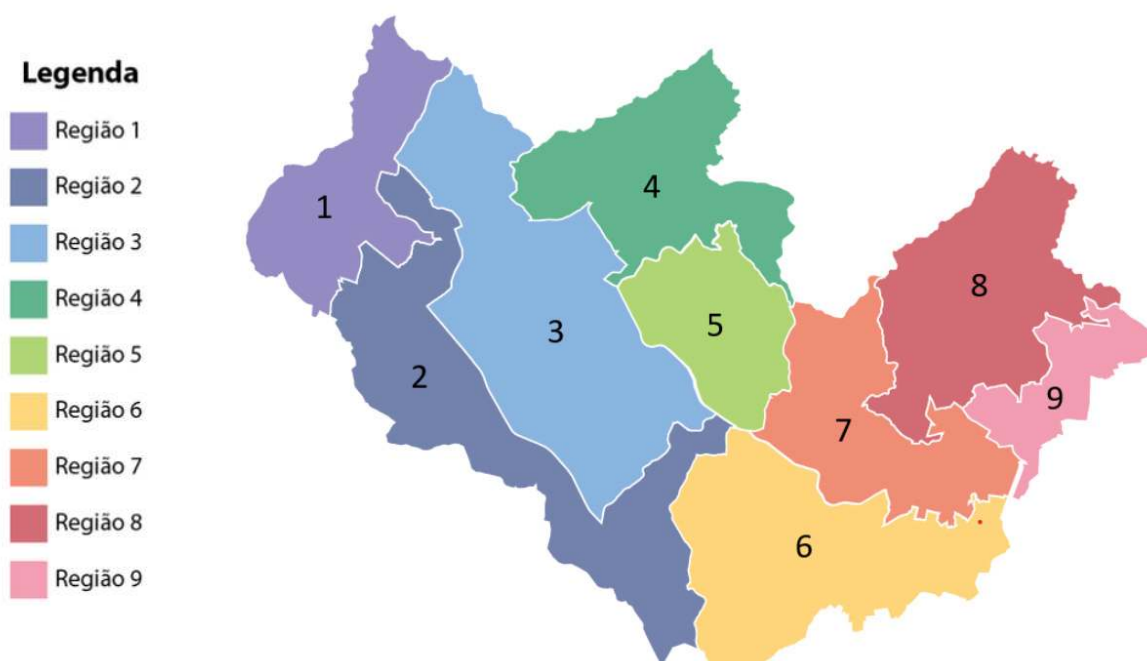
Com o auxílio da Comissão de Acompanhamento do diagnóstico e técnicos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania e da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a divisão territorial para fins do diagnóstico resultou em doze unidades geográficas com perfil socioeconômico homogêneo entre si.

³ Setor Censitário é unidade territorial de coleta das operações censitárias, definido pelo IBGE, com limites físicos identificados, em áreas contínuas e respeitando a divisão político-administrativa do Brasil (IBGE, 2019).

Quadro 2 – Classificação das unidades geográficas do município

Região	Principais Bairros ou Localidades
Região 1	Fazenda Castro, Florença, Metropolitano, San Genaro, Vale da Prata, Vale das Acácias
Região 2	Colina, Alterosa, Belvedere, Condomínio Residencial Vale do Ouro, Conjunto Henrique Sapor, Francisca Driângela, Jardim Alterosa, Jardim Verona, Liberdade, Napoli, Roma, San Marino, San Remo, Vale Verde, Veneza, Vereda, Área Rural Fazenda Água Fria, Estância Vale do Sol, Flavio Marques Lisboa, Izabel Costa Silva, Rural, Vale do Sol, Vale do Ouro
Região 3	Cirin, Distrito Industrial, Esplanada, Jardim Colonial, Neviana, Santa Paula, São Judas Tadeu, São Luiz, São Pedro, Savassi, Status, Várzea Alegre, Vila Cacique, Vila Mariana
Região 4	Alicante, Barcelona, Rosaneves, Santinho, Sevilha A, Sevilha B, Chácaras do Baú, Juliane de Souza Rodrigues, Quintas de Vera Cruz, Quintas do Lago, Sevilha
Região 5	Bom Sossego, Bela Vista, Freitas, Campos Silveira, Centro, Hortinha, Iolanda, Nossa Senhora das Neves, Nova União, Porto Seguro, Rosana, Santa Marta, Santa Martinha, Santa Matilde, Santo Antônio, São Geraldo, Tânia, Dona Clara, João Bosco Paiva de Paula, São Francisco de Assis, Vila Aparecida
Região 6	Paquetá, Monte Verde, Dona Clarice, Eliane, Fortaleza, São João de Deus, Canto dos Passarinhos, Céu Anil, Granjas Primavera, Hawaii, Jardim Alvorada, Katia, Luana, Luar da Mata, Luar da Pampulha, Parque Xangrilá, Rosimeire, Santa Isabel, Soares, Tancredo Neves, Verônica, Vila Bispo de Maura, Vila Real, Vila Teresópolis, Fazenda, Mangueiras, Nacional
Região 7	Vila da Mina, Cerejeira, Elizabeth, Evereste, Felixlândia, Guadalajara, Itapoá, Jardim de Aia, Justinópolis, Labanca, Lagoinha, Laredo, Maracanã, Nossa Senhora da Conceição, Núcleo Tradicional, Papine, Piedade, Residencial Capela, Residencial Santa Helena, Santa Fé, São Januário, São José, São Miguel, Sônia, Tropical, Viena, Vila Eduarda, São Miguel Arcanjo, Nossa Senhora da Piedade
Região 8	Santa Margarida, Suely, Alto das Pedreiras, Alto dos Menezes, Areias, Botafogo I, Botafogo II, Esperança, Girassol, Menezes, Santana 1ª Seção, Santana 2ª Seção, Vargem Formosa (Areias de Baixo), Adriana, Belo Vale, Cristais, Cruzeiro, Jardim São Judas Tadeu, Paraíso das Piabas, Vera Lúcia
Região 9	Flamengo, Lagoa, Penha, Santa Branca, Atalaia, Boa Vista, Canoas, Delma, Fazenda Severina, Jardim Florença, Jardim Primavera, Landi I, Landi II, Lidice, Maria Helena, Misongue, Pedra Branca, Tocantins, Tony, Urca, Vila Braúnas

Mapa 1 - Divisão territorial das regiões do município – Visão Geral



3.2. IDENTIFICAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO

Nesta etapa foi realizado, em conjunto com a Comissão de Acompanhamento do diagnóstico, o mapeamento de toda a rede que presta atendimento à criança e ao adolescente no município, incluindo os programas e projetos existentes nas secretarias municipais e demais instituições governamentais ou não governamentais. É por meio do mapeamento da rede que a coleta de dados primários é dirigida e seu corpo estrutural está detalhadamente apresentado no Volume II.

3.3. COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

Para a construção deste diagnóstico foram coletados dados primários e secundários⁴, do período de 2017 a 2019, dos equipamentos governamentais e não governamentais que compõem a rede de atendimento municipal no que tange ao público infante-juvenil. Ressalta-se que o ano de informação, assim como a fonte de dados, estará sempre referenciado ao final de cada tabela. O Quadro abaixo mostra a catalogação dos dados utilizados.

Quadro 3 – Catalogação dos dados utilizados

Pesquisa documental de dados primários (Volume I e II)	<i>Fichas de atendimentos realizados pelo Conselho Tutelar;</i>
	<i>Registros de Atendimento do PAIF, prestados pelo CRAS (RMA);</i>
	<i>Registros de Atendimento do PAEFI, prestados pelo CREAS;</i>
	<i>Registros de Atendimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;</i>
	<i>Registro Mensal de Atendimento do Acesso Trabalho;</i>
	<i>Informações de atendimento dos projetos/programas de esporte ofertados pela Secretaria Municipal de Esporte e Cultura</i>
	<i>Ocorrências na delegacia com crianças e adolescentes como vítimas e autores de atos infracionais</i>
	<i>Informações das instituições não governamentais vinculadas ou inscritas no CMD-CA ;</i>
Pesquisa de Percepção (Volume I)	<i>Pesquisa quantitativa com adolescentes de 10 a 17 anos residentes no município</i>

A pesquisa de percepção compreende dados coletados pela Painel Pesquisas e Consultoria para investigar o número e o perfil das crianças e adolescentes em situações irregulares de trabalho, cujo planejamento foi realizado em conjunto com a Comissão de Acompanhamento do município, considerando as diretrizes do termo de referência do edital convocatório e das discricionariedades do instrumento

⁴ Primários são dados brutos obtidos/coletados pela Painel Pesquisas junto aos entes públicos e instituições que compõem o mapeamento da rede de atendimento do município, sendo que muitos deles encontram-se em fichas físicas. E secundários são dados já coletados, organizados, sistematizados e disponibilizados por órgãos e entidades oficiais, como o IBGE, DATASUS, entre outros.

contratual. O plano amostral da pesquisa foi por amostragem aleatória estratificada por região territorial apresentada no subitem 3.1, conforme detalhado no Quadro abaixo.

Quadro 4 – Plano Amostral

Pesquisa	Descrição
Método	Quantitativo
Universo	Residentes na faixa etária de 10 a 17 anos
Unidade amostral	Pessoa com idade 10 a 17 anos
Amostragem	Aleatória
Estratificação	Unidade escolar e etapa de ensino
Tamanho da amostra	941
Erro	1,7%
Confiança	95%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tal pesquisa abordou crianças e adolescentes residentes no município, na faixa etária entre 10 e 17 anos, para uma entrevista individual realizada com base em um questionário estruturado por faixas etárias, criteriosamente elaborado pela equipe técnica da Painel em conjunto com a comissão municipal de acompanhamento do projeto, fundamentado no Caderno de Orientações Técnicas para aperfeiçoamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Foram inseridas perguntas abertas e fechadas que pudessem caracterizar o perfil socioeconômico e familiar dos entrevistados, todavia, o foco principal foram perguntas destinadas a identificar situações regulares de trabalho bem como atividades que pudessem vir a caracterizar trabalho infantil.

As entrevistas foram realizadas durante o mês de junho e julho de 2019, de segunda a sábado, em escolas e locais públicos, sempre respeitando o número amostral, aplicadas por pesquisadores devidamente identificados e treinados para manter postura acolhedora de imparcialidade, neutralidade, observando os princípios de confidencialidade e sigilosidade e atentando-se para que os entrevistados estivessem sozinhos de modo que pudessem sentir-se à vontade em responder às perguntas.

Evidencia-se que, previamente à análise, foi realizado tratamento dos dados coletados para correção de registros incompletos, duplicados, com erros de digitação ou de qualquer outro tipo de inconsistência que pudessem comprometer a qualidade das bases de dados. Sua formatação e padronização foram realizadas a partir da expertise de trabalho desenvolvido pela Painel Pesquisas e Consultoria, por meio dos instrumentos normativos que orientam as políticas públicas sociais, sobretudo na temática do trabalho infantil, assim como foram seguidos os critérios definidos pela Comissão de Acompanhamento.

3.4. TÉCNICAS ESTATÍSTICAS DE ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Todos os dados coletados foram tratados e processados a partir de técnicas estatísticas, com o objetivo de traduzir e mensurar em números os aspectos da realidade social do município. Para tanto, serão apresentados no formato de indicadores sociais, análises descritivas e complementares, em conjunto com tabelas, gráficos e infográficos, de modo a facilitar a sua visualização e compreensão.

Os indicadores são proporcionalmente calculados com base no total da população residente em cada região territorial - o que permite compará-las de forma equalizada – por meio de percentuais ou em taxas por habitantes, por mil ou cem mil. Sua classificação será apresentada em Quantil - separatriz que divide o intervalo de frequência de uma população, ou de uma amostra, em partes iguais. Os mais comuns têm nomes especiais, conforme o número de partes em que são divididos:

- *Tercil* para 3 grupos ou partes, cada uma com 33,3% dos dados.
- *Quartil* para 4 grupos ou partes, cada uma com 25% dos dados;
- *Quintil* para 5 grupos ou partes, cada uma com 20% dos dados;
- *Decil* para 10 grupos ou partes, cada uma com 10% dos dados.
- *Duodecil* para 12 grupos ou partes, cada uma com 8,33% dos dados.
- *Percentil* para 100 grupos ou partes, cada uma com 1% dos dados;

Assim, considerando o número de divisões territoriais, priorizou-se a utilização do Tercil⁵, ilustrado no Quadro abaixo. Todavia, nas situações em que houver taxas ou percentuais iguais a "zero", os dados serão apresentados em divisões menores, para maior uniformidade na classificação dos grupos.

Quadro 5 – Ilustração do método Tercil.

Primeiro <i>Tercil</i>	Segundo <i>Tercil</i>	Terceiro <i>Tercil</i>
É o agrupamento de até 33% dos valores da amostra ordenada	É o agrupamento de 33% a 66% dos valores da amostra ordenada	É o agrupamento dos valores acima de 66% da amostra ordenada
Baixo Indicadores na extremidade inferior à mediana Até 33%	Médio Indicadores em torno da mediana De 33% até 66%	Alto Indicadores na extremidade superior à mediana De 66% e mais

Será apresentado a seguir a fórmula que mostra a diferença proporcional entre o maior e o menor indicador diferente de zero, com o objetivo de evidenciar seu intervalo. Para tanto, serão desprezados os indicadores iguais a 0 (zero).

$$\frac{\text{Maior indicador} - \text{Menor indicador}}{\text{Menor indicador}} = \text{Diferença}^6$$

5 TRIOLA, MARIO FERREIRA. Introdução à Estatística. 7ª Edição. 1999 – Versão traduzida para a língua portuguesa.

6 Caso o menor indicador seja igual a "zero", o valor da diferença assume o valor do maior indicador.

4. APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO

Ribeirão das Neves é um dos maiores e mais antigos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), distante 32 km da capital mineira, fazendo divisa com os municípios de Pedro Leopoldo, Vespasiano, Esmeraldas, Contagem e Belo Horizonte.

Os primeiros registros da região na qual se insere o município têm origem no início do século XVIII, 1745, com a apropriação das terras por um mestre de campo através do sistema de distribuição de terras para produção agrícola (Sesmaria) do então governo português e a construção, em 1747, da Capela Rural de Nossa Senhora das Neves. A fundação da Capela é considerada o início da construção da história e da identidade do atual município de Ribeirão das Neves, tornando-se atrativo das romarias que vinham de longe prestar homenagens.

Em 1911 a Fazenda das Neves foi promovida à categoria de Vila e incorporada ao município de Contagem, anos depois à Betim e ainda Pedro Leopoldo, até 1953 quando se emancipou desse último e foi elevada à categoria de município incorporando o povoado de Campanha, que a partir desse fato passou a chamar Justinópolis, como distrito.

Desde o período colonial a agricultura teve papel fundamental para o desenvolvimento da região, mas seu crescimento foi consolidado somente a partir de 1938 com a implantação da Penitenciária Agrícola de Neves (PAN). Criada para ser modelo na recuperação de detentos, foi durante muito tempo considerada referência no trabalho de reabilitação de presidiários e reinserção dos mesmos na sociedade e no mercado de trabalho. A inauguração da PAN passou a orientar a ocupação da região e aumento da população, primeiro com os trabalhadores nas obras de construção e posteriormente com a vinda das famílias dos detentos.

O desenvolvimento da região através da penitenciária fez com que os governantes, nas décadas de 1960 e 1970, construíssem mais penitenciárias no município que passou a ser conhecido nacionalmente pelos seus seis presídios. Dentro desta perspectiva, Ribeirão das Neves ficou conhecida como cidade dormitório pois a maior parte dos moradores trabalham nos municípios vizinhos.

Atualmente o município é dividido administrativamente em três regiões: Justinópolis, Centro e Veneza. A principal fonte econômica é do setor de serviços, seguido do comércio e da indústria, setores ainda em crescimento.

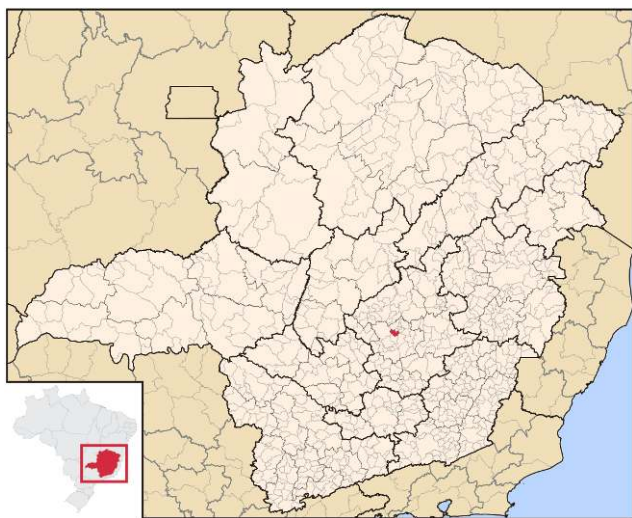
Culturalmente Ribeirão das Neves é conhecida pelo artesanato e cerâmica, destacando-se o trabalho das mulheres artesãs do projeto Costura e Arte. Dentre os atrativos turísticos vale mencionar a Irmandade Nossa Senhora do Rosário de Justinópolis, centro de preservação da cultura afrodescendente e presença de diversos grupos de congado.

Nos aspectos físicos e geográficos Ribeirão das Neves possui clima tropical de altitude, relevo com planícies de grandes extensões e baixas altitudes, entre 800 e 900 metros e vegetação de transição com predominância do cerrado. A rede hidrográfica tem grande importância no contexto hidrográfico do estado, composta pela bacia do Ribeirão da Mata e do Rio São Francisco.

Com características singulares, Ribeirão das Neves é um município com um contexto histórico importante na formação da Região Metropolitana de Belo Horizonte, ainda em processo de crescimento.

As características da população serão melhor detalhadas no capítulo sobre o perfil socioeconômico do município.

Figura 1 - Localização



Por Darlan P. de Campos - Image:MinasGerais MesoMicroMunicip. svg, Raphael Lorenzeto de Abreu, CC BY-SA 3.0, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=1062781>



Fonte: <https://minas-gerais-brasil.blogspot.com/2014/08/ribeirao-das-neves.html>

5. PERFIL SOCIOECONÔMICO

Os indicadores do perfil têm por objetivo mostrar as principais características demográficas da população em geral, bem como de crianças e adolescentes residentes no município. Os dados são referentes ao censo demográfico do IBGE e estimativas populacionais, por ser esta a fonte oficial de informações sociodemográficas e servir de comparativo na construção de séries históricas.

Inicia-se a apresentação dos dados analisando a distribuição urbana e rural da população. Ribeirão das Neves tem apenas 0,7% de sua população residindo na região rural, enquanto a média do Brasil é de 15,6% e de Minas Gerais 14,7%.

Tabela 1 – População por situação urbana e rural do município de Ribeirão das Neves

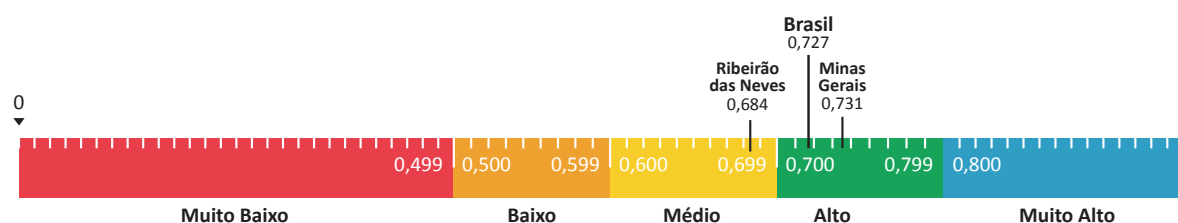
Situação	Total	(%)
Urbana	294.153	99,3%
Rural	2.164	0,7%
Município	296.317	100,0%

População zona rural	
Brasil	15,6%
MG	14,7%

Fonte: IBGE, 2010.

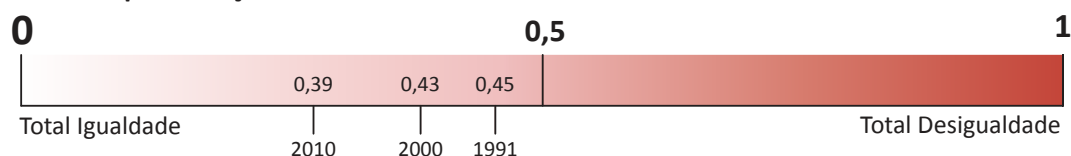
O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Ribeirão das Neves é 0,684, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,822, seguida de Renda, com índice de 0,658, e de Educação, com índice de 0,591.

Quadro 6 – Faixa de desenvolvimento humano



Outro índice comumente utilizado, principalmente na investigação sobre a distribuição de renda entre a população, é o índice de Gini, que consiste em um número entre 0 (zero) a 1 (um), em que quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade. Historicamente, Ribeirão das Neves apresentava em 1991 índice de 0,45, reduziu a desigualdade nos anos de 2000 e 2010 para 0,43 e 0,39 respectivamente.

Quadro 7 – Representação em escala de 0 a 1 do índice de Gini



Fonte: Atlas Brasil, 2010.

Indicador 1: População

Definição: população total residente na região, sobre a população total residente no município.

O município de Ribeirão das Neves tinha em 2010 um total de 296.317 habitantes, e cresceu 11,7% até 2019, atingindo, segundo estimativas do IBGE, uma população total de 331.045 (IBGE, 2018) habitantes.

Tabela 2 – População total residente no município

Região Geográfica	População	
	2010	(%)
Região 3	18.243	6,2%
Região 5	24.039	8,1%
Região 1	26.264	8,9%
Região 4	29.869	10,1%
Região 6	32.673	11,0%
Região 7	35.938	12,1%
Região 2	36.060	12,2%
Região 8	39.244	13,2%
Região 9	53.987	18,2%
Município	296.317	100%

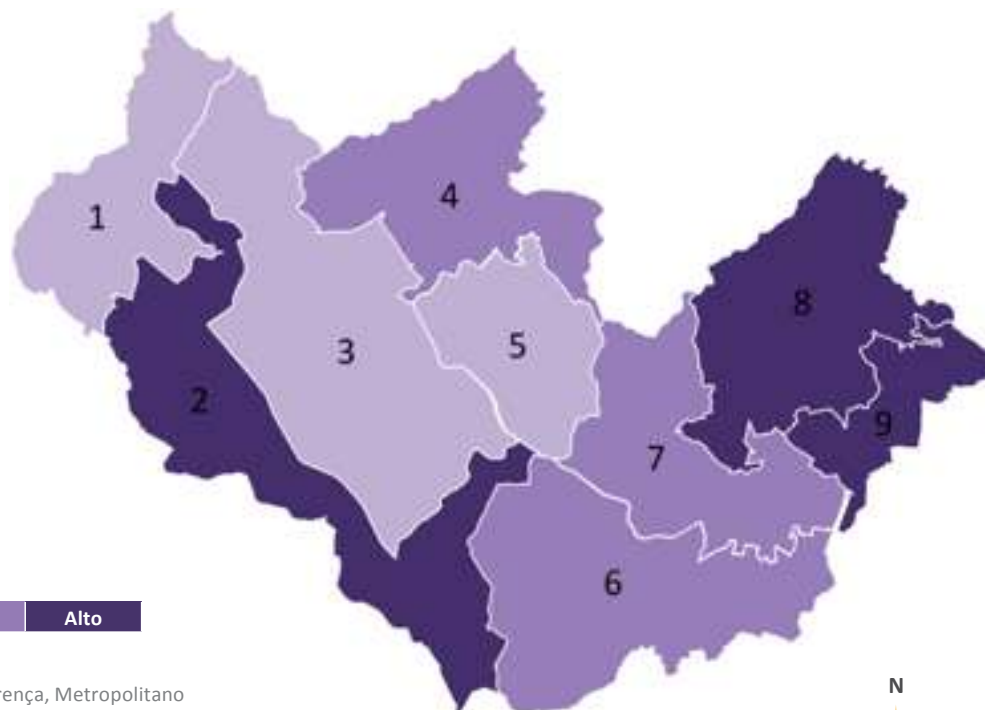
Fonte: IBGE, 2010.

Menor Valor	Região 3	6,2%
Maior Valor	Região 9	18,2%

Diferença:
2,0 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

População estimada (2019)	
331.045	11,7%



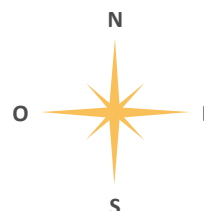
Legendas do Mapa

Cores:

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------

Regiões Geográficas:

- 1 Fazenda Castro, Florença, Metropolitano
- 2 Colina, Alterosa, Belvedere
- 3 Cirin, Distrito Industrial, Esplanada
- 4 Alicante, Barcelona, Rosaneves
- 5 Bom Sossego, Bela Vista, Freitas, Campos Silveira
- 6 Paquetá, Monte Verde, Dona Clarice
- 7 Vila da Mina, Cerejeira, Elizabeth
- 8 Santa Margarida, Suely, Alto das Pedreiras
- 9 Flamengo, Lagoa, Penha



Indicador 2: Densidade domiciliar

Definição: população residente em domicílios particulares ocupados na região, sobre o total de domicílios particulares ocupados na mesma região.

A densidade domiciliar média é de 3,5 moradores por domicílio, chegando a 4 habitantes por domicílio na Região 3.

Tabela 3 – Densidade domiciliar

Região Geográfica	Domicílios	
	Total	Densidade
Região 9	15.872	3,4
Região 7	10.494	3,4
Região 1	7.637	3,4
Região 6	9.491	3,4
Região 4	8.652	3,5
Região 8	11.349	3,5
Região 2	10.422	3,5
Região 5	6.669	3,6
Região 3	4.549	4,0
Município	85.135	3,5

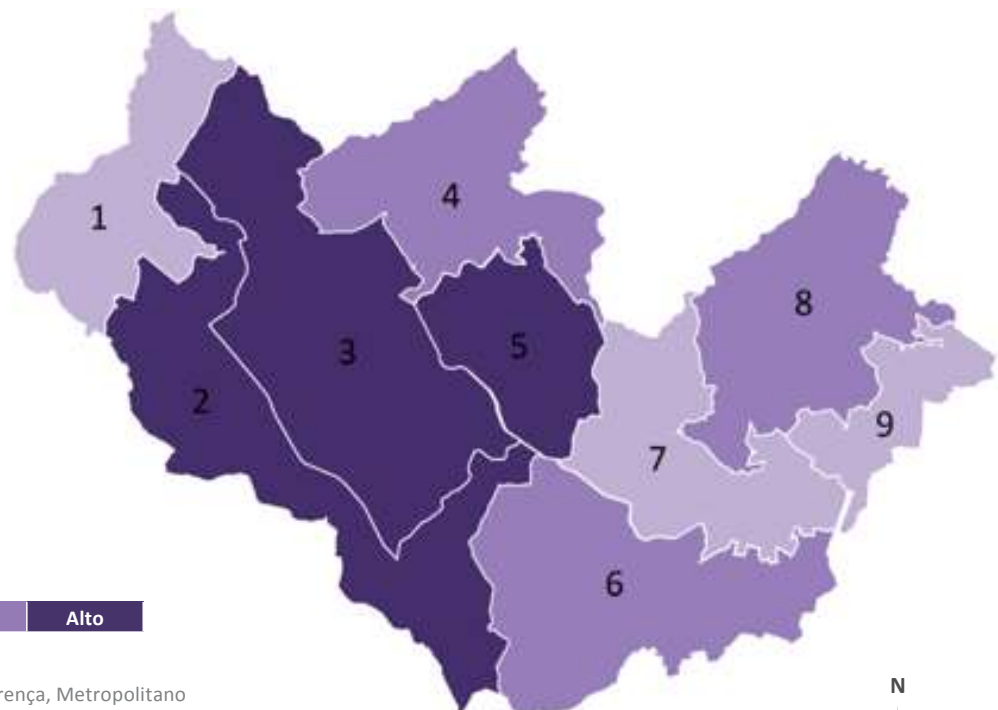
Fonte: IBGE, 2010.

Menor Valor	Região 9	3,4
Média	Ribeirão das Neves	3,5
Maior Valor	Região 3	4,0

Diferença:
0,2 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Densidade domiciliar	
Brasil	3,3
MG	3,3



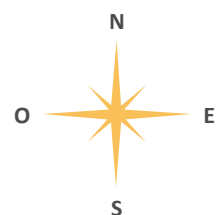
Legendas do Mapa

Cores:

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------

Regiões Geográficas:

- 1 Fazenda Castro, Florença, Metropolitano
- 2 Colina, Alterosa, Belvedere
- 3 Cirin, Distrito Industrial, Esplanada
- 4 Alicante, Barcelona, Rosaneves
- 5 Bom Sossego, Bela Vista, Freitas, Campos Silveira
- 6 Paquetá, Monte Verde, Dona Clarice
- 7 Vila da Mina, Cerejeira, Elizabeth
- 8 Santa Margarida, Suely, Alto das Pedreiras
- 9 Flamengo, Lagoa, Penha



Indicador 3: População por sexo

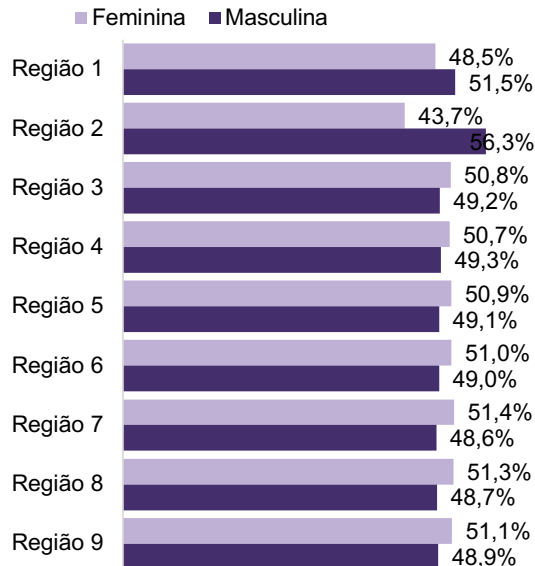
Definição: população total residente por região segundo o sexo, sobre a população total residente na mesma região.

A população distribuída por sexo é praticamente igual, sendo 50,4% na feminina e 49,6% na masculina. Todavia, as regiões 1 e 2 apresentaram um perfil um pouco diferente da média municipal, sendo a população feminina inferior à masculina, com 48,5% e 43,7%, respectivamente.

Tabela 4 – População por sexo

Região Geográfica	Feminina		Masculina	
	Total	(%)	Total	(%)
Região 1	11.658	48,5%	12.381	51,5%
Região 2	7.979	43,7%	10.264	56,3%
Região 3	15.181	50,8%	14.688	49,2%
Região 4	13.303	50,7%	12.961	49,3%
Região 5	18.367	50,9%	17.693	49,1%
Região 6	18.317	51,0%	17.621	49,0%
Região 7	27.740	51,4%	26.247	48,6%
Região 8	16.750	51,3%	15.923	48,7%
Região 9	20.040	51,1%	19.204	48,9%
Município	149.335	50,4%	146.982	49,6%

Fonte: IBGE, 2010.



Indicador 4: População de 0 a 17 anos

Definição: população de 0 a 17 anos residente na região, sobre a população total residente na mesma região.

A população de 0 a 17 anos do Município é de 93.450 crianças e adolescentes. Representando 31,5% da população total. A Região mais populosa é a 9 com 17,6% do total da faixa etária. Proporcionalmente, na Região 1, essa faixa etária é mais representativa do que nas outras regiões (35%).

Tabela 5 – População na faixa etária de 0 a 17 anos

Região Geográfica	De 0 a 17 anos		
	Total	(%) Total	(%) Região
Região 3	5.097	5,5%	27,9%
Região 5	6.998	7,5%	29,1%
Região 9	16.418	17,6%	30,4%
Região 4	9.388	10,0%	31,4%
Região 7	11.303	12,1%	31,5%
Região 6	10.415	11,1%	31,9%
Região 8	12.642	13,5%	32,2%
Região 2	12.005	12,8%	33,3%
Região 1	9.184	9,8%	35,0%
Município	93.450	100,0%	31,5%

Fonte: IBGE, 2010.

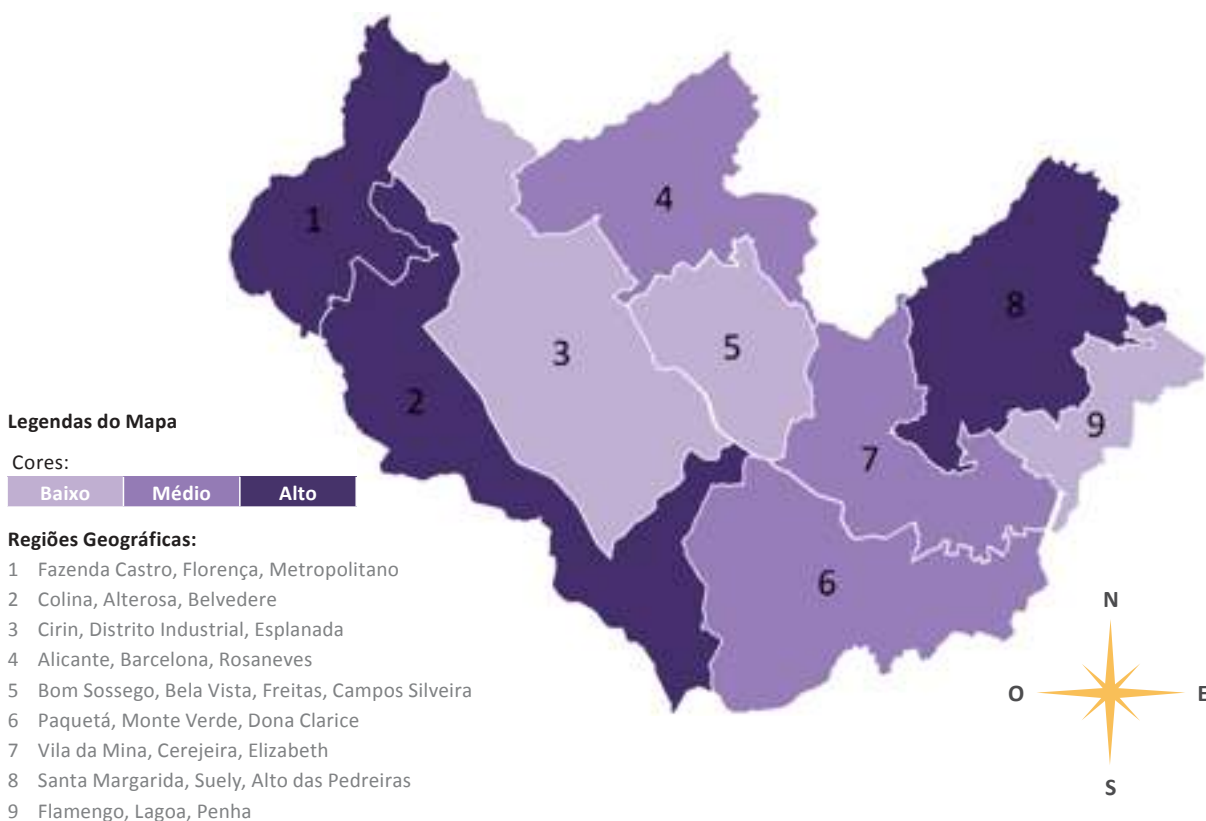
Feminino	46.325	49,6%
Masculino	47.125	50,4%
Município	93.450	100,0%

Menor Valor	Região 3	27,9%
Média	Ribeirão das Neves	31,5%
Maior Valor	Região 1	35,0%

**Diferença:
0,3 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

População na faixa etária de 0 a 17 anos	
Brasil	29,5%
MG	27,7%



Indicador 5: População de 0 a 5 anos

Definição: população de 0 a 5 anos residente na região, sobre a população total residente na mesma região.

A população de 0 a 5 anos do Município é de 27.369 crianças. Representando 9,2% da população total. A Região mais populosa é a Região 9 com 17,1% do total da faixa etária. Proporcionalmente na Região, tem-se que a Região 1 tem esta mais etária mais representativa do que nas outras regiões (10,3%).

Tabela 6 – População na faixa etária de 0 a 5 anos

Região Geográfica	De 0 a 5 anos		
	Total	(%) Total	(%) Região
Região 3	1.460	5,3%	8,0%
Região 5	2.010	7,3%	8,4%
Região 9	4.667	17,1%	8,6%
Região 4	2.638	9,6%	8,8%
Região 7	3.306	12,1%	9,2%
Região 6	3.103	11,3%	9,5%
Região 8	3.806	13,9%	9,7%
Região 2	3.669	13,4%	10,2%
Região 1	2.710	9,9%	10,3%
Município	27.369	100%	9,2%

Menor Valor	Região 3	8,0%
Média	Ribeirão das Neves	9,2%
Maior Valor	Região 1	10,3%

Diferença:
0,3 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

População na faixa etária de 0 a 5 anos	
Brasil	8,8%
MG	7,9%

Fonte: IBGE, 2010.



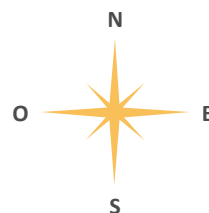
Legendas do Mapa

Cores:

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------

Regiões Geográficas:

- 1 Fazenda Castro, Florença, Metropolitano
- 2 Colina, Alterosa, Belvedere
- 3 Cirin, Distrito Industrial, Esplanada
- 4 Alicante, Barcelona, Rosaneves
- 5 Bom Sossego, Bela Vista, Freitas, Campos Silveira
- 6 Paquetá, Monte Verde, Dona Clarice
- 7 Vila da Mina, Cerejeira, Elizabeth
- 8 Santa Margarida, Suely, Alto das Pedreiras
- 9 Flamengo, Lagoa, Penha



Indicador 6: População de 6 a 11 anos

Definição: população de 6 a 11 anos residente na região, sobre a população total residente na mesma região.

A população de 6 a 11 anos do Município é de 32.002 crianças. Representando 10,8% da população total. A Região mais populosa é novamente a Região 9 com 17,8% do total da faixa etária. Proporcionalmente na região, tem-se que a Região 1 tem esta faixa etária mais representativa do que nas outras regiões (11,9%).

Tabela 7 – População na faixa etária de 6 a 11 anos

Região Geográfica	De 6 a 11 anos		
	Total	(%) Total	(%) Região
Região 3	1.787	5,6%	9,8%
Região 5	2.358	7,4%	9,8%
Região 9	5.687	17,8%	10,5%
Região 6	3.474	10,9%	10,6%
Região 4	3.176	9,9%	10,6%
Região 7	3.940	12,3%	11,0%
Região 2	4.046	12,6%	11,2%
Região 8	4.404	13,8%	11,2%
Região 1	3.130	9,8%	11,9%
Município	32.002	100%	10,8%

Fonte: IBGE, 2010.

Menor Valor	Região 3	9,8%
Média	Ribeirão das Neves	10,8%
Maior Valor	Região 1	11,9%

**Diferença:
0,2 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

População na faixa etária de 6 a 11 anos	
Brasil	9,9%
MG	9,3%



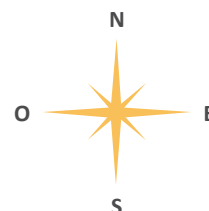
Legendas do Mapa

Cores:

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------

Regiões Geográficas:

- 1 Fazenda Castro, Florença, Metropolitano
- 2 Colina, Alterosa, Belvedere
- 3 Cirin, Distrito Industrial, Esplanada
- 4 Alicante, Barcelona, Rosaneves
- 5 Bom Sossego, Bela Vista, Freitas, Campos Silveira
- 6 Paquetá, Monte Verde, Dona Clarice
- 7 Vila da Mina, Cerejeira, Elizabeth
- 8 Santa Margarida, Suely, Alto das Pedreiras
- 9 Flamengo, Lagoa, Penha



Indicador 7: População de 12 a 17 anos

Definição: população de 12 a 17 anos residente na região, sobre a população total residente na mesma região.

A população de 12 a 17 anos do Município é de 34079 adolescentes. Representando 11,5% da população total. A Região mais populosa é a Região 9, novamente com 17,8% do total da faixa etária. Proporcionalmente na Região, tem-se que a Região 2 tem esta faixa etária mais representativa do que nas outras regiões (12,7%).

Tabela 8 – População na faixa etária de 12 a 17 anos

Região Geográfica	De 12 a 17 anos		
	Total	(%) Total	(%) Região
Região 3	1.850	5,4%	10,1%
Região 5	2.630	7,7%	10,9%
Região 9	6.064	17,8%	11,2%
Região 7	4.057	11,9%	11,3%
Região 8	4.432	13,0%	11,3%
Região 6	3.838	11,3%	11,7%
Região 2	4.290	12,6%	11,9%
Região 4	3.574	10,5%	12,0%
Região 1	3.344	9,8%	12,7%
Município	34.079	100%	11,5%

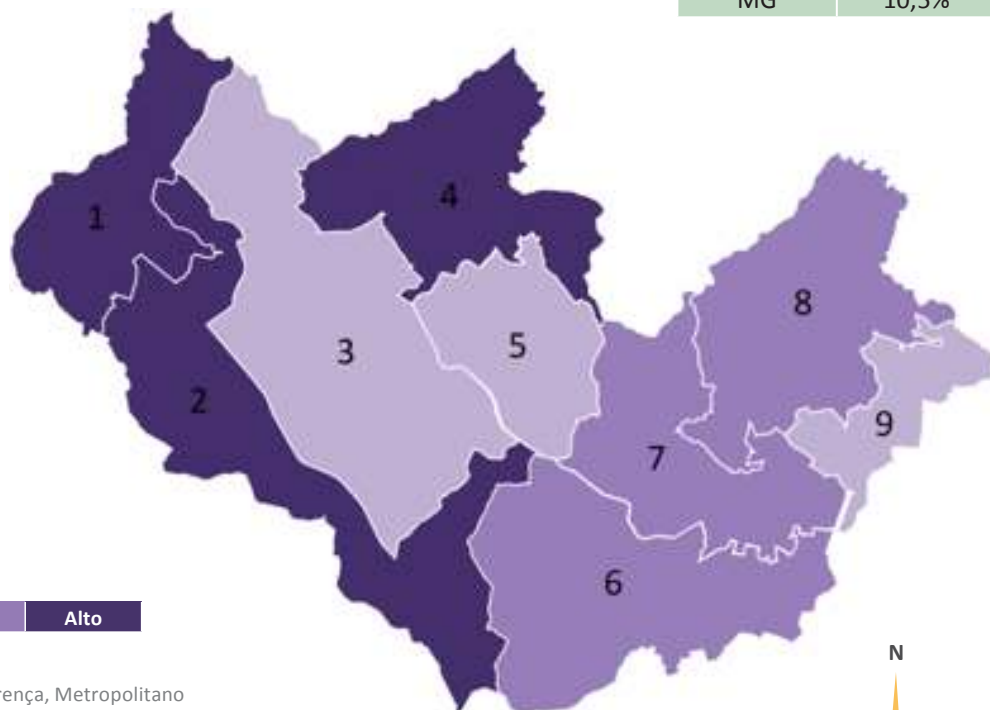
Fonte: IBGE, 2010.

Menor Valor	Região 3	10,1%
Média	Ribeirão das Neves	11,5%
Maior Valor	Região 1	12,7%

Diferença:
0,3 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

População na faixa etária de 12 a 17 anos	
Brasil	10,8%
MG	10,5%



Legendas do Mapa

Cores:

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------

Regiões Geográficas:

- 1 Fazenda Castro, Florença, Metropolitano
- 2 Colina, Alterosa, Belvedere
- 3 Cirin, Distrito Industrial, Esplanada
- 4 Alicante, Barcelona, Rosaneves
- 5 Bom Sossego, Bela Vista, Freitas, Campos Silveira
- 6 Paquetá, Monte Verde, Dona Clarice
- 7 Vila da Mina, Cerejeira, Elizabeth
- 8 Santa Margarida, Suely, Alto das Pedreiras
- 9 Flamengo, Lagoa, Penha



Indicador 8: Razão de Dependência Jovem

Definição: percentual da população de 0 a 14 (economicamente inativa) anos sobre a população de 15 a 59 (economicamente ativa).

A Razão de Dependência Jovem, que mede a razão entre a população ativa (de 15 a 59 anos) e a população inativa (de 0 a 14 anos), mostra que a Região 1 tem, proporcionalmente, muito mais crianças e adolescentes (população inativa) para ser sustentada pela população ativa (43,8%). A média do município é de 39,4%.

Tabela 9 – Razão de Dependência Jovem - RDJ

Região Geográfica	de 0 a 14 anos	de 15 a 59 anos	RDJ (%)
Região 3	4.201	12.874	32,6%
Região 5	5.711	16.501	34,6%
Região 9	13.403	36.204	37,0%
Região 4	7.652	19.934	38,4%
Região 6	8.517	22.097	38,5%
Região 7	9.277	23.968	38,7%
Região 8	10.476	25.993	40,3%
Região 2	9.908	23.923	41,4%
Região 1	7.502	17.118	43,8%
Município	76.647	198.636	38,6%

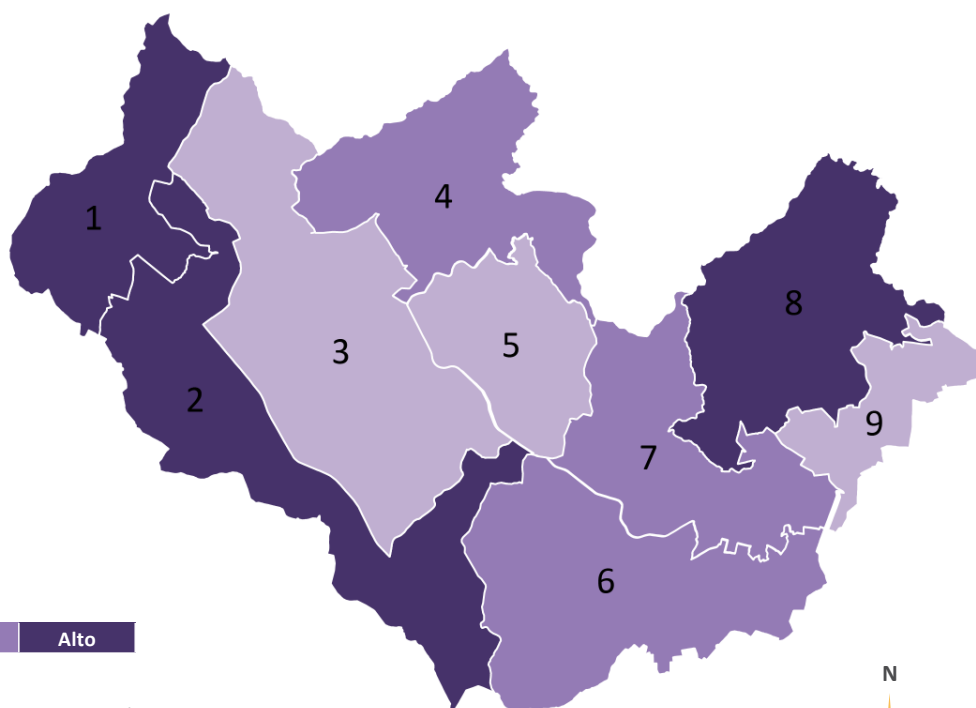
Fonte: IBGE, 2010.

Menor Valor	Região 3	32,6%
Média	Ribeirão das Neves	38,7%
Maior Valor	Região 1	43,8%

**Diferença:
0,3 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

RDJ	
Brasil	37%
MG	34,1%



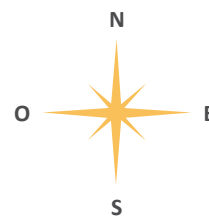
Legendas do Mapa

Cores:

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------

Regiões Geográficas:

- 1 Fazenda Castro, Florença, Metropolitano
- 2 Colina, Alterosa, Belvedere
- 3 Cirin, Distrito Industrial, Esplanada
- 4 Alicante, Barcelona, Rosaneves
- 5 Bom Sossego, Bela Vista, Freitas, Campos Silveira
- 6 Paquetá, Monte Verde, Dona Clarice
- 7 Vila da Mina, Cerejeira, Elizabeth
- 8 Santa Margarida, Suely, Alto das Pedreiras
- 9 Flamengo, Lagoa, Penha



Indicador 9: Responsável Adolescente⁷

Definição: população de 12 a 17 anos responsável por domicílio particular ocupado residente na região, sobre o total de responsáveis por domicílios residentes na mesma região.

Dos 85.218 responsáveis por domicílio 0,9% são adolescentes, um total de 786 no município. A região com o maior percentual de adolescentes responsáveis é a Região 3 com 1,6% dos responsáveis adolescentes.

Tabela 10 – Adolescentes responsáveis por domicílios

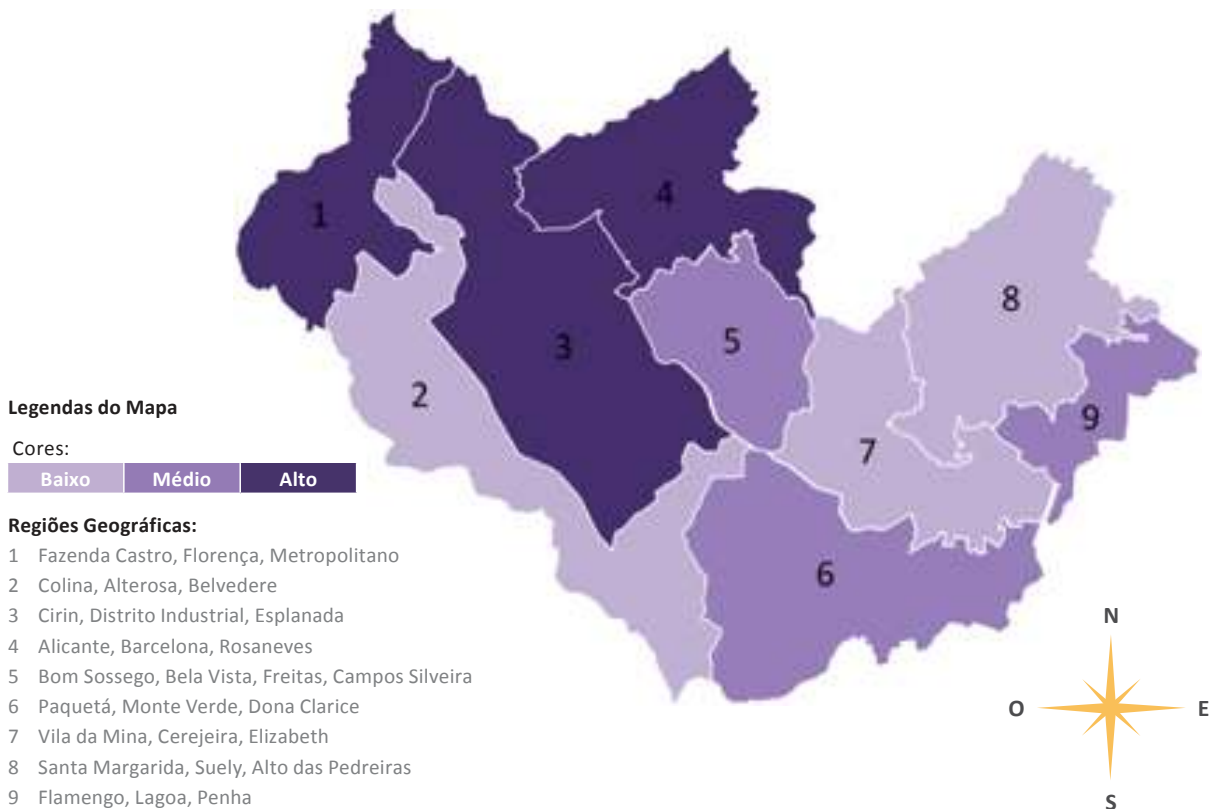
Região Geográfica	Responsáveis			Menor Valor	Média	Maior Valor
	Total	Adolescentes	Região (%)			
Região 8	11.361	28	0,2%	Região 8	0,2%	Ribeirão das Neves
Região 2	10.436	64	0,6%	Ribeirão das Neves	0,9%	
Região 7	10.498	79	0,8%	Região 3	1,6%	
Região 6	9.497	97	1,0%			
Região 5	6.682	70	1,0%			
Região 9	15.878	183	1,2%			
Região 4	8.658	101	1,2%			
Região 1	7.654	90	1,2%			
Região 3	4.554	74	1,6%			
Município	85.218	786	0,9%			

Diferença:
7 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Adolescentes responsáveis	
Brasil	0,7%
MG	0,5%

Fonte: IBGE, 2010.



7 Para cálculo, considera-se responsável a pessoa com 10 ou mais anos de idade, com ou sem laço de parentesco, reconhecida como responsável pela unidade domiciliar, assim como pelas normas e regras estabelecidas para a convivência.

Indicador 10: Renda per capita domiciliar de até 1/4 do salário mínimo

Definição: domicílios particulares ocupados da região e com renda per capita de até 1/4 do salário mínimo (SM), sobre o total de domicílios particulares ocupados na mesma região.

O município apresentava em 2010 um total de 82.018 domicílios com rendimentos, dos quais 7,4% tinham renda per capita inferior a 1/4 o salário mínimo. A região com o maior percentual de domicílios com essa renda per capita é a Região 1, com 9,6% dos domicílios, região esta que também foi destaque na Razão de Dependência Jovem.

Tabela 11 – Renda per capita domiciliar de até 1/4 do salário mínimo (SM)

Região Geográfica	Total de domicílios	Até 1/4 (R\$ 63,76 a R\$ 127,50)	
		Quant.	(%)
Região 9	15.190	953	6,3%
Região 5	6.495	447	6,9%
Região 2	10.149	715	7,0%
Região 8	10.963	775	7,1%
Região 7	10.083	729	7,2%
Região 3	4.362	326	7,5%
Região 6	9.080	718	7,9%
Região 4	8.392	705	8,4%
Região 1	7.304	703	9,6%
Município	82.018	6.071	7,4%

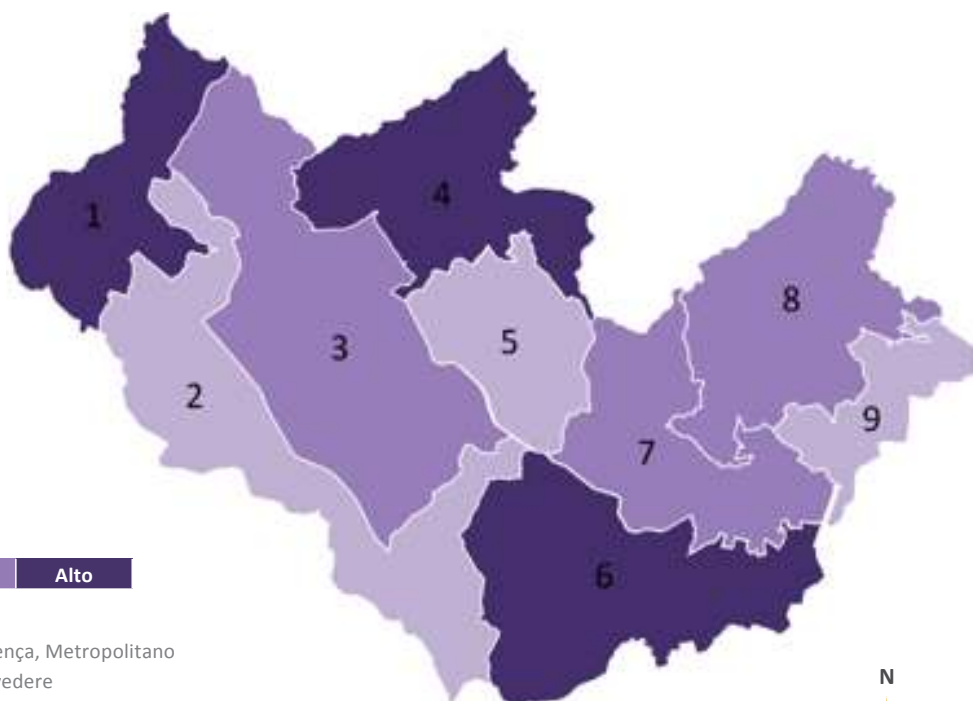
Fonte: IBGE, 2010.

Menor Valor	Região 9	6,3%
Média	Ribeirão das Neves	7,4%
Maior Valor	Região 1	9,6%

**Diferença:
0,5 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Renda per capita	
Brasil	10,9%
MG	8,1%



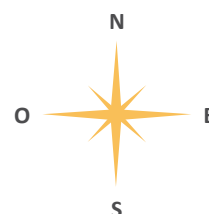
Legendas do Mapa

Cores:

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------

Regiões Geográficas:

- 1 Fazenda Castro, Florença, Metropolitano
- 2 Colina, Alterosa, Belvedere
- 3 Cirin, Distrito Industrial, Esplanada
- 4 Alicante, Barcelona, Rosaneves
- 5 Bom Sossego, Bela Vista, Freitas, Campos Silveira
- 6 Paquetá, Monte Verde, Dona Clarice
- 7 Vila da Mina, Cerejeira, Elizabeth
- 8 Santa Margarida, Suely, Alto das Pedreiras
- 9 Flamengo, Lagoa, Penha



6. O CONCEITO DE TRABALHO INFANTIL

De acordo com a legislação vigente e com o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador, o conceito de trabalho infantil é atribuído à execução de atividades de sobrevivência e/ou econômicas, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 (dezesesseis) anos – ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos – independentemente da sua condição ocupacional, cujas atividades sejam incompatíveis com o seu desenvolvimento e cujos horários e locais não permitam a frequência escolar.

Quadro 8 – Situações de trabalho por faixa etária, conforme a legislação vigente

1. **0 a 13 anos** – Proibição de qualquer forma de trabalho infantil (Art. 60 do ECA);
2. **14 a 16 anos** – Proibição de qualquer forma de trabalho infantil, salvo na condição de aprendiz (Art. 7º, XXXIII da CF; Art. 403 da CLT);
3. **16 a 18 anos** – Permissão restrita, sendo proibidas as atividades consideradas noturnas (entre 22h e 5h na região urbana e entre 20h e 4h na rural), perigosas, insalubres, penosas, realizadas em locais prejudiciais à formação e ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social de adolescentes, enquadradas na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP), aprovada pelo Decreto nº 6.481/2008, ou ainda a critério do juízo competente (Art. 7º, XXXIII da CF; Art. 402 e 404 da CLT).

A inserção do adolescente no mercado de trabalho é positiva quando realizada na idade certa e de forma regular, sendo uma excelente ferramenta para o amadurecimento pessoal e o desenvolvimento de competências como responsabilização, respeito, educação financeira entre outros. Todavia, as situações irregulares de trabalho tendem a prejudicar o desenvolvimento pleno da criança e do adolescente, em função dos riscos aos quais estão expostos, em que se destacam:

- **Prejuízos à saúde:** por estarem expostos ao sol forte, a doenças, locais com pouca ou nenhuma higiene, sem a proteção necessária, ou ainda por executarem atividades incompatíveis com sua idade e que possam comprometer sua formação física.
- **Infrequência e evasão escolar:** pelo comprometimento do desempenho estudantil seja em função do cansaço em virtude de jornada dupla, ocasionando o distanciamento ou abandono escolar, ou por enxergar a atividade do trabalho como um meio alternativo de subsistência.
- **Exposição a riscos:** por estarem desprotegidos, acabam expostos a uma série de riscos e acidentes, abrindo espaço para outras violações, tais como o abuso psicológico e sexual, e também ao envolvimento com atividades ilícitas.

6.1. PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI)

Para coibir e combater a realidade social brasileira de trabalho infantojuvenil, em 1996 o Governo Federal lançou – através do extinto Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) e com apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), inicialmente destinados às famílias com filhos na faixa etária entre 7 e 14 anos, submetidos a trabalhos caracterizados como insalubres, degradantes, penosos e de exploração na zona rural, inicialmente na região de Três Lagoas - MS.

Nos primeiros anos de sua existência, o PETI foi progressivamente ampliando sua cobertura aos demais estados, assim como também estendendo seu público-alvo, incorporando a faixa etária de 15 anos, assim como as famílias da zona urbana. O programa estava inicialmente pautado em ações que possibilitassem a educação e escolarização, o apoio e orientação às famílias, a retirada das crianças e adolescentes das situações de trabalho que colocassem em risco sua saúde e segurança, e na implementação de programas e projetos de geração de trabalho e ampliação da renda para essas famílias. Sua operacionalização deu-se através da disponibilização de um auxílio financeiro, denominado “Bolsa Criança Cidadã”, para cada criança afastada de situações de trabalho, tendo como contrapartida a matrícula e frequência escolar em turno regular, e a participação em jornada ampliada em turno oposto, de atividades educacionais, esportivas, culturais, artísticas e de lazer.

Atualmente o programa está alocado na Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, vinculada ao Ministério da Cidadania, como parte integrante e intersetorial da política pública de assistência social, principalmente com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a partir de 2005, período em que houve a integração do PETI com o Programa Bolsa Família, a inserção do registro e atendimento das famílias de crianças e adolescentes em situação do trabalho infantil por meio de sua inclusão no CadÚnico, no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), dentre outros.

O programa foi redesenhado em 2014 em consonância com o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (Reedição 2011 – 2015), cujo processo foi acompanhado pela Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI). Assim, sua nova configuração está pautada na realização de ações estratégicas voltadas ao enfrentamento das situações do trabalho infantil no Brasil, no fortalecimento do programa e na qualificação e atuação da rede de proteção social do SUAS, visando potencializar os serviços socioassistenciais existentes, bem como articular ações com outras políticas públicas, por meio da criação de uma agenda intersetorial de erradicação do trabalho infantil.

Quadro 9 – Tipos de trabalho infantil definidos pelo Decreto de nº 6.481/2008

Trabalho realizado na rua	•Caracteriza-se por atividades como venda e comércio de artigos ambulantes, flanelinhas e “guardadores de carro”, pelo transporte de coisas e objetos, coleta de materiais reciclados, dentre outros.
Trabalho infantil doméstico	•O trabalho doméstico é uma das formas mais comuns e tradicionais de trabalho infantil e também a mais difícil de ser identificada, por ser realizado entre muros domiciliares, em que crianças e adolescentes executam atividades de natureza doméstica (incluindo cuidar de crianças). Pode ser realizado de duas formas: na casa de terceiros ou parentes; ou na casa da própria família, quando a criança ou adolescente assume responsabilidades típicas de um adulto, incompatível com o seu processo de desenvolvimento.
Trabalho em atividades ilícitas	•Nesta forma de trabalho crianças e adolescentes são utilizados para a prática de ilícitos graves, como o tráfico de drogas, a pornografia e a exploração sexual comercial. É considerado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como uma das piores formas de trabalho, em cuja relação podem ser observados requisitos como subordinação, continuidade, remuneração e pessoalidade.
Trabalho informal, eventual ou sazonal	•A legislação brasileira não permite a realização de qualquer trabalho antes da idade mínima permitida – de 16 anos, exceto na condição de aprendiz que é de 14 anos – e também exige a vinculação empregatícia, ou seja, o registro em Carteira de Trabalho para menores de 18 anos. Assim, mesmo que o trabalho não seja permanente, ou tenha pequena carga horária, ou seja em determinada época do ano, se ele não tiver preenchido ambos os requisitos – de idade mínima e do registro formal – será considerado trabalho infantil, por ser informal e irregular.
Trabalho perigoso, insalubre ou prejudicial	•A realização de trabalhos perigosos ou insalubres é expressamente proibida a crianças ou adolescentes, por compreenderem atividades (definidas em lei própria) que, devido à sua natureza e circunstâncias em que são executados, possam comprometer ou prejudicar o seu desenvolvimento, a saúde, a segurança ou a moral.
Trabalho noturno	•O trabalho noturno é liberado a partir dos 18 anos de idade, cujo conceito compreende atividades realizadas entre as 22h até as 5h da manhã do dia seguinte para a zona urbana, e das 20h às 4h na zona rural.
Trabalho prejudicial à sua formação moral	•Previsto pelo art. 405, § 3º, da CLT, compreende quaisquer formas de trabalho que venham a comprometer ou prejudicar a formação moral da criança ou adolescente, como venda de bebidas alcóolicas, realizadas em teatros, cinemas, boates, cassinos, cabarés, dancings e estabelecimentos análogos; ou outras atividades enquadradas pelo juízo da autoridade competente.
Trabalhos virtuais	•Essa modalidade por ser recente ainda exige debate e estudos sobre os limites da participação de crianças e adolescentes nos meios virtuais como: blogs, vlogs, campeonatos de videogame on-line, páginas em sites de relacionamentos que atraem anunciantes, prestação de serviços pela internet, entre outras atividades similares.

7. DADOS GERAIS SOBRE O TRABALHO INFANTIL NO MUNICÍPIO

Inicia-se a análise desta temática com base nos dados disponibilizados pelo IBGE⁸, cujo conceito de trabalho infantil compreende as formas de trabalho que não se enquadram nas condições definidas na legislação brasileira como admissível para ser realizado por pessoas de menos de 18 anos de idade. Porém, a investigação dos números em relação ao trabalho do Censo Demográfico do IBGE não foi destinada a captar todas as condições definidas na legislação para caracterizar o trabalho admissível para crianças e adolescentes, a fim de separar aqueles efetivamente em trabalho infantil.

Entretanto, permite estimar o contingente de crianças e adolescentes ocupados de 10 a 17 anos de idade e, ainda, identificar a parcela empregada com carteira de trabalho assinada, que é uma das condições exigidas pela legislação que rege a proteção trabalhista dos menores de idade para a sua admissão em emprego.

Considerou-se no Censo Demográfico como trabalho em atividade econômica o exercício de:

- Ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) na produção de bens ou serviços;
- Ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) no serviço doméstico;
- Ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida em ajuda na atividade econômica, no setor privado, de morador do domicílio; ou
- Ocupação desenvolvida na produção de bens, compreendendo as atividades da agricultura, pecuária, destinados somente à alimentação de, pelo menos, um morador do domicílio.

E ainda, considerou-se como ocupado na semana de referência do Censo Demográfico:

- A pessoa que exerceu algum trabalho durante pelo menos uma hora completa na semana de referência; ou
- Pessoa que tinha trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastada nessa semana.

Considerou-se também na condição de ocupado, a pessoa temporariamente afastada de trabalho remunerado que não trabalhou durante pelo menos uma hora completa na semana de referência por motivo de férias, licença remunerada pelo empregador ou por instituto de previdência, falta voluntária ao trabalho, greve, suspensão temporária do contrato de trabalho, doença, más condições do tempo, quebra de máquina, limitação de produção ou qualquer outro impedimento independente da sua vontade.

8 Censo Demográfico de 2010 (Microdados).

Do total de 46.152 crianças e adolescentes, 4.180 estavam ocupados na semana de referência do Censo Demográfico, o que equivale a 9,1%. A faixa etária com o maior percentual de ocupados é a de 16 a 17 anos, com 24,7%

Tabela 12 – Crianças e adolescentes ocupados na faixa etária de 10 a 17 anos

Faixa etária	População total	População ocupada	(%)	
10 a 13 anos	23.226	715	3,1%	
14 a 15 anos	12.247	825	6,7%	
16 a 17 anos	10.680	2.640	24,7%	
10 a 17 anos	46.153	4.180	9,1%	

Fonte: Censo Demográfico IBGE (Microdados), 2010

Mesmo no grupo de 14 a 17 anos, no qual se permite realização de algum trabalho, desde que respeitadas as leis, tem-se que a maioria que está ocupada trabalha informalmente sem carteira de trabalho assinada (68,9%). Esse percentual é ainda maior na faixa etária de 14 a 15 anos, chega a 89,6% dos ocupados.

Tabela 13 – Adolescentes de 14 a 17 anos ocupados por tipo de contratação

Faixa etária	Com carteira de trabalho assinada		Sem carteira de trabalho assinada		População ocupada
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	(%)
14 a 15 anos	86	10,4%	739	89,6%	825
16 a 17 anos	991	37,5%	1.649	62,5%	2.640
14 a 17 anos	1.077	31,1%	2.388	68,9%	3.465

Fonte: Censo Demográfico IBGE (Microdados), 2010

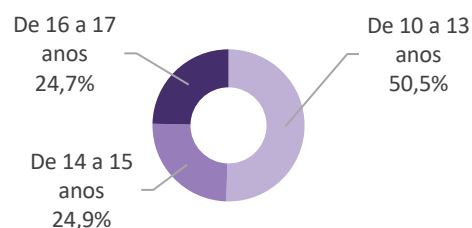
8. PERFIL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ENTREVISTADOS

Para a construção desse diagnóstico, foram entrevistados no total 941 crianças e adolescentes, na faixa etária entre 10 e 17 anos, cujo número amostral foi calculado com base na proporção populacional por classe de idade. Destaca-se que a faixa etária com maior representatividade foi a de 10 a 13 anos, com 50,5% da amostra.

Tabela 14 – Faixa etária

Faixa Etária	Citações	(%)
De 10 a 13 anos	475	50,5%
De 14 a 15 anos	234	24,9%
De 16 a 17 anos	232	24,7%
Total	941	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.



Desdobrando as classes por idade, a maior representatividade é 12 anos, com 14% da amostra, seguida de 16 anos com 13,5% e 10 anos com 13,1%.

Tabela 15 – Idade

Idade	Citações	(%)
10 anos	123	13,1%
11 anos	116	12,3%
12 anos	132	14,0%
13 anos	104	11,1%
14 anos	116	12,3%
15 anos	118	12,5%
16 anos	127	13,5%
17 anos	105	11,2%
Total	941	100,0%

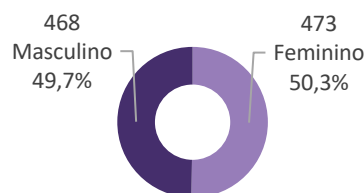
Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Em relação à proporção do sexo dos entrevistados, 50,3% são do feminino e 49,7% do masculino.

Tabela 16 – Sexo

Sexo	Citações	(%)
Feminino	473	50,3%
Masculino	468	49,7%
Total	941	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.



Importante destacar ainda que a amostra da pesquisa também foi calculada proporcionalmente pela região territorial definida para fins deste diagnóstico, considerando sua população habitante, em que as regiões 9, 8 e 4 são as mais representativas, com respectivamente, 17,1%, 14,1% e 13,9% dos entrevistados.

Tabela 17 – Região de referência da residência

Idade	Citações	(%)	
Região 1	86	9,1%	
Região 2	108	11,5%	
Região 3	57	6,1%	
Região 4	131	13,9%	
Região 5	70	7,4%	
Região 6	93	9,9%	
Região 7	102	10,8%	
Região 8	133	14,1%	
Região 9	161	17,1%	
Total	941	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Ainda sobre o perfil dos entrevistados, 97,4% declararam ter nascido no estado de Minas Gerais. Apenas 2% são de outros estados, e 0,6% de outros países.

Tabela 18 – Estado de nascimento

Estado	Citações	(%)	
Minas Gerais	917	97,4%	
Outros estados	18	2,0%	
Outros países	6	0,6%	
Total	941	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Considerando a raça/cor dos entrevistados, a maior representatividade foi de pardo/mutado, com 56%, seguida da negra, com 23,9%, e da branca, com 18,1%.

Tabela 19 – Raça/cor

Raça/cor	Citações	(%)	
Pardo/mulato	527	56,0%	
Negro	225	23,9%	
Branco	170	18,1%	
Amarelo/oriental	14	1,5%	
Indígena	5	0,5%	
Total	941	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Com relação à religião, prevalece a evangélica com 52,5%, seguida da católica com 28,9% dos entrevistados. Um percentual de 10,8% afirmou não ter religião.

Tabela 20 – Religião

Religião	Citações	(%)
Evangélica	494	52,5%
Católica	272	28,9%
Testemunha de Jeová	20	2,1%
Ateu	12	1,3%
Adventista	4	0,4%
Espírita	3	0,3%
Religiões de matriz africana (umbanda, candomblé)	3	0,3%
Santo Daime	1	0,1%
Mórmons	1	0,1%
Nenhuma	102	10,8%
Não sei responder	29	3,1%
Total	941	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

A pesquisa apontou 8,7% dos entrevistados utilizando drogas lícitas e, destes (82 entrevistados), 89% utilizam bebida alcoólica e ainda 26,8% citaram usar cigarro. No percentual total da amostra tem-se que 2,3% dos entrevistados utilizam cigarro e 7,8% utilizam bebida alcoólica.

Tabela 21 – Uso de droga lícita

Uso de droga lícita	Citações	(%)
Não utiliza	856	91,0%
Não quis responder	3	0,3%
Utiliza	82	8,7%
Total	941	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

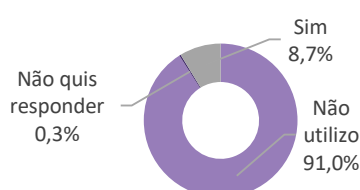


Tabela 22 – Tipo de droga lícita utilizada, segundo tipo de droga e total da amostra

Tipo de droga	Citações*	(%) Tipo de droga	% Total amostra
Bebida alcoólica	73	89,0%	7,8%
Cigarro	22	26,8%	2,3%
Total	82	-	8,7%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

*Foi admitida mais de uma opção de resposta para esta pergunta

Quando perguntados por drogas ilícitas 13 entrevistados afirmaram que utilizam maconha e, dentre esses, um deles ainda utiliza cocaína. No percentual geral proporcional à amostra tem-se que 1,4% utiliza maconha e 0,1% cocaína.

Tabela 23 – Uso de droga ilícita

Uso de droga ilícita	Citações	(%)
Não utilizo	920	97,8%
Não quis responder	8	0,9%
Utiliza	13	1,4%
Total	941	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

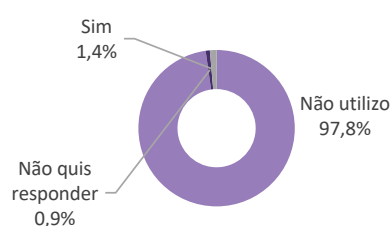


Tabela 24 – Tipo de droga ilícita utilizada

Tipo de droga	Citações*	(%) Tipo de droga	% Total amostra
Maconha	13	100,0%	1,4%
Cocaína	1	7,7%	0,1%
Total	13	-	1,4%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

*Foi admitida mais de uma opção de resposta para esta pergunta

Os arranjos familiares mostram que na maioria dos entrevistados, 36% moram com Pai+Mãe+Irmãos e outros 12,6% com Pai+Mãe. Outra situação também bastante comum é morar com a Mãe+Irmão (12,3%) ou só com a Mãe (8%).

Tabela 25 – Arranjos familiares dos entrevistados

Arranjo familiar	Citações	(%)	
Pai;Mãe;Irmão(a)	339	36,0%	
Pai;Mãe	119	12,6%	
Mãe;Irmão(a)	116	12,3%	
Mãe	75	8,0%	
Mãe;Padastro/Madastra;Irmão(a)	60	6,4%	
Mãe;Padastro/Madastra	27	2,9%	
Avó/Avô	21	2,2%	
Pai;Padastro/Madastra;Irmão(a)	17	1,8%	
Pai	15	1,6%	
Avó/Avô;Mãe	15	1,6%	
Pai;Avó/Avô;Mãe;Irmão(a)	14	1,5%	
Avó/Avô;Mãe;Irmão(a)	13	1,4%	
Pai;Irmão(a)	12	1,3%	
Outras composições familiares	98	10,4%	
Total	941	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Em relação ao grau de parentesco domiciliar, percebe-se que 87,7% moram com a mãe e apenas 58,8% com o pai.

Tabela 26 – Grau de parentesco domiciliar dos entrevistados

Parentesco	Citações	Amostra	(%)	
Mãe	825	941	87,7%	
Irmão(a)	615	941	65,4%	
Pai	553	941	58,8%	
Padrasto/Madastra	117	941	12,4%	
Avó/Avô	112	941	11,9%	
Tios	40	941	4,3%	
Primos	20	941	2,1%	
Outros familiares	12	941	1,3%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Na questão do sustento da família, 31% tem a configuração Pai+Mãe auxiliando no sustento, 17,9% só o pai e em 17,5% só a mãe. Essas três configurações representam mais de 65% das residências dos entrevistados.

Tabela 27 – Responsáveis pelo sustento familiar dos entrevistados

Responsável	Citações	(%)	
Pai;Mãe	292	31,0%	
Mãe	168	17,9%	
Pai	165	17,5%	
Mãe;Padastro/Madastra	58	6,2%	
Avó/Avô	40	4,3%	
Pai;Mãe;Irmão(a)	34	3,6%	
Mãe;Avó/Avô	23	2,4%	
Mãe;Irmão(a)	23	2,4%	
Padastro/Madastra	17	1,8%	
Pai;Padastro/Madastra	14	1,5%	
Pai;Mãe;Avó/Avô	11	1,2%	
Pai;Irmão(a)	10	1,1%	
Outros	86	9,1%	
Total	941	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Quando a análise refere aos responsáveis pelo sustento familiar, a mãe se destaca com 69,1% e o Pai com 59,5%, maioria nesta variável.

Tabela 28 – Responsáveis pelo sustento por membro familiar

Responsável	Citações	Amostra	(%)	
Mãe	650	941	69,1%	
Pai	560	941	59,5%	
Padastro/Madastra	103	941	10,9%	
Avó/Avô	100	941	10,6%	
Irmão(a)	95	941	10,1%	
Tios	29	941	3,1%	
Eu mesmo(a)	28	941	3,0%	
Primos	5	941	0,5%	
Outros familiares	4	941	0,4%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

A maioria dos entrevistados afirmou não receber Programa Bolsa Família (PBF) (53%). Um percentual de 15,3% afirmou não saber se a família recebe ou não PBF.

Tabela 29 – Entrevistados com a família cadastrada Programa Bolsa Família

Recebe PBF	Citações	(%)	
Não	499	53,0%	
Sim	298	31,7%	
Não sei	144	15,3%	
Total	941	100,0%	

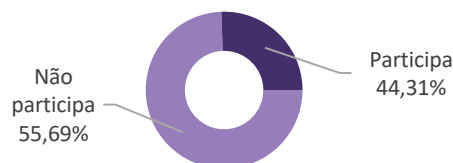
Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

A participação em grupos sociais e comunitários atinge 44,31% das crianças e adolescentes entrevistados.

Tabela 30 – Participação em grupos socializadores

Participação	Citações	(%)
Não participa	524	55,69%
Participa	417	44,31%
Total*	941	100%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.



Os grupos religiosos são os que mais concentram a participação, 57,3%. Seguido dos grupos esportivos que somam 35,7% e o musical 18,9% das 417 crianças e adolescentes que participam de grupos.

Tabela 31 – Tipos de grupos socializadores

Grupo	Citações	(%)
Religioso	239	57,3%
Esportivo	149	35,7%
Musical	79	18,9%
Cultural	26	6,2%
Político	6	1,4%
Voluntariado	2	0,5%
Escotismo	1	0,2%
Jogos virtuais	1	0,2%
Total*	417	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

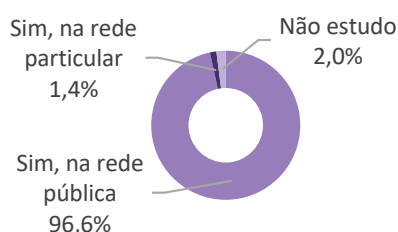
*Foi admitida mais de uma opção de resposta para esta pergunta

Em relação ao perfil educacional dos entrevistados, 2% afirmou não estudar. Dos que estudam, 96,6% estudam em escola pública e 1,4% na rede particular.

Tabela 32 – Situação escolar

Frequenta escola	Citações	(%)
Sim, na rede pública	909	96,6%
Sim, na rede particular	13	1,4%
Não estudo	19	2,0%
Total	941	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.



Dos entrevistados que estudam, 47,3% estão no período matutino e outros 44,4% vespertino. O integral foi representado na pesquisa por apenas 0,3% e o noturno por 8%.

Tabela 33 – Período no qual frequentam a escola

Período	Citações	(%)
Matutino (manhã)	436	47,3%
Vespertino (tarde)	409	44,4%
Integral	3	0,3%
Noturno (noite)	74	8,0%
Total	922	100,0%

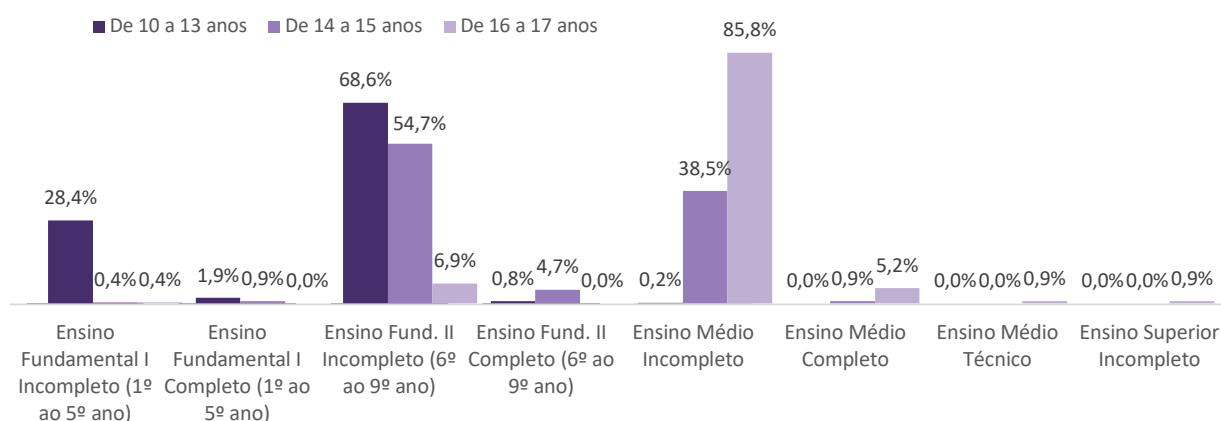
Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Observando por faixa etária a escolaridade, tem-se que de 10 a 13 anos todos estão no Ensino Fundamental. Já de 14 a 15 anos percebe-se já algumas poucas defasagens escolares (três ainda no Ensino Fundamental I, assim como no caso da faixa etária de 16 a 17 anos com 17 adolescentes que ainda não estão no Ensino Médio).

Tabela 34 – Grau de escolaridade por faixa etária

Escolaridade	De 10 a 13 anos		De 14 a 15 anos		De 16 a 17 anos	
	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)
Não sei ler nem escrever	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Ensino Fundamental I Incompleto (1º ao 5º ano)	135	28,4%	1	0,4%	1	0,4%
Ensino Fundamental I Completo (1º ao 5º ano)	9	1,9%	2	0,9%	0	0,0%
Ensino Fund. II Incompleto (6º ao 9º ano)	326	68,6%	128	54,7%	16	6,9%
Ensino Fund. II Completo (6º ao 9º ano)	4	0,8%	11	4,7%	0	0,0%
Ensino Médio Incompleto	1	0,2%	90	38,5%	199	85,8%
Ensino Médio Completo	0	0,0%	2	0,9%	12	5,2%
Ensino Médio Técnico	0	0,0%	0	0,0%	2	0,9%
Ensino Superior Incompleto	0	0,0%	0	0,0%	2	0,9%
Total	475	100,0%	234	100,0%	232	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.



Filtrando apenas os que não estudam, 42,1% já tinham o Ensino Médio Completo, e 52,6% já tinham 17 anos completos

Tabela 35 – Grau de escolaridade dos entrevistados que não estudam

Escolaridade	Citações	(%)
Ensino Fundamental I Incompleto (1º ao 5º ano)	1	5,3%
Ensino Fund. II Incompleto (6º ao 9º ano)	3	15,8%
Ensino Fund. II Completo (6º ao 9º ano)	1	5,3%
Ensino Médio Incompleto	6	31,6%
Ensino Médio Completo	8	42,1%
Total	19	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tabela 36 – Idade dos entrevistados que não estudam

Idade	Citações	(%)
14 anos	1	5,3%
15 anos	2	10,5%
16 anos	6	31,6%
17 anos	10	52,6%
Total	19	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Também foram incorporadas ao questionário perguntas que permitissem investigar aspectos da rotina dos entrevistados fora do horário e ambiente escolar, de modo a identificar com quem ficam, o que costumam fazer e se participam de atividades de esporte, cultura, lazer, estudo ou formações complementares, profissionais e técnicas.

Em relação ao local de permanência no período que não está na escola, 74,4% declararam permanecer em casa na maior parte do tempo. Outros locais aparecem com menor frequência, como trabalho, que soma 8,1% e na rua, 5,8%. No local de trabalho dos pais ficam 0,5% dos entrevistados.

Tabela 37 – Local de permanência no contraturno escolar

Local	Citações	(%)	
Em casa	700	74,4%	
No trabalho	76	8,1%	
Rua	55	5,8%	
Casa de parentes	25	2,7%	
Praça e Parque	22	2,3%	
Quadra	21	2,2%	
Projetos sociais ou cursos	19	2,0%	
Casa de amigos	15	1,6%	
Local de trabalho dos pais	5	0,5%	
Outros lugares	3	0,3%	
Total	941	198,1%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Quando questionados sobre o que fazem para ocupar o tempo quando não estão na escola, os entrevistados apontaram como principais atividades utilizar a internet ou o celular (40%), seguida de assistir TV (34,5%), e atividades domésticas (23,9%).

Tabela 38 – Atividades praticadas no contraturno escolar

Atividade	Citações	(%)	
Na internet ou no celular	376	40,0%	
Assistindo TV	325	34,5%	
Atividades domésticas	225	23,9%	
Estudando	184	19,6%	
Atividades esportivas	128	13,6%	
Trabalhando	88	9,4%	
Conversando com os amigos	77	8,2%	
Brincando	20	2,1%	
Atividades culturais	15	1,6%	
Fazendo curso	14	1,5%	
Não faço nada	11	1,2%	
Dormindo	8	0,9%	
Ouvindo música	1	0,1%	
Total*	941	-	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

*Foi admitida mais de uma opção de resposta para esta pergunta

Em 54,8% dos casos os entrevistados ficam com o pai ou a mãe quando não estão na escola. Os irmãos representam 27,3% e 15,3% ficam sozinhos.

Tabela 39 – Com quem costumam ficar quando não estão na escola

Vínculo	Citações	(%)	
Pai/Mãe	457	54,8%	
Irmão(a)	228	27,3%	
Sozinho	128	15,3%	
Avó/Avô	111	13,3%	
Amigos	38	4,6%	
Tio(a)	9	1,1%	
Babá	8	1,0%	
Vizinhos/conhecidos	4	0,5%	
Padrasto/Madrasta	2	0,2%	
Sobrinho(a)	1	0,1%	
Vizinhos/conhecidos	1	0,1%	
Marido	1	0,1%	
Primo/Prima	1	0,1%	
Padrasto/Madrasta	1	0,1%	
Primo(a)	1	0,1%	
Total*	834	-	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

*Foi admitida mais de uma opção de resposta para esta pergunta

Em Ribeirão das Neves o esporte mais praticado é o Futebol (campo, salão ou rua) (71,0%). Em segundo, porém pouco praticada, ficam as lutas (judô, boxe, karatê, capoeira, taekwondo) das quais 9,9% participam, e em terceiro o vôlei com 6,0%.

Tabela 40 – Esporte praticado

Esporte	Cit.	(%)	
Futebol (campo, salão ou rua)	179	71,0%	
Lutas	25	9,9%	
Vôlei	15	6,0%	
Natação	14	5,6%	
Queimada	8	3,2%	
Dança	8	3,2%	
Musculação	7	2,8%	
Bicicleta	5	2,0%	
Atletismo	3	1,2%	
Trekking	2	0,8%	
Tênis de mesa	2	0,8%	
Basquete	2	0,8%	
Skate	2	0,8%	
Handebol	1	0,4%	
Patinação	1	0,4%	
Parkour	1	0,4%	
Slackline	1	0,4%	
Total*	252	-	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

*Foi admitida mais de uma opção de resposta para esta pergunta

Focando agora nos que não praticam atividades esportivas, a afirmação de não gostar da atividade é a justificativa de 58,2% das 689 crianças e adolescentes entrevistados que não praticam esportes. Outros 19,2% afirmam que não tem próximo a sua casa. Em terceiro vem "não tenho condições financeiras", por mais 12,5%. Os outros motivos não somam aproximadamente 10%.

Tabela 41 – Justificativa por não praticar atividade esportiva

Justificativa	Cit.	(%)	
Não gosto	401	58,2%	
Não tem perto da minha casa	132	19,2%	
Não tenho condições financeiras	86	12,5%	
Não tem na escola	17	2,5%	
Meus pais não deixam	16	2,3%	
Não tenho tempo	13	1,9%	
Porque preciso trabalhar	13	1,9%	
Problema de saúde	6	0,9%	
Não tenho coragem	3	0,4%	
Não informado	2	0,3%	
Total*	689	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

*Um respondente poderia apontar mais de uma justificativa

Entre as atividades culturais houve mais equilíbrio. Duas atividades se destacaram entre as mais realizadas, as aulas de instrumentos musicais (violão, piano, violino, etc.) com 29,8% e as aulas de música/canto (23,7%). Em terceiro vem as aulas de idiomas, 15,8%.

Tabela 42 – Atividade cultural que participa

Atividade cultural	Cit.	(%)	
Aulas de instrumentos musicais (violão, piano, violino, etc.)	34	29,8%	
Aulas de música/canto	27	23,7%	
Idiomas	18	15,8%	
Dança	16	14,0%	
Teatro	16	14,0%	
Artes/pintura e desenho	9	7,9%	
Coral	9	7,9%	
Leitura	2	1,8%	
Circo	2	1,8%	
Fotografia	1	0,9%	
Cinema	1	0,9%	
Total*	114	-	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

*Foi admitida mais de uma opção de resposta para esta pergunta

Os mesmos motivos de não praticar as atividades esportivas, são citados nas atividades culturais: não gosto (55,4%); não tem perto da minha casa (24,5%); e, não tenho condições financeiras (12,1%).

Tabela 43 – Justificativa por não participar de atividade cultural

Justificativa	Cit.	(%)	
Não gosto	458	55,4%	
Não tem perto da minha casa	203	24,5%	
Não tenho condições financeiras	100	12,1%	
Não tem na escola	18	2,2%	
Porque preciso trabalhar	17	2,1%	
Não tenho tempo	12	1,5%	
Meus pais não deixam	12	1,5%	
Não informado	5	0,6%	
Não tenho coragem	1	0,1%	
Não sei responder	1	0,1%	
Total*	827	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Um respondente poderia apontar mais de uma justificativa

As atividades de lazer praticadas pela maioria é assistir TV (40,8%), encontro com os amigos (31,3%) e a visita a familiares (30,0%). Os jogos/vídeo game são praticados como atividade de lazer por 29,1%.

Tabela 44 – Atividade de lazer que pratica

Atividade de lazer	Cit.	(%)	
Assistir TV	380	40,8%	
Encontrar amigos	291	31,3%	
Visitar familiares	279	30,0%	
Jogos/vídeo game	271	29,1%	
Jogos esportivos	200	21,5%	
Shopping	198	21,3%	
Igreja	156	16,8%	
Cinema	91	9,8%	
Lanchonetes	86	9,2%	
Parques e praças	86	9,2%	
Baile	33	3,5%	
Biblioteca	20	2,1%	
Brincar	18	1,9%	
Balada	12	1,3%	
Bar	11	1,2%	
Internet/celular	10	1,1%	
Não realiza	10	1,1%	
Atividades culturais	10	1,1%	
Outro	19	2,0%	
Total*	931	-	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

*Foi admitida mais de uma opção de resposta para esta pergunta

Os poucos que declaram não fazer atividade de lazer, afirmam, na maioria das vezes, que não gostam (70,0%).

Tabela 45 – Justificativa de não praticar atividade de lazer

Justificativa	Cit.	(%)	
Não gostar	7	70,0%	
Não ter o que fazer	1	10,0%	
Não informado	2	20,0%	
Total	10	100%	

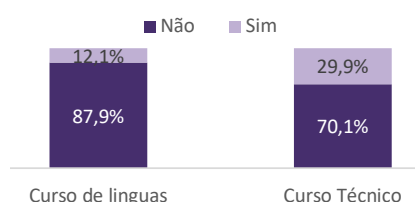
Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Investigou-se também a participação em cursos de idiomas e técnicos, sendo o primeiro frequentado por 12,1%, e o segundo por 29,9%.

Tabela 46 – Outros cursos que realizam

Justificativa	Curso de idiomas		Curso Técnico	
	Citações	(%)	Citações	(%)
Não	827	87,9%	660	70,1%
Sim	114	12,1%	281	29,9%
Total	941	100,0%	941	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.



Dos que fazem algum idioma, 91,2% fazem inglês. Espanhol é o segundo idioma mais realizado, 12,3%.

Tabela 47 – Idioma que estudam os entrevistados que frequentam cursos de idiomas

Idioma*	Cit.	(%)	
Inglês	104	91,2%	
Espanhol	14	12,3%	
Coreano	2	1,8%	
Francês	2	1,8%	
Português	2	1,8%	
Total *	114	-	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

*Um respondente poderia citar mais de um idioma

Entre os que fazem cursos, o de informática é mais praticado com 89,7% e os administrativos têm 16,7% dos entrevistados praticando.

Tabela 48 – Curso que frequentam

Curso	Cit.	(%)	
Informática	252	89,7%	
Administrativos	47	16,7%	
Curso Técnico	23	8,2%	
Curso de costura, bordado, pintura ou outro relacionado	5	1,8%	
Capacitação profissional	3	1,1%	
Curso de artes (música, teatro e dança)	3	1,1%	
Capacitação militar	1	0,4%	
Curso de idiomas	1	0,4%	
Total*	281	-	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

*Um respondente poderia citar mais de um curso

Quando solicitado uma justificativa de não fazer outros cursos, a principal resposta é não gostar ou não ter interesse, isso citado por 44,5% dos entrevistados. Outros dois motivos que se sobressaem são: não tem perto da minha casa (23,3%) e não tenho condições financeiras (22,9%).

Tabela 49 – Justificativa de não realizar curso técnico

Justificativa	Cit.	(%)	
Não gosto/Não tenho interesse	294	44,5%	
Não tem perto da minha casa	154	23,3%	
Não tenho condições financeiras	151	22,9%	
Não tem na escola	25	3,8%	
Não tenho tempo	9	1,4%	
Porque preciso trabalhar	9	1,4%	
Meus pais não deixam	8	1,2%	
Atrapalha os estudos	4	0,6%	
Já fiz, mas parei	2	0,3%	
Não sei responder	2	0,3%	
Sou muito novo	2	0,3%	
Total	660	100%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

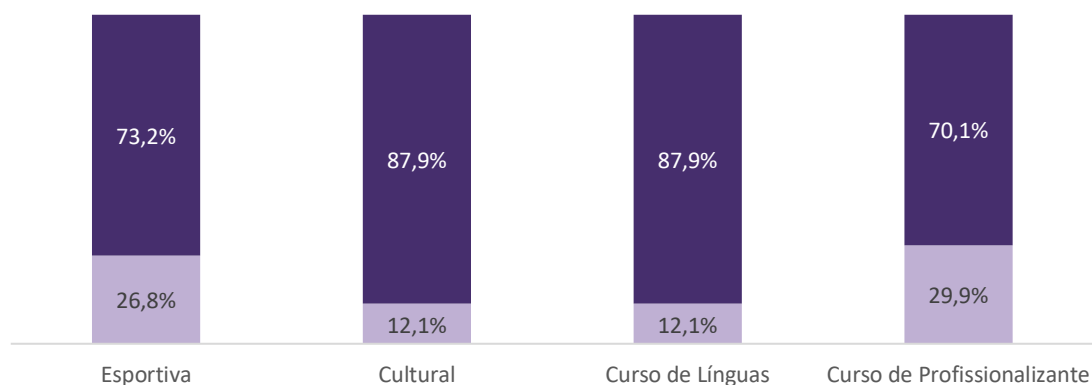
Um respondente poderia apontar mais de uma justificativa

Tabela 50 – Atividades que realizam os entrevistados

Resposta	Esportiva		Cultura		Curso de idiomas		Curso Profissionalizante	
	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)
Não participa	689	73,2%	827	87,9%	827	87,9%	660	70,1%
Sim	252	26,8%	114	12,1%	114	12,1%	281	29,9%
Total	941	100,0%	941	100,0%	941	100,0%	941	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

■ Sim ■ Não participa



9. SITUAÇÕES DE TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Através do questionário buscou-se identificar e quantificar, de forma genérica e ampla, as atividades desenvolvidas por crianças e adolescentes que pudessem vir a ser caracterizadas como possíveis situações de trabalho, em que foram disponibilizados e exemplificados 11 diferentes tipos de afazeres, conforme listado no quadro abaixo.

Quadro 10 – Definição das atividades contempladas no questionário

Tráfico de drogas	• A entrega de qualquer tipo de entorpecentes para outra pessoa, a pedido de alguém, por dinheiro ou para ganhar algo em troca, conforme Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).
Exploração sexual de crianças e adolescentes	• O uso ou permissão de uso do corpo ou de carícias ou outras formas de conotação sexual, por dinheiro ou para ganhar presentes ou alguma outra coisa em troca, conforme Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).
Atividade doméstica	• Realizar atividade doméstica para terceiros (§ 1º, Art 1º da Lei nº 150/2015); • Realizar atividade doméstica, onde mora e para a família.
Cuidar de crianças	• Cuidar de crianças na própria casa ou em outra residência para terceiros (§ 1º, art 1º da Lei nº 150/2015); • Cuidar de irmãos ou familiares menores, onde mora e para a família.
Coleta de materiais recicláveis	• O recolhimento e acondicionamento de resíduos sólidos recicláveis realizados em circunstâncias proibidas (na rua e por menor de 13 anos); ou para terceiros na informalidade; ou para a família e por conta própria.
Vendas ou atendimento	• A realização de atendimento ou qualquer tipo de atividade de venda em circunstâncias proibidas (na rua e por menor de 13 anos); para terceiros na informalidade, ou para a família ou por conta própria.
Lavação ou oficina mecânica	• A realização de atividade de lavação e serviços prestados em oficina mecânica em circunstâncias proibidas (na rua e por menor de 13 anos); para terceiros na informalidade; ou para a família ou por conta própria.
Trabalho rural	• O trabalho em atividades agroeconômicas em circunstâncias proibidas (na rua e por menor de 13 anos); para terceiros na informalidade; ou para a família ou por conta própria, considerando aspectos da Lei nº 11.326/2006.
Atividades manuais	• A realização de atividades manuais como costura, bordado, manicure, confecção de artesanato, culinária, entre outros, em circunstâncias proibidas (na rua e menor de 13 anos); para terceiros na informalidade; ou para a família ou por conta própria.
Atividades administrativas	• A realização de atividades administrativas em escritório em circunstâncias proibidas (menor de 13 anos); para terceiros na informalidade; ou para a família.
Mendicância	• O ato de pedir dinheiro, alimento, incentivo ou doação nas ruas.

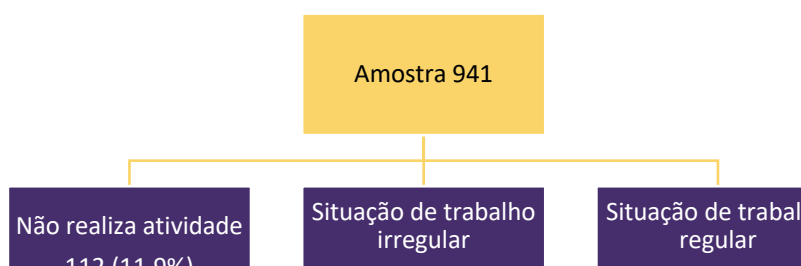
Neste contexto, e em conformidade com a legislação vigente, foram definidos pela Comissão de Acompanhamento e pela equipe técnica do Diagnóstico, critérios por atividade – considerando variáveis como idade, tempo, frequência e local – para a classificação das situações de trabalho como regulares ou irregulares, categorizados em três grupos distintos:

Quadro 11 – Classificação das situações de trabalho

- 1. Não trabalha:** crianças e adolescentes que afirmaram não realizar nenhuma atividade
- 2. Situação de trabalho regular:** crianças e adolescentes em situação de trabalho formalizado ou que realizam atividades socializadoras.
- 3. Situação de trabalho irregular:** crianças e adolescentes que realizam atividades não formalizadas ou com conotação de trabalho infantil. A partir do capítulo 9.1 serão apresentadas as situações irregulares passíveis de regularização e aquelas que foram identificadas na pesquisa que, segundo parâmetros legais, são proibidas, o que denota fortes indícios de trabalho infantil.

Nesta primeira abordagem da situação de trabalho dos entrevistados, tem-se que 88,1% dos entrevistados afirmaram realizar alguma atividade. Dentre esses, 55,2% estão em situação que pode ser caracterizada como trabalho irregular e 32,9% em situação de trabalho regular.

Quadro 12 – Panorama geral das situações de trabalho dos entrevistados



A partir deste panorama dá-se início à análise das situações de trabalho sob a perspectiva de regularidade ou irregularidade. Em seguida, as situações irregulares serão desdobradas por tipo de atividade, destacando as situações passíveis de regularização dos casos que apresentam fortes indícios de caracterização de trabalho infantil. Posteriormente, também serão analisadas as situações regulares e os entrevistados que declararam não realizar nenhuma atividade.

9.1. MAPA DA SITUAÇÃO DE TRABALHO IRREGULAR POR REGIÃO

O município apresenta 55,2% dos entrevistados em situação irregular de trabalho, e a Região 1 é a que teve o maior percentual proporcionalmente à sua amostra (70,9%). A região com o menor percentual é a 6, com 39,8%.

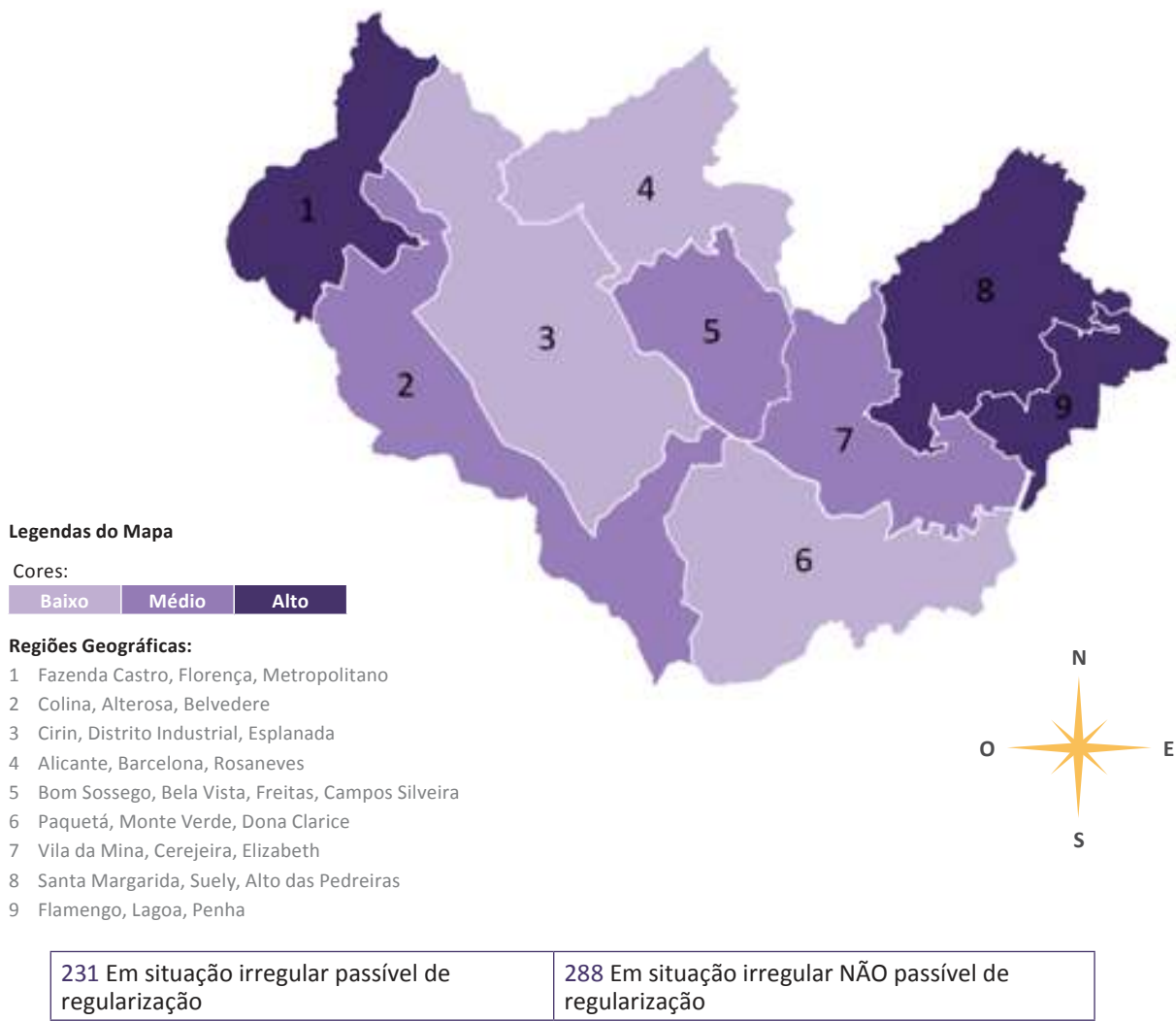
Tabela 51 – Região dos entrevistados em situação de trabalho irregular na amostra

Região Geográfica	Obs.	Amostra	(%) Penetração Amostral	Menor Valor	Região 6	39,8%
				Média	Ribeirão das Neves	55,2%
				Maior Valor	Região 1	70,9%
Região 6	37	93	39,8%			
Região 3	27	57	47,4%			
Região 4	63	131	48,1%			
Região 7	51	102	50,0%			
Região 2	61	108	56,5%			
Região 5	41	70	58,6%			
Região 9	97	161	60,2%			
Região 8	81	133	60,9%			
Região 1	61	86	70,9%			
Total	519	941	55,2%			

Diferença:
0,8 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte:Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.



Analisando as situações irregulares sob a perspectiva do PETI, destaca-se as atividades realizadas no âmbito familiar em 90,7% dos casos, seguida da atividade doméstica (76%). Os trabalhos em atividades ilícitas representam 2,4%.

Tabela 52 – Classificação segundo o PETI

Atividade segundo PETI	Citações	(%)
Atividade em âmbito familiar	1249	90,7%
Trabalho infantil doméstico domiciliar	1046	76,0%
Trabalho penoso, perigoso e insalubre	233	16,9%
Trabalho infantil doméstico para terceiros	206	15,0%
Atividade em benefício de terceiros	138	10,0%
Trabalho realizado nas ruas	95	6,9%
Trabalho informal ou eventual	93	6,8%
Mendicância	39	2,8%
Trabalho em atividades ilícitas	33	2,4%
Tráfico de drogas	28	2,0%
Trabalho infantil sexual	15	1,1%
Realizam a atividade em situação irregular	1.377	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

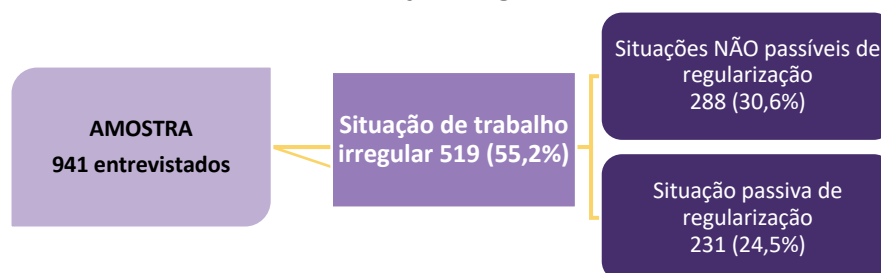
Nas situações apontadas como irregulares, a análise foi dividida em dois grupos:

Quadro 13 – Análise da situação irregular de trabalho⁹

- Situação de trabalho infantil NÃO passível de regularização (proibida):** por serem realizadas em circunstâncias proibidas pela legislação, e, portanto, sem meios legais para sua regularização.
- Situação de trabalho passível de regularização:** por serem realizadas na informalidade ou em quantidade de horas incompatível com a idade, mas que poderiam vir a ser regularizadas com fiscalização e conscientização das famílias e empregadores.

Considerando esta divisão, das 941 crianças e adolescentes entrevistadas, 24,5% poderiam ter suas situações de atividade regularizadas enquanto os outros 30,6% são atividades de trabalho realizadas em circunstâncias totalmente proibidas.¹⁰

Quadro 14 – Panorama da situação irregular de trabalho dos entrevistados



9 Destaca-se que a classificação das situações nos grupos 1 e 2 foram realizadas a partir das informações declaradas pelos entrevistados e dos critérios pré-estabelecidos, e que talvez o olhar de algum outro técnico pudesse chegar a números diferentes, porém, a análise aqui tem como principal objetivo alertar o agente público do cenário de atuação e das frentes de trabalho.

10 Ressalta-se que a análise foi realizada de acordo com as respostas e declarações das crianças e adolescentes entrevistados.

Indicador 11 Situação de trabalho irregular NÃO passível de regularização (proibida)

O município apresenta 30,6% dos entrevistados em situação irregular de trabalho realizado em circunstância proibida, isto é, não passível de regularização. A Região 8 é a que teve o maior percentual proporcionalmente à sua amostra (39,1%), seguida da Região 5 (35,7%) e da Região 4 com 34,4%. A região com o menor percentual é a 3, com 21,1%.

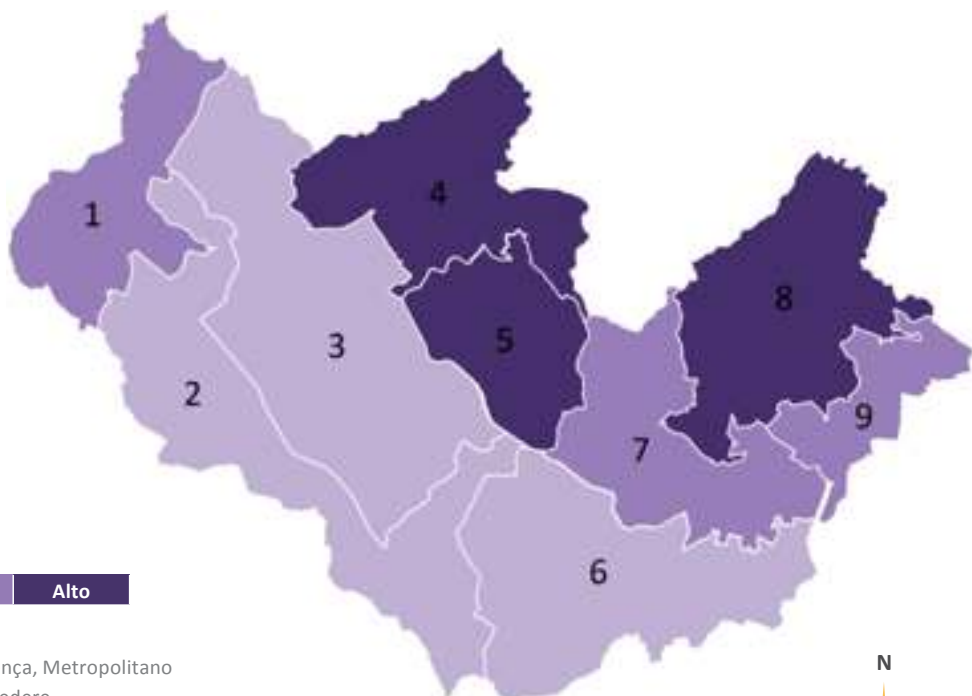
Tabela 53 – Região dos entrevistados em situação de trabalho irregular NÃO PASSÍVEL de regularização na amostra

Região Geográfica	Obs.	Amostra	(%) Penetração Amostral	Menor Valor	Região 3	21,1%
				Média	Ribeirão das Neves	30,6%
				Maior Valor	Região 8	39,1%
Região 3	12	57	21,1%			
Região 2	24	108	22,2%			
Região 6	24	93	25,8%			
Região 1	24	86	27,9%			
Região 9	50	161	31,1%			
Região 7	32	102	31,4%			
Região 4	45	131	34,4%			
Região 5	25	70	35,7%			
Região 8	52	133	39,1%			
Total	288	941	30,6%			

Diferença:
0,8 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.



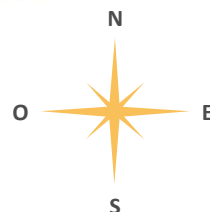
Legendas do Mapa

Cores:

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------

Regiões Geográficas:

- 1 Fazenda Castro, Florença, Metropolitano
- 2 Colina, Alterosa, Belvedere
- 3 Cirin, Distrito Industrial, Esplanada
- 4 Alicante, Barcelona, Rosaneves
- 5 Bom Sossego, Bela Vista, Freitas, Campos Silveira
- 6 Paquetá, Monte Verde, Dona Clarice
- 7 Vila da Mina, Cerejeira, Elizabeth
- 8 Santa Margarida, Suely, Alto das Pedreiras
- 9 Flamengo, Lagoa, Penha

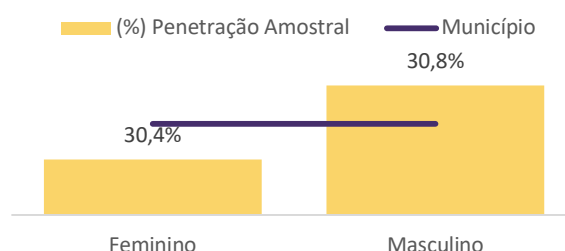


No estudo do perfil das crianças e adolescentes em situação irregular não passível de regularização, constata-se que a variação foi pouca, sendo o sexo masculino 0,4% acima do total de entrevistados do sexo feminino em situação não passível de regularização.

Tabela 54 – Sexo dos entrevistados em situação de trabalho irregular NÃO PASSÍVEL de regularização na amostra

Sexo	Citações	Amostra	(%) Penetração Amostral
Feminino	144	473	30,4%
Masculino	144	468	30,8%
Total	288	941	30,6%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

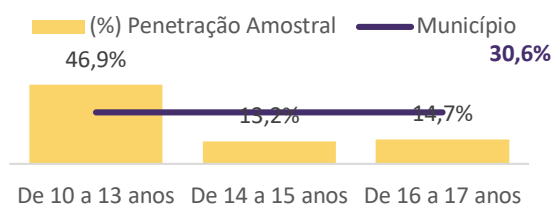


Quando se observa o percentual por faixa etária na amostra, tem-se o maior número de casos de trabalho infantil na faixa etária de 10 a 13 anos, que corresponde à 46,9% sobre o total de entrevistados nesta faixa etária.

Tabela 55 – Faixa etária dos entrevistados em situação de trabalho irregular NÃO PASSÍVEL de regularização na amostra

Faixa etária	Citações	Amostra	(%) Penetração Amostral
De 10 a 13 anos	223	475	46,9%
De 14 a 15 anos	31	234	13,2%
De 16 a 17 anos	34	232	14,7%
Total	288	941	30,6%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.



9.1.1. INDICADORES DAS SITUAÇÕES DE TRABALHO IRREGULAR POR ATIVIDADE

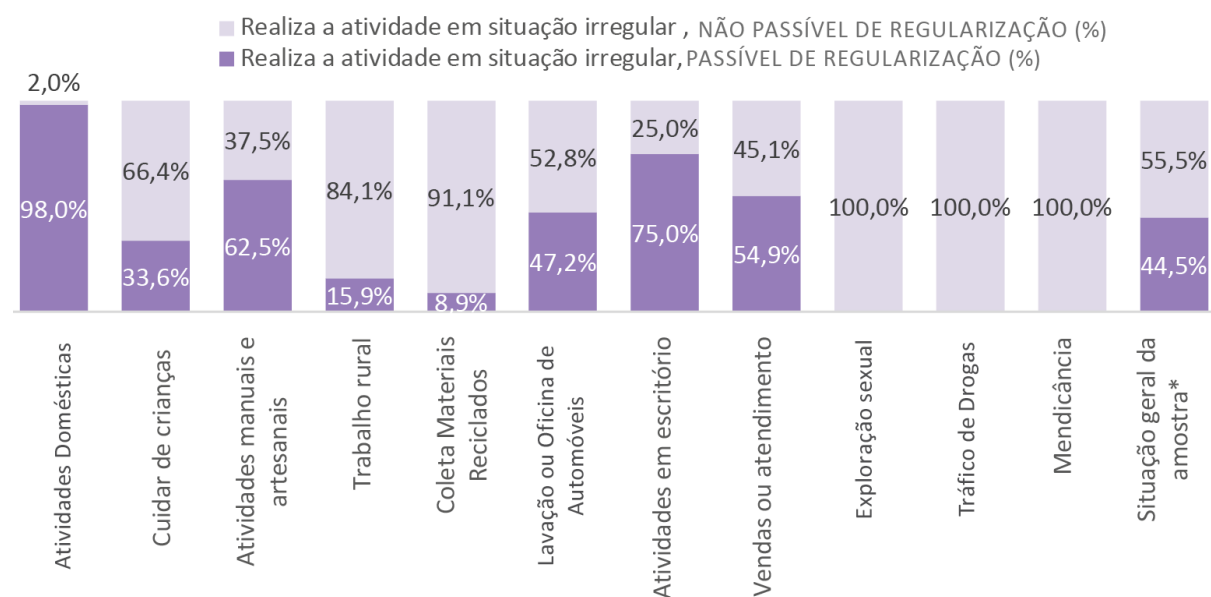
Com o objetivo de consubstanciar este Diagnóstico, as situações irregulares serão desdobradas e apresentadas por tipo de atividade, a fim de constituir um indicador social por território, bem como apresentar o perfil das crianças e adolescentes a ela sujeitas, destacados os números de situações passíveis ou não de regularização por atividade.

Tabela 56 – Análise das situações irregulares por possibilidade de regularização

Atividade	Amostra	Realiza a atividade em situação irregular		Realiza a atividade em situação irregular passível de regularização		Realiza a atividade em situação irregular NÃO PASSÍVEL de regularização (proibida)	
		Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Atividades doméstica	941	205	21,8%	201	98,0%	4	2,0%
Cuidar de crianças	941	232	24,7%	78	33,6%	154	66,4%
Atividades manuais e artesanais	941	16	1,7%	10	62,5%	6	37,5%
Trabalho rural	941	44	4,7%	7	15,9%	37	84,1%
Coleta de materiais reciclados	941	90	9,6%	8	8,9%	82	91,1%
Lavação ou oficina de automóveis	941	53	5,6%	25	47,2%	28	52,8%
Atividades em escritório	941	12	1,3%	9	75,0%	3	25,0%
Vendas ou atendimento	941	82	8,7%	45	54,9%	37	45,1%
Exploração sexual	941	11	1,2%	0	0,0%	11	100,0%
Tráfico de drogas	941	25	2,7%	0	0,0%	25	100,0%
Mendicância	941	9	1,0%	0	0,0%	9	100,0%
Situação geral da amostra*	941	519	55,2%	231	44,5%	288	55,5%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

* Como uma criança ou adolescente pode realizar mais de uma atividade, a tabela não tem somatória e sim essa linha de situação geral que indica se a criança ou o adolescente está ou não em situação irregular pelo menos em uma atividade



Tal análise tem por objetivo evidenciar as situações irregulares não passíveis de regularização por tipo de atividade, como forma de pensar estratégias para o combate e erradicação do trabalho infantil de cada tipo e por território. As crianças e adolescentes em situação irregular passível de regularização, apesar de estarem sujeitas a informalidade ou em quantidade de horas incompatível com sua idade, podem vir a ser regularizadas com a conscientização e orientação.

A seguir, um panorama geral das situações não passíveis de regularização por tipo de atividade, sobre o total da amostra.

Quadro 15 – Panorama das situações irregulares de trabalho não passíveis de regularização por atividade



Indicador 12: Tráfico de drogas

Definição: número de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos, em situação irregular de atividade por envolvimento com tráfico de drogas sobre o número amostral.

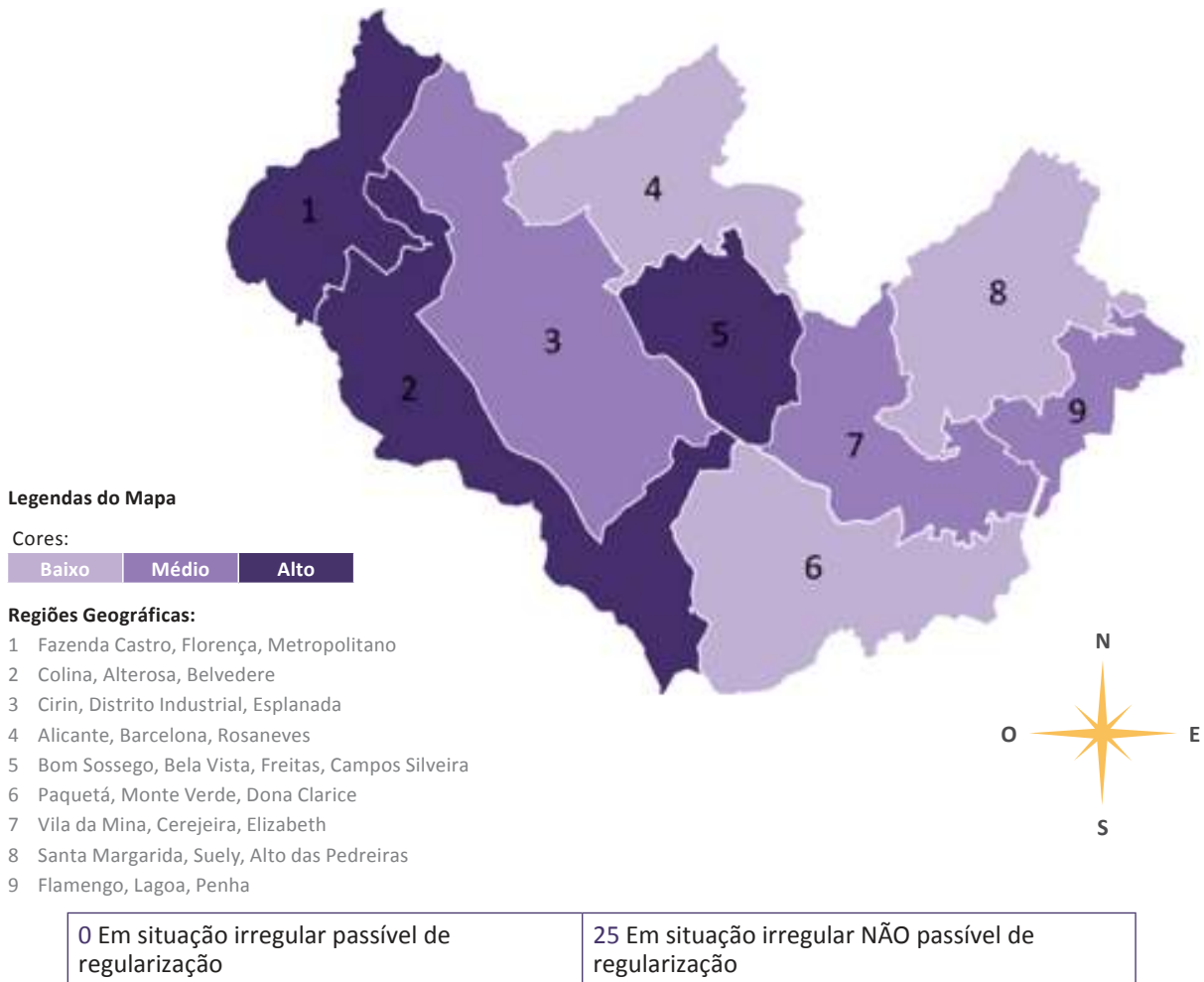
O percentual do município de envolvimento com tráfico é de 2,7%, porém na Região 2 chega a 9,3%, 11 vezes maior que a Região 4, a qual apresenta o menor indicador com 0,8% dos entrevistados

Tabela 57 – Região de residência dos entrevistados em situação de trabalho irregular na amostra

Região Geográfica	Citações	Amostra	(%) Penetração Amostral	Menor Valor	Média	Maior Valor
Região 4	1	131	0,8%	Região 4	Ribeirão das Neves	Região 2
Região 6	1	93	1,1%		2,7%	
Região 8	2	133	1,5%			9,3%
Região 3	1	57	1,8%			
Região 9	3	161	1,9%			
Região 7	2	102	2,0%			
Região 5	2	70	2,9%			
Região 1	3	86	3,5%			
Região 2	10	108	9,3%			
Total	25	941	2,7%			

Diferença:
10,6 vezes
É a diferença entre o maior e o menor
valor para este indicador entre as
regiões

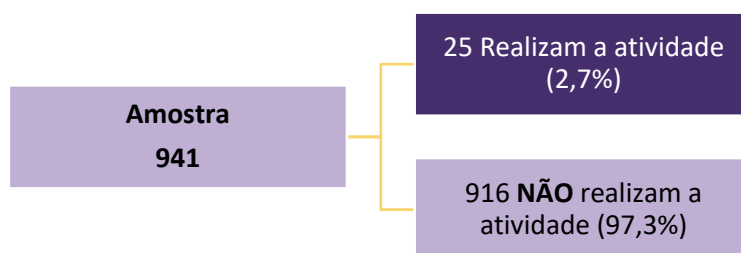
Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.



CRITÉRIOS PARA SITUAÇÕES IRREGULARES TRÁFICO DE DROGAS	
Faixa Etária	Critério 1: Realiza ou já realizou
10 a 17 anos	Sim

A pesquisa buscou perguntar, de uma forma não invasiva, sobre o envolvimento de crianças e adolescentes com o tráfico de drogas, cujo número revelou 25 crianças e adolescentes envolvidos.

Quadro 16 – Realização da atividade de tráfico de drogas



A faixa etária predominante é a de 16 a 17 anos (60%), e, de forma expressiva, o sexo masculino é a maioria (84,2%).

Tabela 58 – Faixa etária

Faixa etária	Citações	(%)	
De 10 a 13 anos	7	28,0%	
De 14 a 15 anos	3	12,0%	
De 16 a 17 anos	15	60,0%	
Realizam a atividade em situação irregular	25	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tabela 59 – Sexo

Sexo	Citações	(%)	
Feminino	4	16,0%	
Masculino	21	84,0%	
Realizam a atividade em situação irregular	25	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Indicador 13: Exploração sexual de crianças e adolescentes

Definição: número de crianças e adolescentes, na faixa etária de 10 a 17 anos, em atividade irregular de exploração sexual sobre o número amostral.

Destaca-se a Região 5 com o maior percentual (4,3%), quatro vezes maior que as Regiões 3, 4, 7 e 8, sem casos de crianças e adolescentes envolvidos com exploração sexual. No município, o percentual de envolvimento é de 1,2%.

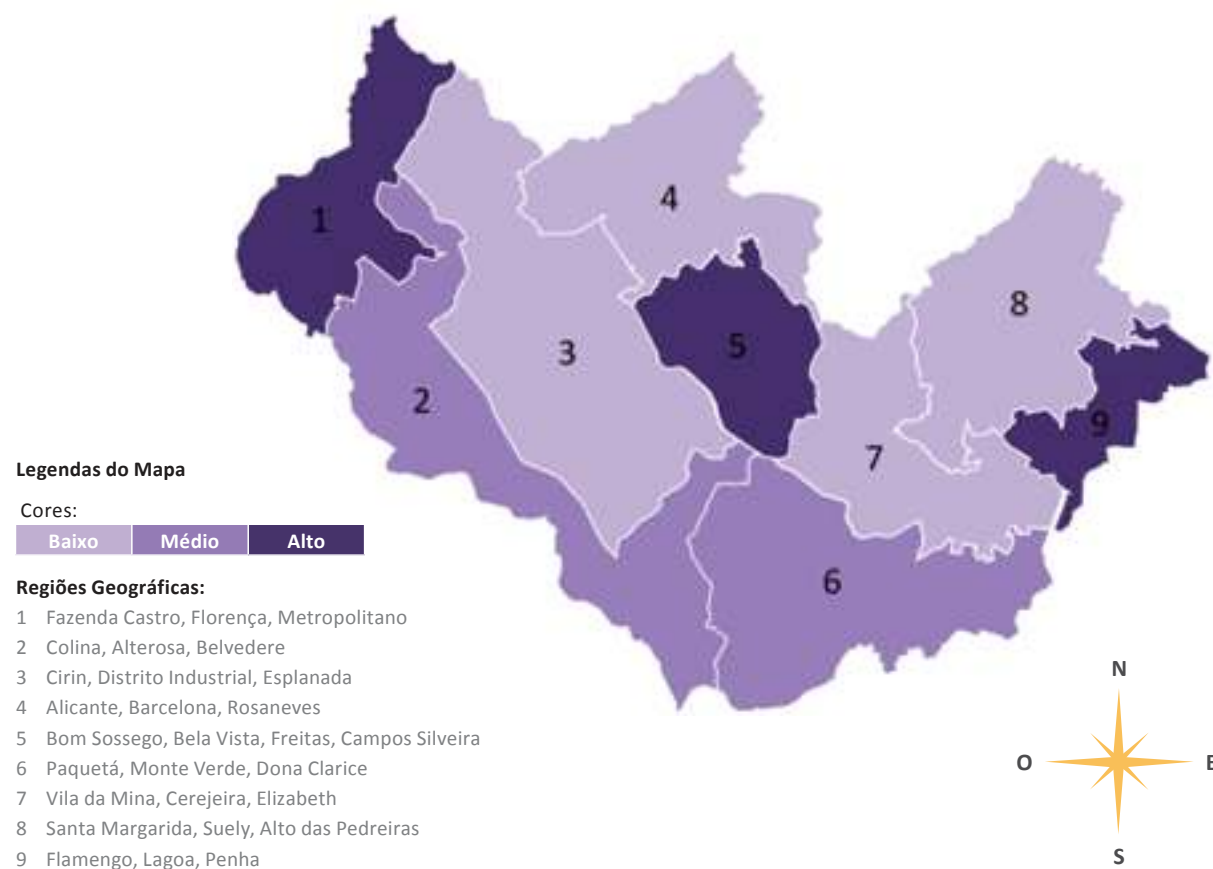
Tabela 60 – Região de residência dos entrevistados em situação de trabalho irregular na amostra

Região Geográfica	Citações	Amostra	(%) Penetração Amostral	Menor Valor	Região 6	1,1%
				Média	Ribeirão das Neves	1,2%
				Maior Valor	Região 5	4,3%
Região 3	0	57	0,0%			
Região 4	0	131	0,0%			
Região 7	0	102	0,0%			
Região 8	0	133	0,0%			
Região 6	1	93	1,1%			
Região 2	2	108	1,9%			
Região 9	3	161	1,9%			
Região 1	2	86	2,3%			
Região 5	3	70	4,3%			
Total	11	941	1,2%			

**Diferença:
2,9 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.



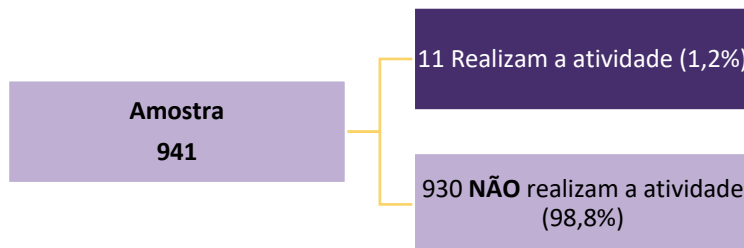
0 Em situação irregular passível de regularização

11 Em situação irregular NÃO passível de regularização

CRITÉRIOS PARA SITUAÇÕES IRREGULARES DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
Faixa Etária	Critério 1: Realiza ou já realizou
10 a 17 anos	Sim

Dos 941 entrevistados, 11 afirmaram já ter usado o corpo ou feito carinho em troca de dinheiro, representando um percentual de 1,2%.

Quadro 17 – Realização da atividade de exploração sexual de crianças e adolescentes



Nesta atividade todas as faixas etárias são envolvidas com exploração sexual, a de 10 a 13 anos representou 36,4% dos 11 casos e a de 16 a 17 anos outros 36,4%. A faixa de 12 a 14 representou um pouco menos, 27,3%. E, de forma expressiva, o sexo feminino é a maioria (81,8%).

Tabela 61 – Faixa etária

Faixa etária	Citações	(%)	
De 10 a 13 anos	4	36,4%	
De 14 a 15 anos	3	27,3%	
De 16 a 17 anos	4	36,4%	
Realizam a atividade em situação irregular	11	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tabela 62 – Sexo

Sexo	Citações	(%)	
Feminino	9	81,8%	
Masculino	2	18,2%	
Realizam a atividade em situação irregular	11	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Indicador 14: Atividade doméstica

Definição: número de crianças e adolescentes, na faixa etária de 10 a 17 anos, em situação irregular de atividade doméstica na casa sobre o número amostral.

Que realizam a atividade no geral foram 718, 76,3%, e 205 crianças ou adolescentes em situação irregular de trabalho na atividade, representando 21,8% da amostra total entrevistada. Na análise de indicadores por região percebe-se que as atividades domésticas acontecem mais na Região 1, com um percentual de 45,3% dos entrevistados em atividade irregular. A região que menos apresenta situações irregulares é a Região 6, mesmo assim, tem 8,6% dos entrevistados realizando atividades domésticas em situação de trabalho irregular.

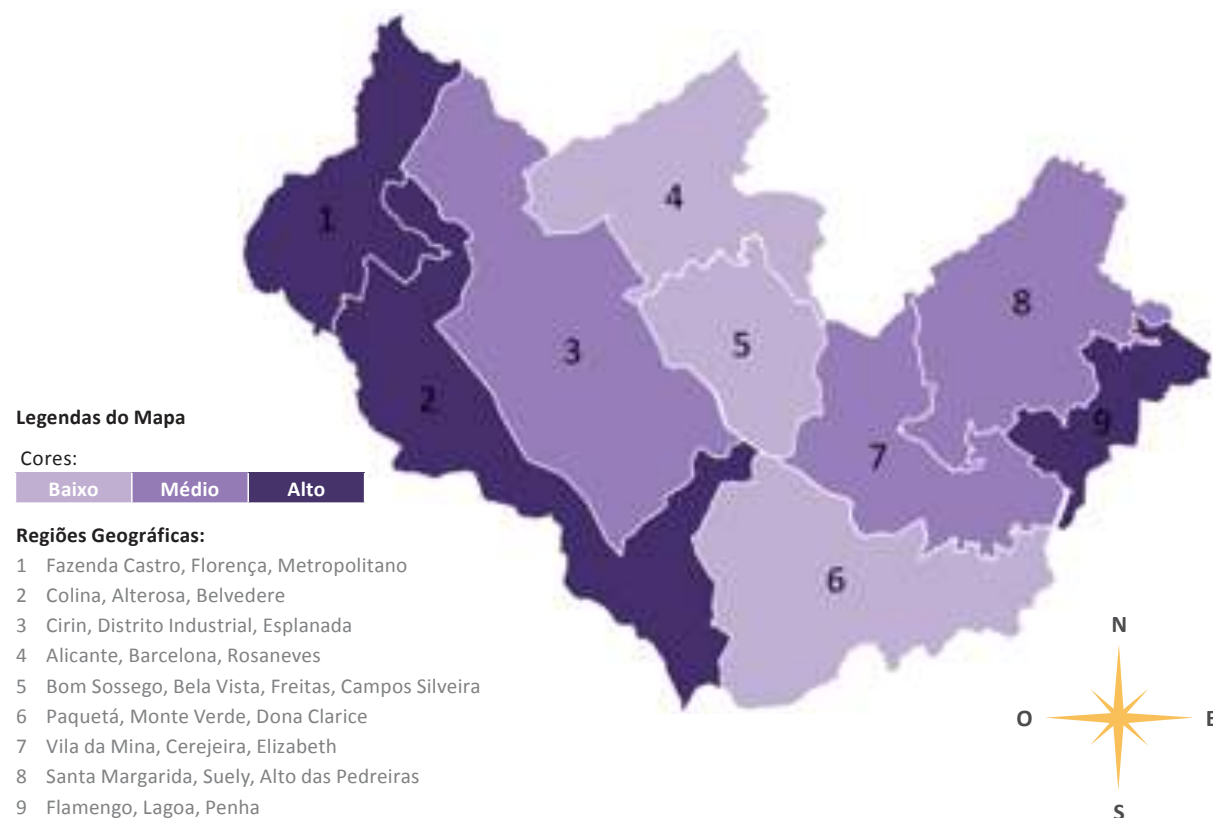
Tabela 63 – Região de residência dos entrevistados em situação de trabalho irregular na amostra

Região Geográfica	Citações	Amostra	Indicador	Menor Valor	Região 6	8,6%
Região 6	8	93	8,6%	Média	Ribeirão das Neves	21,8%
Região 4	15	131	11,5%	Maior Valor	Região 1	45,3%
Região 5	9	70	12,9%			
Região 7	17	102	16,7%			
Região 8	28	133	21,1%			
Região 3	15	57	26,3%			
Região 9	43	161	26,7%			
Região 2	31	108	28,7%			
Região 1	39	86	45,3%			
Total	205	941	21,8%			

**Diferença:
4,3 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: Pannel Pesquisas e Consultoria, 2019.



201 Em situação irregular passível de regularização

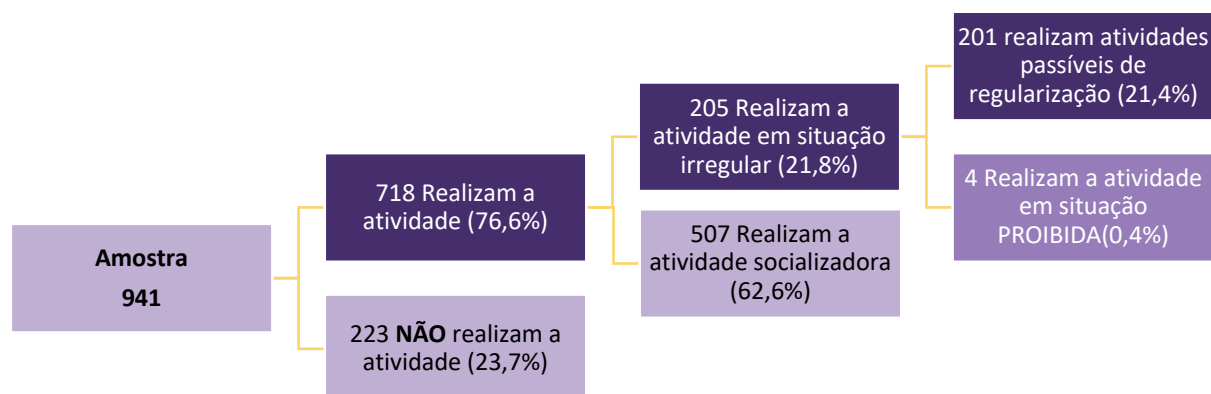
4 Em situação irregular NÃO passível de regularização

CRITÉRIOS DAS SITUAÇÕES IRREGULARES ATIVIDADE DOMÉSTICA		
Faixa Etária	Critério 1: Realiza para terceiro	Critério 2: Realiza para a família (onde mora)
10 a 13 anos	Sim	3 dias na semana, por mais de 2h/dia Mais de 4 dias na semana, por mais de 2h/dia
14 a 15 anos	Sim	3 dias na semana, por mais de 4h/dia Mais de 4 dias na semana, por mais de 2h/dia
16 a 17 anos	Sim	3 dias na semana, por mais de 4h/dia Mais de 4 dias na semana, por mais de 2h/dia

Quadro 18 – Informações complementares da análise de situações irregulares na atividade doméstica

Realiza para Terceiros	Realiza para a família
TOTAL: 04 CASOS	TOTAL: 201 CASOS
Observação: A legislação brasileira proíbe esse tipo de atividade antes dos 18 anos (Lei nº 150/2015), em conformidade com a Convenção nº 182/1999 da Organização Mundial do Trabalho (OIT), por ser esta executada dentro dos muros domiciliares, o que dificulta a fiscalização, favorecendo a ocorrência de exploração, subalternidade, sobrecarga de trabalho e o desempenho de atividades que possam vir a prejudicar o desenvolvimento infantojuvenil.	Observação: É caracterizado quando a criança ou adolescente assume a responsabilidade, dentro da própria casa, de executar atividades de um adulto, incompatíveis com seu processo de desenvolvimento, como assumir integralmente a preparação pelos alimentos da família, ser o responsável por toda a limpeza e organização da casa, etc. Para a sua classificação foi considerada a quantidade de horas, conforme critério.

Quadro 19 – Realização da atividade doméstica



Sobre o perfil, prevalece o sexo feminino com 72,2%, sobre o masculino (27,8%), e na faixa etária entre 10 e 13 anos tem-se 47,3%, mostrando um perfil mais jovem realizando a atividade doméstica em situação de trabalho irregular.

Tabela 64 – Faixa etária

Faixa etária	Citações	(%)	
De 10 a 13 anos	97	47,3%	
De 14 a 15 anos	49	23,9%	
De 16 a 17 anos	59	28,8%	
Realizam a atividade em situação irregular	205	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tabela 65 – Sexo

Sexo	Citações	(%)	
Feminino	148	72,2%	
Masculino	57	27,8%	
Realizam a atividade em situação irregular	205	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

A maioria dos que estão em situação irregular de trabalho realizam a atividade em Ribeirão das Neves, 93,7%. Apenas 13 entrevistados (6,3% da amostra) realiza a atividade em outro município.

Tabela 66 – Município de realização da atividade doméstica em situação de trabalho irregular

Município	Citações	(%)	
Ribeirão das Neves	192	93,7%	
Outro município	13	6,3%	
Realizam a atividade em situação irregular	205	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

O período mais informado foi o da tarde, em 59,5% dos casos.

Tabela 67 – Período no qual realizam a atividade doméstica em situação de trabalho irregular

Período	Citações	(%)	
Tarde	122	59,5%	
Manhã	88	42,9%	
Noite	20	9,8%	
Não informado	0	0,0%	
Realizam a atividade em situação irregular	205	-	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

*Os entrevistados poderiam citar mais de um período

Quando se cruza tempo diário com frequência nos dias da semana, 95,6% das crianças e adolescentes que realizam atividade doméstica de forma irregular a fazem até dois dias na semana entre 2 a 4 horas por dia.

Tabela 68 – Quantidade de dias da semana versus quantidade de horas por dia que os entrevistados realizam a atividade doméstica em situação de trabalho irregular

Horas	Até dois dias na semana		3 dias na semana ou mais		Outros períodos		Realizam a atividade em situação irregular	
	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)
Pelo menos uma hora por dia		0,0%		0,0%		0,0%	0	0,0%
de 2 a 4 horas por dia	196	95,6%		0,0%		0,0%	196	95,6%
5 horas ou mais por dia	8	3,9%	1	0,5%		0,0%	9	4,4%
Realizam a atividade em situação irregular	204	99,5%	1	0,5%	0	0,0%	205	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

*Os entrevistados poderiam citar além dos dias da semana o período de férias ou festivo

Tanto na percepção de realizar um trabalho, como na percepção de atrapalhar os estudos, a maioria das crianças e adolescentes em situação de trabalho irregular nas atividades domésticas respondem de forma negativas às questões, ou seja, 70,2% afirmam que não veem como um trabalho a atividade, e 95,6% afirmam que não atrapalha os estudos.

Tabela 69 – Entrevistados que consideram a atividade doméstica em situação de trabalho irregular como um trabalho

Resposta	Citações	(%)	
Não	144	70,2%	
Sim	59	28,8%	
Não sabe responder	2	1,0%	
Realizam a atividade em situação irregular	205	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tabela 70 – Entrevistados que consideram que a atividade doméstica em situação de trabalho irregular atrapalha os estudos

Resposta	Citações	(%)	
Não	196	95,6%	
Sim	1	0,5%	
Às vezes	8	3,9%	
Realizam a atividade em situação irregular	205	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Apenas 13,2% dos que realizam atividade doméstica recebem por ela. Em média essas crianças e adolescentes recebem em média R\$ 100 por mês. E o principal motivo de realizar a atividade é para ajudar a família em 98% dos casos de trabalho irregular.

Tabela 71 – Entrevistados que recebem dinheiro pela atividade doméstica em situação de trabalho irregular

Recebe dinheiro	Citações	(%)	
Não	178	86,8%	
Sim	27	13,2%	
Realizam a atividade em situação irregular	205	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tabela 72 – Motivos alegados para realizarem a atividade doméstica em situação de trabalho irregular

Motivo	Citações	(%)	
Ajudar a família	201	98,0%	
Ter uma ocupação	5	2,4%	
Ter meu dinheiro	4	2,0%	
Não ficar sozinho em casa	1	0,5%	
Realizam a atividade em situação irregular*	205	-	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

*Um respondente poderia citar mais de uma alternativa

Indicador 15: Cuidar de crianças

Definição: número de crianças e adolescentes, na faixa etária de 10 a 17 anos, em situação irregular em cuidar de outras crianças e irmãos menores sobre o número amostral.

Cuidar de crianças é uma atividade bem expressiva no município, foram 287 crianças ou adolescentes nesta situação dos 941 entrevistados. Em situação de trabalho irregular foram 232, representando um percentual no total da amostra de 24,7%. Na análise por região percebe-se que a atividade é praticada em todo o município, e em todas as regiões com percentuais acima de 15%, sendo a região com o menor percentual a Região 2 com 15,7% e a maior a Região 8 com 32,3%.

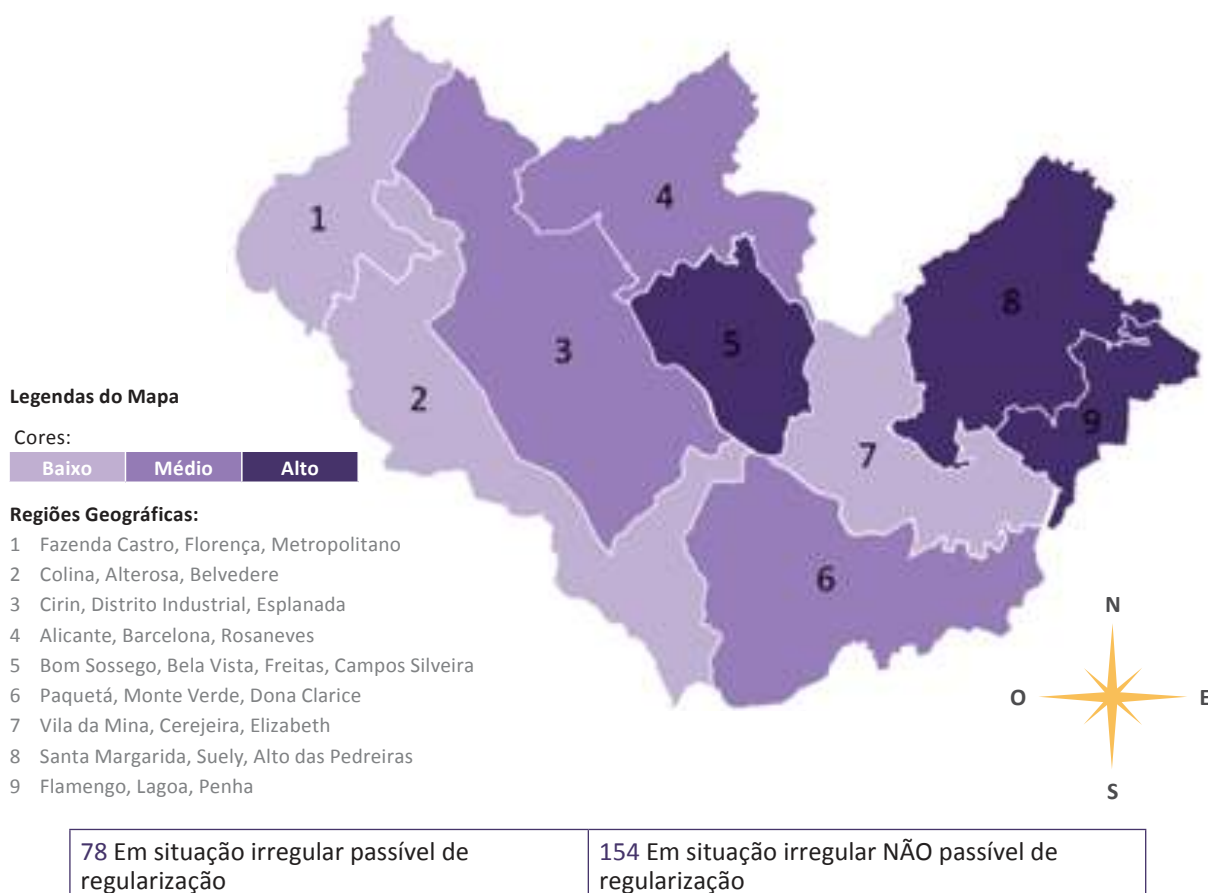
Tabela 73 – Penetração da região de referência da residência dos entrevistados em situação de trabalho irregular na amostra

Região Geográfica	Citações	Amostra	Indicador	Menor Valor	Região 2	15,7%
Região 2	17	108	15,7%	Média	Ribeirão das Neves	24,7%
Região 1	15	86	17,4%	Maior Valor	Região 8	32,3%
Região 7	18	102	17,6%			
Região 3	11	57	19,3%			
Região 6	20	93	21,5%			
Região 4	39	131	29,8%			
Região 9	48	161	29,8%			
Região 5	21	70	30,0%			
Região 8	43	133	32,3%			
Total	232	941	24,7%			

**Diferença:
1,1 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.



CRITÉRIOS DAS SITUAÇÕES IRREGULARES CUIDA DE CRIANÇAS OU IRMÃOS MENORES			
Faixa Etária	Critério 1: Idade	Critério 2: Realiza para terceiros	Critério 2: Realizada para a família
10 a 13 anos		Não se aplica	Não se aplica
14 a 15 anos	Não se aplica	Sim	3 dias na semana, por mais de 4h/dia
16 a 17 anos	Não se aplica	Sim	Mais de 4 dias na semana, por mais de 2h/dia

Quadro 20 – Informações complementares da análise de situações irregulares na atividade doméstica

Realiza para Terceiros

TOTAL: 22 CASOS

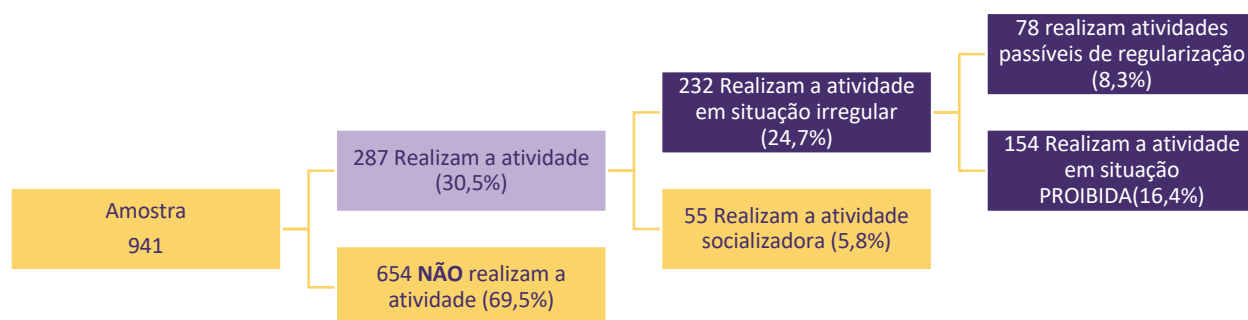
Observação: A legislação brasileira proíbe esse tipo de atividade antes dos 18 anos (Lei nº 150/2015), em conformidade com a Convenção nº 182/1999 da Organização Mundial do Trabalho (OIT), por ser esta executada dentro dos muros domiciliares, o que dificulta a fiscalização, favorecendo a ocorrência de exploração, subalternidade, sobrecarga de trabalho e atividades que possam vir a prejudicar o desenvolvimento infantojuvenil.

Realiza para a família

TOTAL: 210 CASOS

Observação: É caracterizado quando a criança ou adolescente assume a responsabilidade, dentro da própria casa, de executar atividades de um adulto, como cuidar continuamente dos irmãos para que os pais possam trabalhar. Para a sua classificação foram considerados a quantidade de horas, conforme critério.

Quadro 21 – Realização da atividade doméstica



No perfil destaca-se apenas a faixa etária de 10 a 13 anos, com 60,8% dos que estão em situação de trabalho irregular. No sexo percebe-se que o feminino se destaca com 60,8% dos casos de situação irregular.

Tabela 74 – Faixa etária

Faixa etária	Citações	(%)	
De 10 a 13 anos	141	60,8%	
De 14 a 15 anos	48	20,7%	
De 16 a 17 anos	43	18,5%	
Realizam a atividade em situação irregular	232	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tabela 75 – Sexo

Sexo	Citações.	(%)	
Feminino	141	60,8%	
Masculino	91	39,2%	
Realizam a atividade em situação irregular	232	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Na atividade de cuidar de crianças também se tem que ela é mais realizada em Ribeirão das Neves, 97,4% dos que a realizam. Apenas 2,6% faz a atividade em outros municípios.

Tabela 76 – Município de realização da atividade de cuidar de crianças em situação de trabalho irregular

Município	Obs.	(%)	
Ribeirão das Neves	226	97,4%	
Outros municípios	6	2,6%	
Realizam a atividade em situação irregular	232	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

O cuidar de crianças se destaca também no período da tarde, 54,3%, mas também no período da manhã com mais 43,5%, não podendo deixar de citar o período da noite na qual a atividade é uma das mais expressivas, 32,3%.

Tabela 77 – Período no qual realizam a atividade de cuidar de crianças em situação de trabalho irregular

Período	Obs.	(%)	
Tarde	126	54,3%	
Manhã	101	43,5%	
Noite	75	32,3%	
Realizam a atividade em situação irregular	232	-	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

*Os entrevistados poderiam citar mais de um período

Das crianças e adolescentes em situação de trabalho irregular na atividade de cuidar de crianças, 67,7% realizam a atividade por duas horas ou mais nos dias, e numa frequência de 3 dias ou mais na semana

Tabela 78 – Quantidade de dias da semana versus quantidade de horas por dia que os entrevistados realizam a atividade cuidar de crianças em situação de trabalho irregular

Horas	Até dois dias na semana		3 dias na semana ou mais		Outros períodos		Realizam a atividade em situação irregular	
	Obs.	(%)	Obs.	(%)	Obs.	(%)	Obs.	(%)
Pelo menos uma hora por dia	20	8,6%	29	12,5%		0,0%	49	21,1%
de 2 a 4 horas por dia	16	6,9%	82	35,3%		0,0%	98	42,2%
5 horas ou mais por dia	10	4,3%	75	32,3%		0,0%	85	36,6%
Realizam a atividade em situação irregular	46	19,8%	186	80,2%	0	0,0%	232	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

*Os entrevistados poderiam citar além dos dias da semana o período de férias ou festivo

Novamente avaliando a percepção, tem-se que 78,4% dos casos de crianças e adolescentes que cuidam de outras crianças veem esta atividade como não sendo um trabalho, e ainda 95,3% afirmam que não atrapalha os estudos.

Tabela 79 – Entrevistados que consideram a atividade cuidar de crianças em situação de trabalho irregular como um trabalho

Resposta	Citações	(%)
Não	182	78,4%
Sim	49	21,1%
Não sabe responder	1	0,4%
Realizam a atividade em situação irregular	232	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tabela 80 – Entrevistados que consideram que a atividade cuidar de crianças em situação de trabalho irregular atrapalha os estudos

Resposta	Obs.	(%)
Não	221	95,3%
Sim	6	2,6%
Às vezes	5	2,2%
Realizam a atividade em situação irregular	232	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Nesta atividade temos um perfil ainda mais focado nas atividades "familiares", temos 87,1% não recebendo dinheiro algum, 90,5% realizando a atividade para a família, 98,7% fazendo isto onde mora, e ainda declarando que o motivo é para ajudar a família em 85,8% dos casos.

Tabela 81 – Entrevistados que recebem dinheiro pelo trabalho de cuidar de crianças em situação de trabalho irregular

Recebe dinheiro	Obs.	(%)	
Não	202	87,1%	
Sim	30	12,9%	
Realizam a atividade em situação irregular	232	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tabela 82 – Vínculo empregatício dos entrevistados que realizam o trabalho de cuidar de crianças em situação de trabalho irregular

Vínculo	Obs.	(%)	
Não, é uma atividade que faço para a minha família	210	90,5%	
Não, é uma atividade que faço para meus parentes (tio, tia, avó, avô ou primos)	13	5,6%	
Não, é uma atividade que faço por conta própria (bicos)	7	3,0%	
Não, é uma atividade que faço para amigos	1	0,4%	
Sim, mas não tenho nem carteira assinada e nem contrato de trabalho, é um acordo de trabalho informal na empresa/loja/comércio/serviço em que trabalho	1	0,4%	
Realizam a atividade em situação irregular	232	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tabela 83 – Local de maior frequência em que os entrevistados realizam o trabalho de cuidar de crianças em situação de trabalho irregular

Local	Obs.	(%)	
Onde moro (em casa, no sítio, na fazenda ou na chácara)	229	98,7%	
Em outra residência (casa, sítio, fazenda ou na chácara)	3	1,3%	
Realizam a atividade em situação irregular	232	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tabela 84 – Motivos alegados pelos entrevistados para realizarem o trabalho de cuidar de crianças em situação de trabalho irregular

Motivo	Obs.	(%)	
Ajudar a família	199	85,8%	
Ter meu dinheiro	16	6,9%	
Gosto de fazer	9	3,9%	
Não ficar sozinho em casa	7	3,0%	
Ter uma ocupação	3	1,3%	
Ajudar os parentes	3	1,3%	
Realizam a atividade em situação irregular*	232	-	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Indicador 16: Coleta de materiais recicláveis

Definição: número de crianças e adolescentes, na faixa etária de 10 a 17 anos, em situação irregular de atividade de coleta de materiais recicláveis sobre o número amostral.

As Regiões 5, 6, 7, 8 e 9 tiveram um desempenho acima da média do município em situação de trabalho irregular nesta atividade. Destacou negativamente a Região 8 com 15,8% dos entrevistados. A com menor indicador foi a Região 2, com 0,9%.

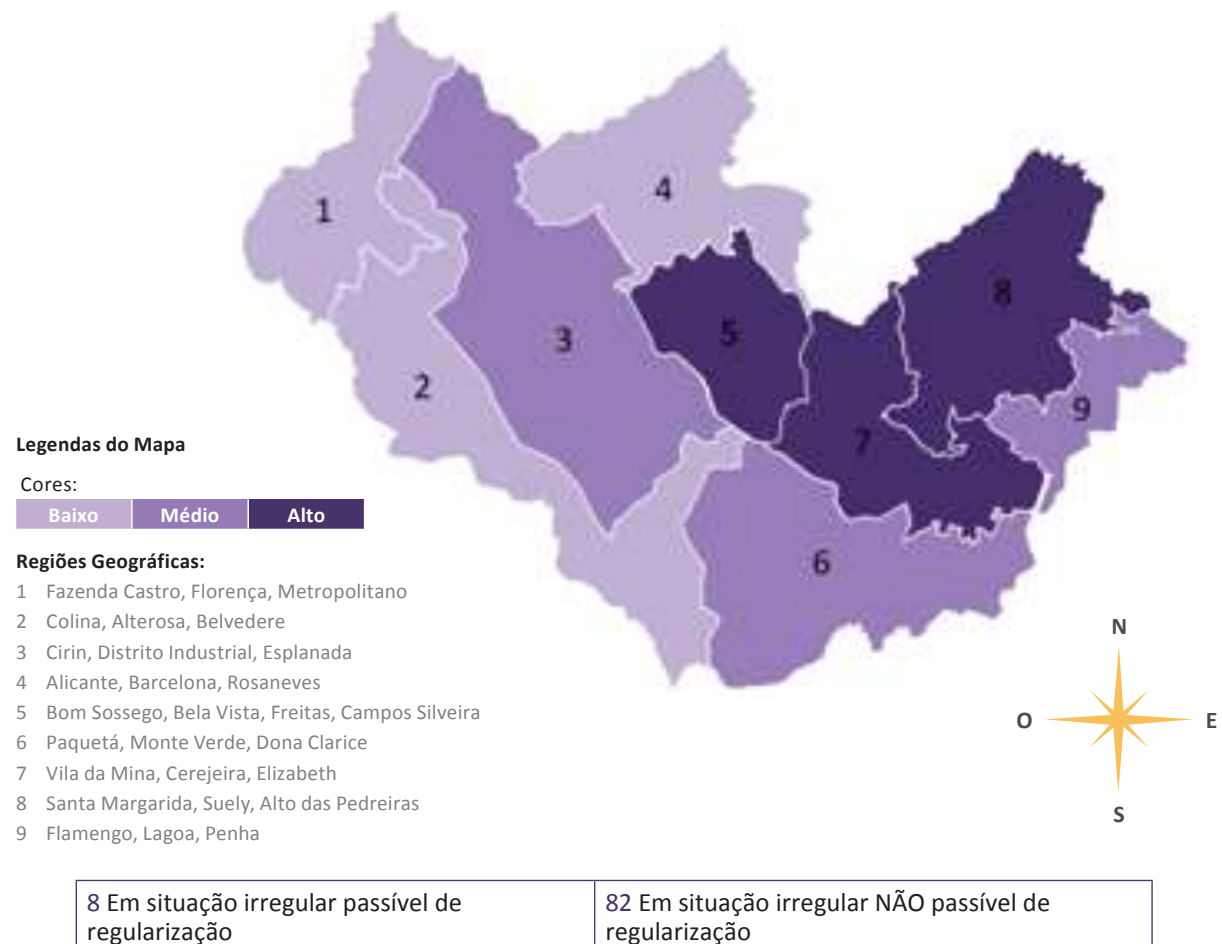
Tabela 85 – Penetração da região de residência dos entrevistados em situação de trabalho irregular na amostra

Região Geográfica	Obs.	Amostra	Indicador	Menor Valor	Região 2	0,9%
Região 2	1	108	0,9%	Média	Ribeirão das Neves	9,6%
Região 1	4	86	4,7%	Maior Valor	Região 8	15,8%
Região 4	10	131	7,6%			
Região 3	5	57	8,8%			
Região 9	17	161	10,6%			
Região 6	10	93	10,8%			
Região 5	8	70	11,4%			
Região 7	14	102	13,7%			
Região 8	21	133	15,8%			
Realizam a atividade em situação irregular	90	941	9,6%			

**Diferença:
16,5 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.



CRITÉRIOS DAS SITUAÇÕES IRREGULARES COLETA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS				
Faixa Etária	Critério 1: Idade	Critério 2: Local (Rua)	Critério 3: Vínculo empregatício (sem) e realizada para terceiros	Critério 4: Vínculo empregatício (sem) e realizada para a família/conta própria
10 a 13 anos	Sim	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
14 a 15 anos	Não se aplica	Sim	Sim	3 dias na semana, por mais de 4h/dia
16 a 17 anos	Não se aplica	Sim	Sim	Mais de 4 dias na semana, por mais de 2h/dia

Quadro 22 – Informações complementares da análise de situações irregulares na atividade de coleta de materiais recicláveis

Na rua ou por menor de 13 anos

TOTAL: 78 CASOS

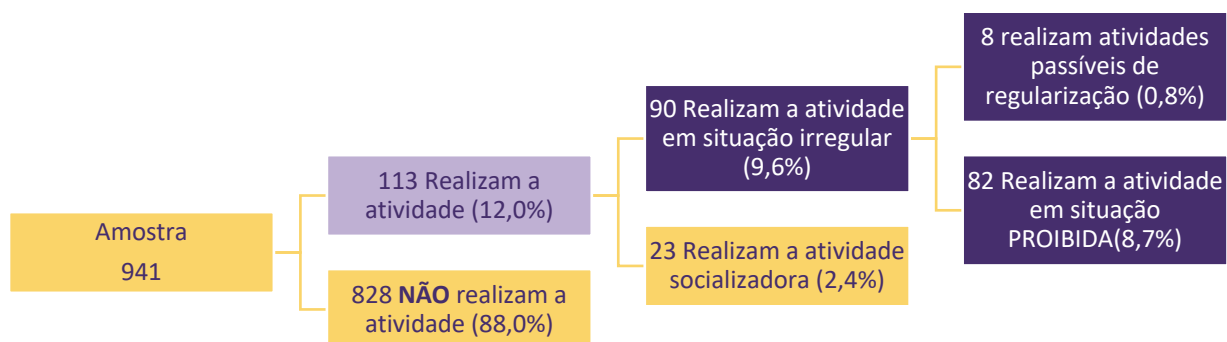
Observação: A legislação brasileira não permite a realização de qualquer trabalho antes da idade mínima permitida – de 16 anos, exceto na condição de aprendiz que é de 14 anos – e também exige a vinculação empregatícia, ou seja, o registro em Carteira de Trabalho para menores de 18 anos. No mesmo sentido a Consolidação das Leis de Trabalho também proíbe o trabalho nas ruas e a Convenção nº 182 classifica como uma das piores formas de trabalho infantil o trabalho em aterros

Realiza para a família

TOTAL: 12 CASOS

Observação: É caracterizado quando a criança ou adolescente assume a responsabilidade, dentro da própria casa, de executar atividades de um adulto, incompatíveis com seu processo de desenvolvimento, como assumir integralmente a preparação pelos alimentos da família, ser o responsável por toda a limpeza e organização da casa, etc.

Quadro 23 – Realização da atividade de coleta de materiais recicláveis



O trabalho com coleta de materiais recicláveis é realizado por 12% dos entrevistados, sendo que na situação de trabalho irregular são 9,6%, ou seja, 90 dos 941 entrevistados e 2,4% (23) realizam a atividade socializadora.

Nesta atividade prevalecem as crianças de 10 a 13 anos realizando a atividade (74,4%), de forma expressiva. Uma pequena tendência de ser realizada mais pelo sexo masculino, 58,9%, porém não tão expressiva essa tendência como na faixa etária.

Tabela 86 – Faixa etária

Faixa etária	Obs.	(%)	
De 10 a 13 anos	67	74,4%	
De 14 a 15 anos	10	11,1%	
De 16 a 17 anos	13	14,4%	
Realizam a atividade em situação irregular	90	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tabela 87 – Sexo

Sexo	Obs.	(%)	
Feminino	37	41,1%	
Masculino	53	58,9%	
Realizam a atividade em situação irregular	90	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Apenas um dos entrevistados em situação irregular não exerce a atividade em Ribeirão das Neves, o restante 98,9% coleta materiais no município.

Tabela 88 – Município de realização da atividade de coleta de materiais recicláveis em situação de trabalho irregular

Município	Obs.	(%)	
Ribeirão das Neves	89	98,9%	
Outro município	1	1,1%	
Realizam a atividade em situação irregular	90	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Novamente o período em que mais se realiza a atividade é o da tarde, para 57,8% dos entrevistados.

Tabela 89 – Período do dia que os entrevistados realizam a atividade de coleta de materiais recicláveis em situação de trabalho irregular

Período	Obs.	(%)	
Tarde	52	57,8%	
Manhã	41	45,6%	
Noite	18	20,0%	
Realizam a atividade em situação irregular	90	-	

Fonte: Paine! Pesquisas e Consultoria, 2019.

*Os entrevistados poderiam citar mais de um período

Nesta atividade o tempo de atuação cruzado com os dias da semana, tem com maior frequência a atividade irregular sendo realizada pelo menos uma hora por dia até dois dias da semana (36,7%).

Tabela 90 – Quantidade de dias da semana versus quantidade de horas por dia que os entrevistados realizam as atividades de coleta de materiais recicláveis em situação de trabalho irregular

Horas	Até dois dias na semana		3 dias na semana ou mais		Outros períodos		Realizam a atividade em situação irregular	
	Obs.	(%)	Obs.	(%)	Obs.	(%)	Obs.	(%)
Pelo menos uma hora por dia	33	36,7%	25	27,8%	6	6,7%	64	71,1%
de 2 a 4 horas por dia	7	7,8%	11	12,2%	2	2,2%	20	22,2%
5 horas ou mais por dia	0	0,0%	6	6,7%	0	0,0%	6	6,7%
Realizam a atividade em situação irregular	40	44,4%	42	46,7%	8	8,9%	90	-

Fonte: Paine! Pesquisas e Consultoria, 2019.

*Os entrevistados poderiam citar além dos dias da semana o período de férias ou festivo

Nesta atividade temos um percentual maior de entrevistados em situação irregular que vê a atividade como um trabalho, 35,6%, mas a maioria ainda afirma que não atrapalha os estudos (94,4%).

Tabela 91 – Entrevistados que consideram as atividades de coleta de materiais recicláveis em situação de trabalho irregular como um trabalho

Resposta	Obs.	(%)	
Não	56	62,2%	
Sim	32	35,6%	
Não sabe responder	2	2,2%	
Realizam a atividade em situação irregular	90	100,0%	

Fonte: Paine! Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tabela 92 – Entrevistados que consideram que as atividades de coleta de materiais recicláveis em situação de trabalho irregular atrapalham os estudos

Resposta	Obs.	(%)	
Não	85	94,4%	
Sim	2	2,2%	
Às vezes	3	3,3%	
Realizam a atividade em situação irregular	90	100,0%	

Fonte: Paine! Pesquisas e Consultoria, 2019.

Nesta atividade tem-se a maioria recebendo dinheiro para exercê-la, 55,6% e outros 44,4% não recebendo. Os que recebem, ganham em média R\$ 100 por mês. Porém tem valores que vão de R\$ 10 a R\$ 500 mensais - uma variação muito grande. O perfil do vínculo e de onde realizam a atividade mostra um padrão de uma atividade para a família: 65,6% realizam para a família e 74,4% onde moram. E o motivo também é relacionado à família, tem-se 75,6% dos entrevistados informando que realizam a atividade para ajudá-la.

Tabela 93 – Entrevistados que recebem dinheiro pelas atividades de coleta de materiais recicláveis em situação de trabalho irregular

Recebe dinheiro	Obs.	(%)	
Não	40	44,4%	
Sim	50	55,6%	
Realizam a atividade em situação irregular	90	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tabela 94 – Vínculo empregatício dos entrevistados que realizam as atividades de coleta de materiais recicláveis em situação de trabalho irregular

Vínculo	Obs.	(%)	
Não, é uma atividade que faço para a minha família	59	65,6%	
Não, é uma atividade que faço por conta própria (bicos)	28	31,1%	
Não, é uma atividade que faço para meus parentes (tio, tia, avô, avô ou primos)	2	2,2%	
Não, é uma atividade que faço para amigos	1	1,1%	
Realizam a atividade em situação irregular	90	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tabela 95 – Local de maior frequência em que os entrevistados realizam as atividades de coleta de materiais recicláveis em situação de trabalho irregular

Local	Obs.	(%)	
Onde moro (em casa, no sítio, na fazenda ou na chácara)	67	74,4%	
Na rua, em via pública, no semáforo ou em praças	20	22,2%	
Em outra residência (casa, sítio, fazenda ou na chácara)	2	2,2%	
Em um galpão, em uma fábrica ou indústria	1	1,1%	
Realizam a atividade em situação irregular	90	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tabela 96 – Motivos alegados pelos entrevistados para realizarem as atividades de coleta de materiais recicláveis em situação de trabalho irregular

Motivo	Obs.	(%)	
Ajudar a família	68	75,6%	
Ter meu dinheiro	35	38,9%	
Ter uma ocupação	3	3,3%	
Realizam a atividade em situação irregular*	90	-	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

*Um respondente poderia citar mais de uma alternativa

Indicador 17: Venda ou atendimento

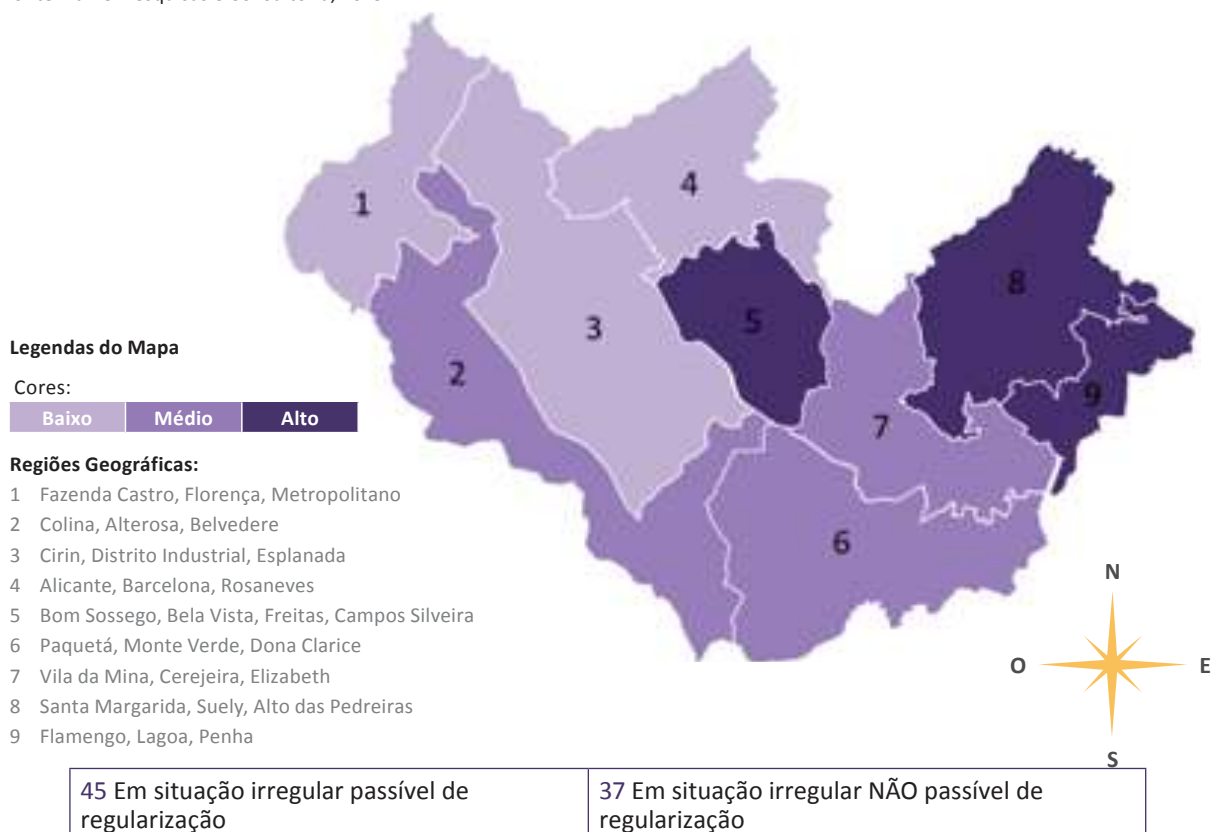
Definição: número de crianças e adolescentes, na faixa etária de 10 a 17 anos, em situação irregular de atividade de vendas ou atendimento em lojas, ruas e praças sobre o número amostral.

Dos 941 entrevistados, 85 realizavam atividades de vendas ou atendimentos. Em situação de trabalho irregular são 82 dos 941 entrevistados, representando 8,7% da amostra entrevistada. Na análise de penetração das regiões percebe-se que todas as regiões apresentam casos de trabalho irregular, sendo a Região 8 a que se sobressai com o maior indicador, 18% dos entrevistados em situação irregular, e a que apresenta o menor indicador é a Região 4, com 4,6% dos entrevistados.

Tabela 97 – Penetração da região de referência da residência dos entrevistados em situação de trabalho irregular na amostra

Região Geográfica	Obs.	Amostra	Indicador	Menor Valor	Região 4	4,6%
				Média	Ribeirão das Neves	8,7%
				Maior Valor	Região 8	18,0%
Região 4	6	131	4,6%	Diferença: 2,9 vezes É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões		
Região 3	3	57	5,3%			
Região 1	5	86	5,8%			
Região 6	6	93	6,5%			
Região 2	7	108	6,5%			
Região 7	7	102	6,9%			
Região 9	12	161	7,5%			
Região 5	12	70	17,1%			
Região 8	24	133	18,0%			
Realizam a atividade em situação irregular		82	941	8,7%		

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.



CRITÉRIOS DAS SITUAÇÕES IRREGULARES VENDA OU ATENDIMENTO				
Faixa Etária	Critério 1: Idade	Critério 2: Local (Rua)	Critério 3: Vínculo empregatício (sem) e realizada para terceiros	Critério 4: Vínculo empregatício (sem) e realizada para a família/conta própria
10 a 13 anos	Sim	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
14 a 15 anos	Não se aplica	Sim	Sim	3 dias na semana, por mais de 4h/dia
16 a 17 anos	Não se aplica	Sim	Sim	Mais de 4 dias na semana, por mais de 2h/dia

Quadro 24 – Informações complementares da análise de situações irregulares na atividade de venda ou atendimento

Na rua ou por menor de 13 anos

TOTAL: 37 CASOS

Observação: A legislação brasileira não permite a realização de qualquer trabalho antes da idade mínima permitida – de 16 anos, exceto na condição de aprendiz que é de 14 anos – e também exige a vinculação empregatícia, ou seja, o registro em Carteira de Trabalho para menores de 18 anos. No mesmo sentido a Consolidação das Leis de Trabalho também proíbe o trabalho nas ruas.

Realiza para a família

TOTAL: 27 CASOS

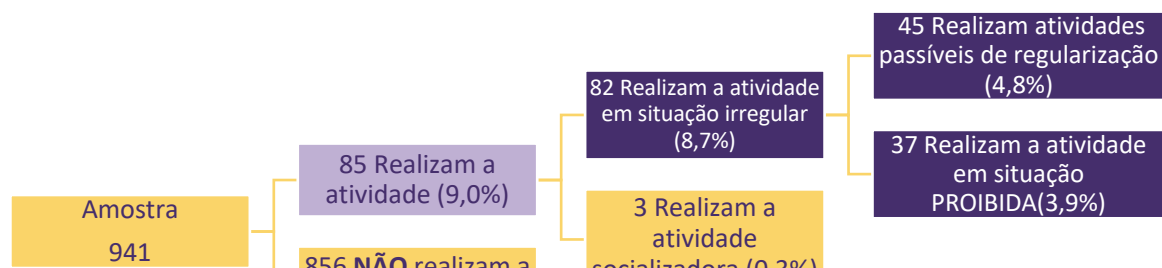
Observação: É caracterizado quando o adolescente contribui com o negócio da família, seja ele formal ou informal, ou realiza a atividade por conta própria, sem possuir vínculo empregatício. Apesar de estar dentro da idade mínima permitida pela legislação, esta situação merece atenção por se tratar de atividade informal e/ou eventual

Realiza para Terceiros

TOTAL: 18 CASOS

A legislação brasileira além da idade mínima também exige a vinculação empregatícia, ou seja, o registro obrigatório em Carteira de Trabalho para menores de 18 anos, sendo portanto vedado o emprego informal ou eventual de adolescente, de modo a proteger a garantia de seus direitos.

Quadro 25 – Realização das atividades de vendas ou atendimento



A faixa etária dos entrevistados em situação de trabalho irregular não mostra nenhuma tendência, duas faixas etárias (10 a 13 e 16 a 17) tem 35,4% dos entrevistados e 29,3% tem entre 14 e 15 anos, mostrando que qualquer faixa etária está sujeita a esta atividade de forma irregular. Assim também se apresenta o sexo, o feminino com 45,1% e o masculino com 54,9%. Sem um destaque expressivo.

Tabela 98 – Faixa etária

Faixa etária	Obs.	(%)	
De 10 a 13 anos	29	35,4%	
De 14 a 15 anos	24	29,3%	
De 16 a 17 anos	29	35,4%	
Realizam a atividade em situação irregular	82	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tabela 99 – Sexo

Sexo	Obs.	(%)	
Feminino	37	45,1%	
Masculino	45	54,9%	
Realizam a atividade em situação irregular	82	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Praticamente em todas as atividades percebe-se que elas são realizadas no município, não é diferente nas atividades de vendas, na qual 92,7% dos entrevistados fazem vendas em Ribeirão das Neves. Em municípios vizinhos apenas 7,3%.

Tabela 100 – Município de realização das atividades de vendas, atendimento e outros em situação de trabalho irregular

Município	Obs.	(%)	
Ribeirão das Neves	76	92,7%	
Outro município	6	7,3%	
Realizam a atividade em situação irregular	82	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

De forma expressiva e distante dos outros períodos, realizar a atividade à tarde se destaca entre 78% dos entrevistados em situação irregular.

Tabela 101 – Período do dia que realizam a atividade de vendas, atendimento e outros em situação de trabalho irregular

Período	Obs.	(%)	
Tarde	64	78,0%	
Manhã	26	31,7%	
Noite	14	17,1%	
Realizam a atividade em situação irregular	82	-	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

*Os entrevistados poderiam citar mais de um período

As atividades de vendas e atendimentos se concentram mais em frequência de três dias ou mais na semana com um tempo diário de duas horas ou mais (56,1%).

Tabela 102 – Quantidade de dias da semana versus quantidade de horas por dia que os entrevistados realizam a atividade em situação de trabalho irregular de venda ou atendimento

Horas	Até dois dias na semana		3 dias na semana ou mais		Outros períodos		Realizam a atividade em situação irregular	
	Obs.	(%)	Obs.	(%)	Obs.	(%)	Obs.	(%)
Pelo menos uma hora por dia	10	12,2%	5	6,1%		0,0%	15	18,3%
de 2 a 4 horas por dia	10	12,2%	24	29,3%	1	1,2%	35	42,7%
5 horas ou mais por dia	8	9,8%	22	26,8%	2	2,4%	32	39,0%
Realizam a atividade em situação irregular	28	34,1%	51	62,2%	3	3,7%	82	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

*Os entrevistados poderiam citar além dos dias da semana o período de férias ou festivo

Para as atividades de vendas e atendimento perguntou-se a interferência nos estudos, e 97,6% afirmou que a atividade, apesar de em situação de trabalho irregular, não atrapalha os estudos.

Tabela 103 – Entrevistados que consideram que a atividades de vendas, atendimento e outros em situação de trabalho irregular atrapalha os estudos

Resposta	Obs.	(%)
Não	80	97,6%
Sim	1	1,2%
Às vezes	1	1,2%
Realizam a atividade em situação irregular	82	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tem-se que a maioria recebe pela atividade (72%), porém no vínculo tem dois tipos que sobressaem, ambos com 39% de citações cada, a atividade feita para a família e a atividade que faço por conta própria (bicos). O local onde mais realizam a atividade é na própria casa (48,8%) e depois vem em uma loja, em uma barraca na feira, restaurante, lanchonete ou outro comércio em mais 28% dos casos. Ajudar a família e ter o seu próprio dinheiro são os principais motivos de realizarem a atividade, citados por 61% e 52,4%, respectivamente. Em média, os que recebem pela atividade ganham em torno de R\$ 544 por mês.

Tabela 104 – Entrevistados que recebem dinheiro pelas atividades de vendas, atendimento e outros em situação de trabalho irregular

Resposta	Obs.	(%)
Sim	59	72,0%
Não	23	28,0%
Realizam a atividade em situação irregular	82	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tabela 105 – Vínculo empregatício dos entrevistados que realizam atividades de vendas, atendimento e outros em situação de trabalho irregular

Vínculo	Obs.	(%)	
Não, é uma atividade que faço para a minha família	32	39,0%	
Não, é uma atividade que faço por conta própria (bicos)	32	39,0%	
Sim, mas não tenho nem carteira assinada e nem contrato de trabalho, é um acordo de trabalho informal na empresa/loja/comércio/serviço em que trabalho	11	13,4%	
Não, é uma atividade que faço para meus parentes (tio, tia, avó, avô ou primos)	6	7,3%	
Sim, tenho um contrato de estágio na empresa/loja/comércio/serviço em que trabalho	1	1,2%	
Realizam a atividade em situação irregular	82	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tabela 106 – Local de maior frequência em que os entrevistados realizam a atividade de vendas, atendimento e outros em situação de trabalho irregular

Local	Obs.	(%)	
Onde moro (em casa, no sítio, na fazenda ou na chácara)	40	48,8%	
Em uma loja, em uma barraca na feira, restaurante, lanchonete ou outro comércio	23	28,0%	
Na rua, em via pública, no semáforo ou em praças	15	18,3%	
Em outra residência (casa, sítio, fazenda ou na chácara)	2	2,4%	
Em um galpão, em uma fábrica ou indústria	1	1,2%	
Na escola	1	1,2%	
Realizam a atividade em situação irregular	82	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tabela 107 – Motivos alegados pelos entrevistados para realizarem a atividade de vendas, atendimento e outros em situação de trabalho irregular

Motivo	Obs.	(%)	
Ajudar a família	50	61,0%	
Ter meu dinheiro	43	52,4%	
Ter uma ocupação	7	8,5%	
Não ficar sozinho em casa	3	3,7%	
Realizam a atividade em situação irregular*	82	-	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Indicador 18: Lavação, serviços gerais ou oficina mecânica

Definição: número de crianças e adolescentes, na faixa etária de 10 a 17 anos, em situação irregular de atividade de serviços gerais ou oficina mecânica sobre o número amostral.

No trabalho de lavação de carros ou ajuda em oficina de carros, caminhões ou máquinas agrícolas teve-se no geral 5,7% que exercem a atividade e 5,6% dos entrevistados atuando na atividade em situação de trabalho irregular, ou seja, quase que a totalidade envolvida na atividade (54 entrevistados) está em situação de trabalho irregular (53 entrevistados). Analisando o indicador por região, percebe-se que a atividade de lavação de carros ou ajuda em oficina de carros, caminhões ou máquinas agrícolas acontece mais na Região 1, com 12,8% dos entrevistados. Todas as regiões apresentam algum percentual com esta situação, sendo o menor na Região 3, com 1,8% do total de entrevistados. A diferença entre a menor e a maior região chega a mais de seis vezes.

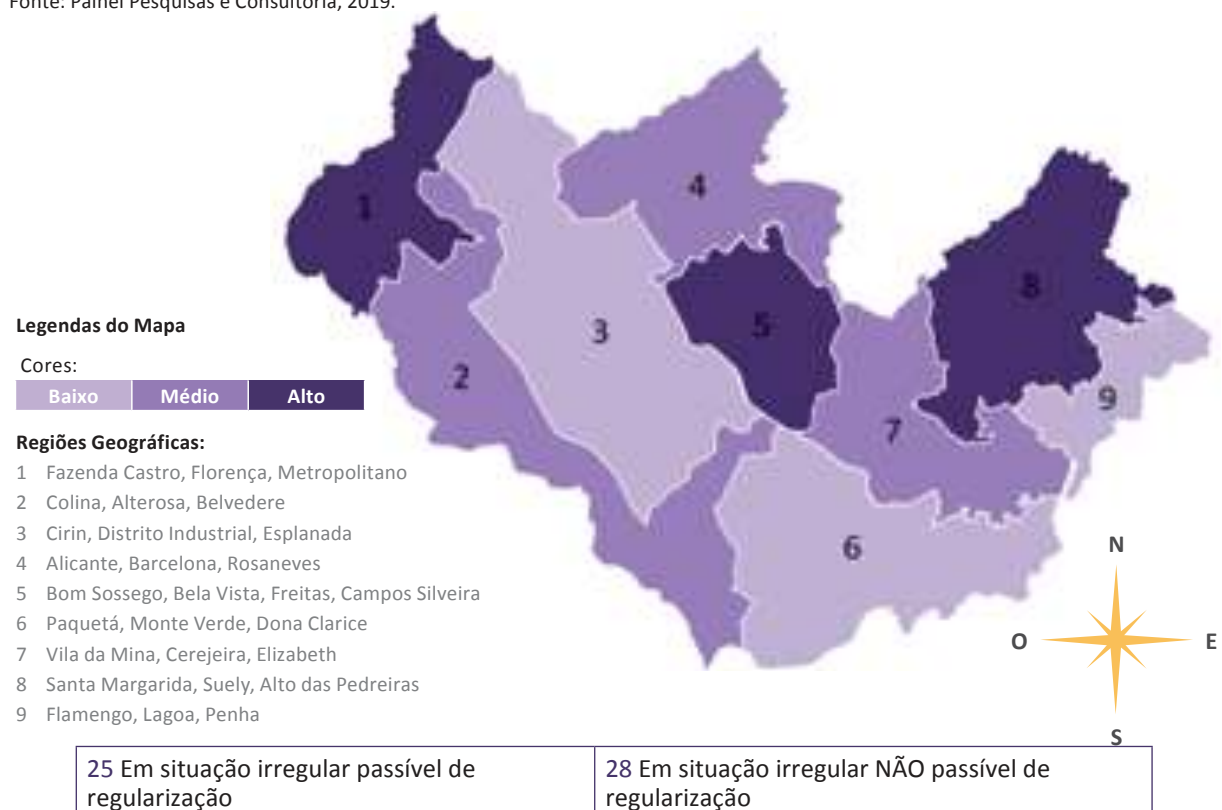
Tabela 108 – Penetração da região de referência da residência dos entrevistados em situação de trabalho irregular na amostra

Região Geográfica	Obs.	Amostra	Indicador	Menor Valor	Região 3	1,8%
Região 3	1	57	1,8%	Média	Ribeirão das Neves	5,6%
Região 9	5	161	3,1%	Maior Valor	Região 1	12,8%
Região 6	3	93	3,2%			
Região 7	5	102	4,9%			
Região 4	7	131	5,3%			
Região 2	6	108	5,6%			
Região 5	5	70	7,1%			
Região 8	10	133	7,5%			
Região 1	11	86	12,8%			
Realizam a atividade em situação irregular	53	941	5,6%			

Diferença:
6,3 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.



CRITÉRIOS DAS SITUAÇÕES IRREGULARES LAVAÇÃO, SERVIÇOS GERAIS OU OFICINA MECÂNICA				
Faixa Etária	Critério 1: Idade	Critério 2: Local (Rua)	Critério 3: Vínculo empregatício (sem) e realizada para terceiros	Critério 4: Vínculo empregatício (sem) e realizada para a família/conta própria
10 a 13 anos	Sim	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
14 a 15 anos	Não se aplica	Sim	Sim	3 dias na semana, por mais de 4h/dia
16 a 17 anos	Não se aplica	Sim	Sim	Mais de 4 dias na semana, por mais de 2h/dia

Quadro 26 – Informações complementares da análise de situações irregulares na atividade de lavação, serviços gerais ou oficina mecânica

Na rua ou por menor de 13 anos

TOTAL: 14 CASOS

Observação: A legislação brasileira não permite a realização de qualquer trabalho antes da idade mínima permitida – de 16 anos, exceto na condição de aprendiz que é de 14 anos – e também exige a vinculação empregatícia, ou seja, o registro em Carteira de Trabalho para menores de 18 anos. No mesmo sentido a Consolidação das Leis de Trabalho também proíbe o trabalho nas ruas.

Realiza para a família ou por conta própria

TOTAL: 18 CASOS

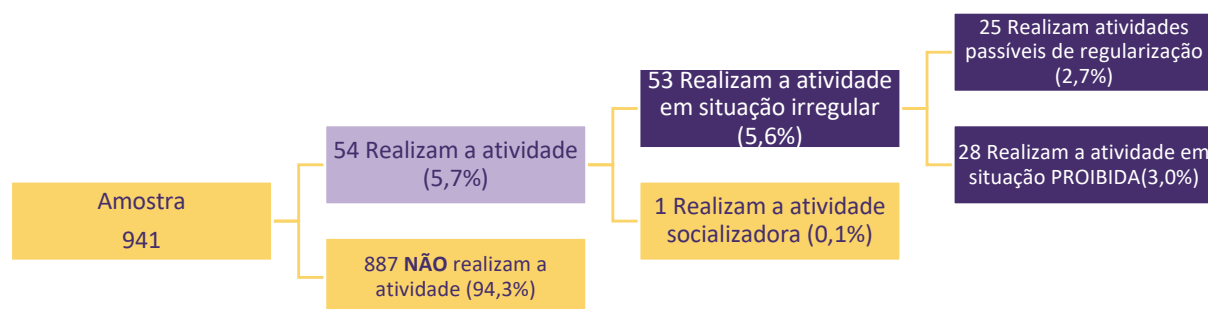
Observação: É caracterizado quando o adolescente contribui com o negócio da família, seja ele formal ou informal, ou realiza a atividade por conta própria, sem possuir vínculo empregatício. Apesar de estar dentro da idade mínima permitida pela legislação, esta situação merece atenção por se tratar de atividade informal e/ou eventual

Realiza para Terceiros

TOTAL: 21 CASOS

A legislação brasileira além da idade mínima também exige a vinculação empregatícia, ou seja, o registro obrigatório em Carteira de Trabalho para menores de 18 anos, sendo portanto vedado o emprego informal ou eventual de adolescente, de modo a proteger a garantia de seus direitos.

Quadro 27 – Realização da atividade de lavação, serviços gerais ou oficina mecânica



Na atividade de lavação de carros ou ajuda em oficina de carros, caminhões ou máquinas agrícolas de forma irregular prevalece o sexo masculino com 96,2% dos entrevistados em situação de trabalho irregular. E, ainda, o perfil mostra uma tendência na faixa etária mais velha, de 16 a 17 anos.

Tabela 109 – Faixa etária

Faixa etária	Obs.	(%)
De 10 a 13 anos	13	24,5%
De 14 a 15 anos	15	28,3%
De 16 a 17 anos	25	47,2%
Realizam a atividade em situação irregular	53	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tabela 110 – Sexo

Sexo	Obs.	(%)
Feminino	2	3,8%
Masculino	51	96,2%
Realizam a atividade em situação irregular	53	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

A tendência dos que trabalham em lavação de carros ou ajuda em oficina de carros, caminhões ou máquinas agrícolas é realizar a atividade em Ribeirão das Neves, em 90,6% dos casos.

Tabela 111 – Município de realização da atividade de lavação de carros

Município	Obs.	(%)
Ribeirão das Neves	48	90,6%
Outro município	5	9,4%
Realizam a atividade em situação irregular	53	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tanto o período da manhã como o da tarde se destacam como os quais as crianças e adolescentes mais realizam a atividade. No período da tarde 79,2% e no da manhã 67,9%.

Tabela 112 – Período do dia que realizam o trabalho de lavação de carros ou ajuda em oficina de carros, caminhões ou máquinas agrícolas em situação de trabalho

Período	Obs.	(%)	
Tarde	42	79,2%	
Manhã	36	67,9%	
Noite	5	9,4%	
Não informado	0	0,0%	
Realizam a atividade em situação irregular	53	-	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

*Os entrevistados poderiam citar mais de um período

Para as atividades de lavação, a frequência semanal e quantidade de horas são as maiores, 45,3% realizam 5 horas ou mais por dia e em uma frequência de três dias ou mais da semana.

Os destaques nas tabelas 115 e 116 é a percepção dos entrevistados que não percebem os serviços de lavação como trabalho irregular e nem o prejuízo nos estudos.

Tabela 113 – Quantidade de dias da semana versus quantidade de horas por dia que os entrevistados realizam a atividade em situação de trabalho irregular de venda ou atendimento

Horas	Até dois dias na semana		3 dias na semana ou mais		Outros períodos		Realizam a atividade em situação irregular	
	Obs.	(%)	Obs.	(%)	Obs.	(%)	Obs.	(%)
Pelo menos uma hora por dia	5	9,4%	1	1,9%		0,0%	6	11,3%
de 2 a 4 horas por dia	5	9,4%	3	5,7%	1	1,9%	9	17,0%
5 horas ou mais por dia	10	18,9%	24	45,3%	4	7,5%	38	71,7%
Realizam a atividade em situação irregular	20	37,7%	28	52,8%	5	9,4%	53	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

*Os entrevistados poderiam citar além dos dias da semana o período de férias ou festivo

Tabela 114 – Entrevistados que consideram o trabalho de lavação de carros ou ajuda em oficina de carros, caminhões ou máquinas agrícolas em situação de trabalho irregular como um trabalho

Resposta	Obs.	(%)	
Não	10	18,9%	
Sim	43	81,1%	
Realizam a atividade em situação irregular	53	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tabela 115 – Entrevistados que consideram que o trabalho de lavação de carros ou ajuda em oficina de carros, caminhões ou máquinas agrícolas em situação de trabalho irregular atrapalha os estudos

Resposta	Obs.	(%)	
Não	50	94,3%	
Sim	0	0,0%	
Às vezes	3	5,7%	
Realizam a atividade em situação irregular	53	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Nesta atividade, de lavagem de carros ou ajuda em oficina de carros, caminhões ou máquinas agrícolas, tem-se a maioria dos entrevistados afirmando que recebe pelo trabalho, 84,9% e ganham em média R\$ 861 por mês. O perfil de trabalhar para a família já reduz e é o caso de apenas 18,9%. A maioria realiza a atividade por conta própria (50,9%). O local onde mais realizam a atividade são em outros locais que não a residência, para mais de 70% das situações irregulares. O motivo principal é para ter o seu próprio dinheiro em 66% das vezes e outros 47,2% alegam ainda que trabalham para ajudar a família.

Tabela 116 – Entrevistados que recebem dinheiro pelo trabalho de lavagem de carros ou ajuda em oficina de carros, caminhões ou máquinas agrícolas em situação de trabalho irregular

Recebe dinheiro	Obs.	(%)	
Não	8	15,1%	
Sim	45	84,9%	
Realizam a atividade em situação irregular	53	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tabela 117 – Vínculo empregatício dos entrevistados que realizam o trabalho de lavagem de carros ou ajuda em oficina de carros, caminhões ou máquinas agrícolas em situação de trabalho irregular

Vínculo	Obs.	(%)	
Não, é uma atividade que faço por conta própria (bicos)	27	50,9%	
Não, é uma atividade que faço para a minha família	10	18,9%	
Não, é uma atividade que faço para meus parentes (tio, tia, avó, avô ou primos)	8	15,1%	
Não, é uma atividade que faço para amigos	5	9,4%	
Sim, mas não tenho nem carteira assinada e nem contrato de trabalho, é um acordo de trabalho informal na empresa/loja/comércio/serviço em que trabalho	3	5,7%	
Realizam a atividade em situação irregular	53	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tabela 118 – Local de maior frequência onde os entrevistados realizam trabalho de lavagem de carros, ajuda em oficina de carros, caminhões, máquinas agrícolas em situação de trabalho irregular

Local	Obs.	(%)	
Em outra residência (casa, sítio, fazenda ou na chácara)	17	32,1%	
Em um galpão, em uma fábrica ou indústria	14	26,4%	
Onde moro (em casa, no sítio, na fazenda ou na chácara)	13	24,5%	
Em uma loja, em uma barraca na feira, restaurante, lanchonete ou outro comércio	8	15,1%	
Na rua, em via pública, no semáforo ou em praças	1	1,9%	
Realizam a atividade em situação irregular	53	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tabela 119 – Motivos alegados para realizarem o trabalho de lavagem de carros ou ajuda em oficina de carros, caminhões ou máquinas agrícolas em situação de trabalho irregular

Motivo	Obs.	(%)	
Ter meu dinheiro	35	66,0%	
Ajudar a família	25	47,2%	
Ter uma ocupação	9	17,0%	
Não ficar sozinho em casa	1	1,9%	
Realizam a atividade em situação irregular*	53	-	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Indicador 19: Trabalho rural

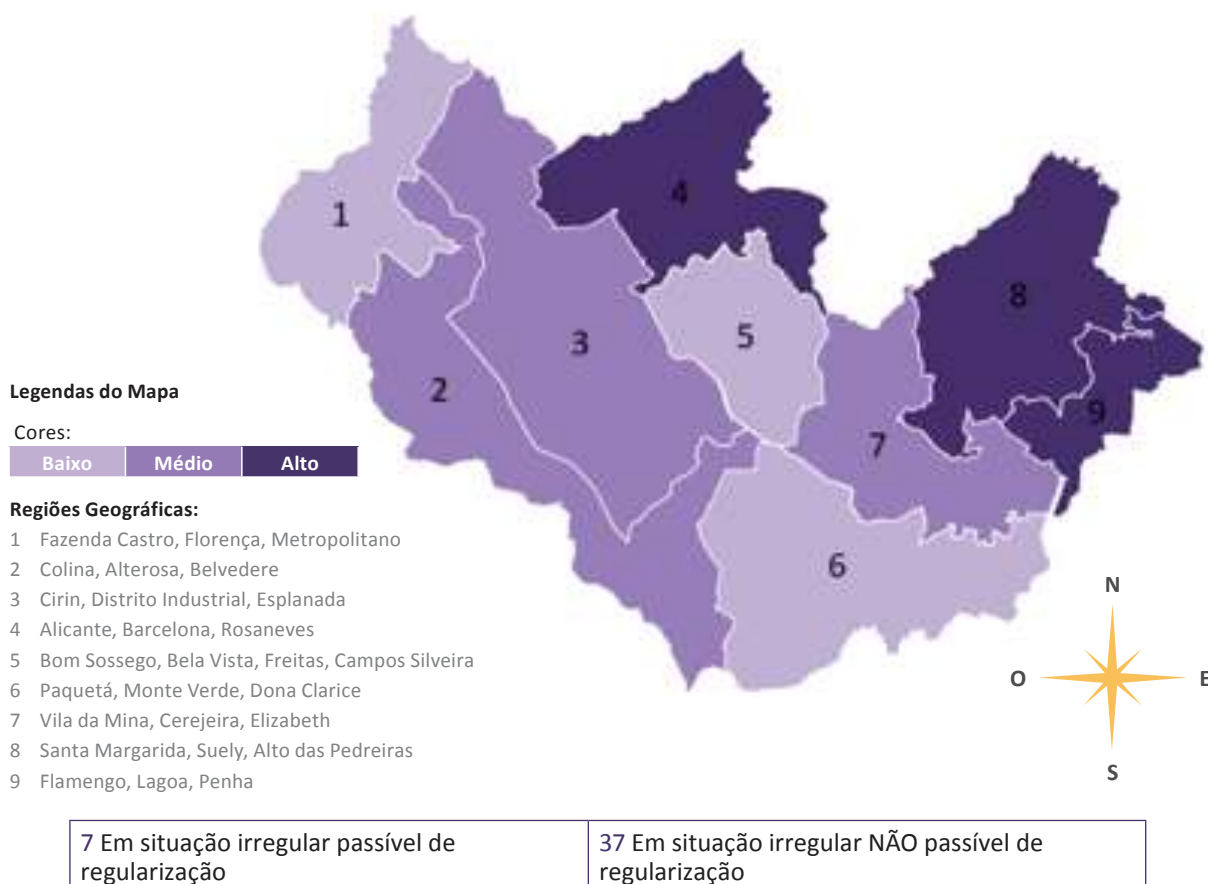
Definição: número de crianças e adolescentes, na faixa etária de 10 a 17 anos, em situação irregular de atividade rural ou agropecuária sobre o número amostral.

As atividades rurais se apresentam em um percentual de 7,5%, porém em situação de trabalho irregular em 4,7% dos entrevistados. A Região 9 mostrou o maior indicador de casos de trabalhos rurais de forma irregular, foram encontrados 9,9% da amostra nesta situação. Acima da média do município se apresentam ainda a Região 4 e a 8, com 6,1% e 6,8% respectivamente. A Região 5 não apresentou nenhum caso.

Tabela 120 – Entrevistados em situação de trabalho irregular na Atividade Rural ou Agropecuária

Região Geográfica	Obs.	Amostra	Indicador	Menor Valor	Região 6	1,1%
Região 5	0	70	0,0%	Média	Ribeirão das Neves	4,7%
Região 6	1	93	1,1%	Maior Valor	Região 8	9,9%
Região 1	2	86	2,3%	Diferença: 8,2 vezes É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões		
Região 2	3	108	2,8%			
Região 7	3	102	2,9%			
Região 3	2	57	3,5%			
Região 4	8	131	6,1%			
Região 8	9	133	6,8%			
Região 9	16	161	9,9%			
Realizam a atividade em situação irregular	44	941	4,7%			

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.



CRITÉRIOS DAS SITUAÇÕES IRREGULARES TRABALHO RURAL				
Faixa Etária	Critério 1: Idade	Critério 2: Local (Rua)	Critério 3: Vínculo empregatício (sem) e realizada para terceiros	Critério 4: Vínculo empregatício (sem) e realizada para a família/conta própria
10 a 13 anos	Sim	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
14 a 15 anos	Não se aplica	Sim	Sim	3 dias na semana, por mais de 4h/dia
16 a 17 anos	Não se aplica	Sim	Sim	Mais de 4 dias na semana, por mais de 2h/dia

Quadro 28 – Informações complementares da análise de situações irregulares na atividade de trabalho rural

Na rua ou por menor de 13 anos

TOTAL: 31 CASOS

Observação: A legislação brasileira não permite a realização de qualquer trabalho antes da idade mínima permitida – de 16 anos, exceto na condição de aprendiz que é de 14 anos – e também exige a vinculação empregatícia, ou seja, o registro em Carteira de Trabalho para menores de 18 anos. No mesmo sentido a Consolidação das Leis de Trabalho também proíbe o trabalho nas ruas.

Agricultura familiar

TOTAL: 7 CASOS

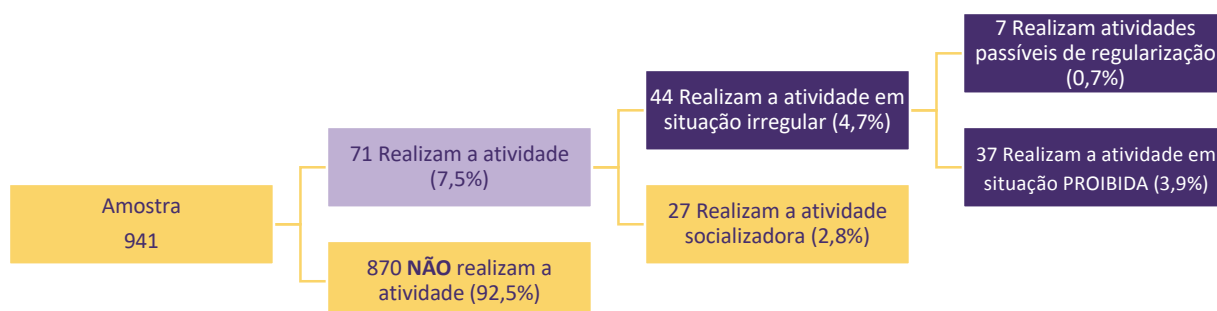
Observação: É caracterizado quando o adolescente realiza atividade em meio rural no contextos da agricultura familiar (Lei nº 11.326/2006,, cujos critérios de quantidade de dias na semana e horas de trabalho por dia são incompatíveis com seu processo de desenvolvimento.

Realiza por conta própria ou para terceiros

TOTAL: 6 CASOS

A legislação brasileira além da idade mínima também exige a vinculação empregatícia, ou seja, o registro obrigatório em Carteira de Trabalho para menores de 18 anos, sendo portanto vedado o emprego informal, eventual ou por conta própria de adolescente, de modo a proteger a garantia de seus direitos e o seu desenvolvimento pleno e sadio.

Quadro 29 – Realização das atividades de trabalho rural



No perfil temos destaque para a faixa etária de 10 a 13 anos que representa 70,5% das situações de trabalho irregulares, e no perfil o sexo com uma pequena tendência maior é o masculino, 56,8%.

Tabela 121 – Faixa etária

Faixa etária	Obs.	(%)	
De 10 a 13 anos	31	70,5%	
De 14 a 15 anos	7	15,9%	
De 16 a 17 anos	6	13,6%	
Realizam a atividade em situação irregular	44	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tabela 122 – Sexo

Sexo	Obs.	(%)	
Feminino	19	43,2%	
Masculino	25	56,8%	
Realizam a atividade em situação irregular	44	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Dos 44 entrevistados, tem-se que 93,2% realizam as atividades rurais dentro do município. Apenas 6,8% realizam em outro município.

Tabela 123 – Município de realização de atividades rurais em situação de trabalho irregular

Município	Obs.	(%)
Ribeirão das Neves	41	93,2%
Outro município	3	6,8%
Realizam a atividade em situação irregular	44	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Nas atividades rurais prevalece o trabalho no período da tarde, em 63,6% dos casos. O período da manhã é no qual 45,5% das crianças e adolescentes em situação de trabalho irregular realizam a atividade.

Tabela 124 – Período do dia que os entrevistados realizam as atividades rurais em situação de trabalho irregular

Período	Obs.	(%)
Tarde	28	63,6%
Manhã	20	45,5%
Noite	7	15,9%
Não informado		0,0%
Realizam a atividade em situação irregular	44	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

*Os entrevistados poderiam citar mais de um período

Nas atividades rurais a maioria em situação irregular trabalha pelo menos uma hora por dia em três dias ou mais na semana (36,4%).

Tabela 125 – Dias da semana e quantidades versus horas por dia que os entrevistados realizam a atividade em situação de trabalho irregular rural

Horas	Até dois dias na semana		3 dias na semana ou mais		Outros períodos		Realizam a atividade em situação irregular	
	Obs.	(%)	Obs.	(%)	Obs.	(%)	Obs.	(%)
Pelo menos uma hora por dia	5	11,4%	16	36,4%	7	15,9%	28	63,6%
de 2 a 4 horas por dia	1	2,3%	8	18,2%	2	4,5%	11	25,0%
5 horas ou mais por dia	1	2,3%	4	9,1%		0,0%	5	11,4%
Realizam a atividade em situação irregular	7	15,9%	28	63,6%	9	20,5%	44	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

*Os entrevistados poderiam citar além dos dias da semana o período de férias ou festivo

Tabela 126 – Entrevistados que consideram as atividades rurais em situação de trabalho irregular como um trabalho

Resposta	Obs.	(%)
Não	29	65,9%
Sim	15	34,1%
Realizam a atividade em situação irregular	44	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tabela 127 – Entrevistados que consideram que a atividade rural em situação de trabalho irregular atrapalha os estudos

Resposta	Obs.	(%)
Não	43	97,7%
Sim	0	0,0%
Às vezes	1	2,3%
Realizam a atividade em situação irregular	44	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Nos 44 casos de situação de trabalho irregular em atividades rurais, a remuneração acontece para apenas 18,2% e em um valor médio de R\$ 480 mensais. A atividade segue o perfil familiar: 68,2% realizam onde moram; 68,2% faz a atividade para a família (sem vínculo empregatício); e, 86,4% fazem para ajudar a família.

Tabela 128 – Entrevistados que recebem dinheiro pelas atividades rurais em situação de trabalho irregular

Recebe dinheiro	Obs.	(%)
Não	36	81,8%
Sim	8	18,2%
Realizam a atividade em situação irregular	44	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tabela 129 – Vínculo empregatício dos entrevistados que realizam as atividades rurais em situação de trabalho irregular

Vínculo	Obs.	(%)
Não, é uma atividade que faço para a minha família	30	68,2%
Não, é uma atividade que faço para meus parentes (tio, tia, avô, avô ou primos)	6	13,6%
Não, é uma atividade que faço por conta própria (bicos)	4	9,1%
Não, é uma atividade que faço para amigos	3	6,8%
Sim, mas não tenho nem carteira assinada e nem contrato de trabalho, é um acordo de trabalho informal na empresa/loja/comércio/serviço em que trabalho	1	2,3%
Realizam a atividade em situação irregular	44	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tabela 130 – Local de maior frequência em que os entrevistados realizam as atividades rurais em situação de trabalho irregular

Local	Obs.	(%)
Onde moro (em casa, no sítio, na fazenda ou na chácara)	30	68,2%
Em outra residência (casa, sítio, fazenda ou na chácara)	13	29,5%
Em uma loja, em uma barraca na feira, restaurante, lanchonete ou outro comércio	1	2,3%
Realizam a atividade em situação irregular	44	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tabela 131 – Motivos alegados para realizarem as atividades rurais em situação de trabalho irregular

Motivo	Obs.	(%)
Ajudar a família	38	86,4%
Ter meu dinheiro	4	9,1%
Não ficar sozinho em casa	3	6,8%
Ter uma ocupação	2	4,5%
Realizam a atividade em situação irregular*	44	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Indicador 20: Atividades manuais

Definição: número de crianças e adolescentes, na faixa etária de 10 a 17 anos, em situação irregular de atividades manuais ou produção de artesanato sobre o número amostral.

Na atuação em trabalhos manuais 5,8% dos entrevistados realizam a atividade, porém quando verificada a situação irregular de trabalho, apenas 1,7% dos entrevistados estão nesta condição, ou seja, de 941 apenas 16. Os trabalhos manuais, pouco praticados no município, mostram uma tendência de serem mais expressivos na Região 1, pois a região apresenta o maior indicador, 5,8% dos entrevistados. A Região 5 não apresentou nenhum caso, o que mostra que a Região 1 apresenta a atividade em uma proporção cinco vezes maior que a Região 5 que não apresentou nenhum caso.

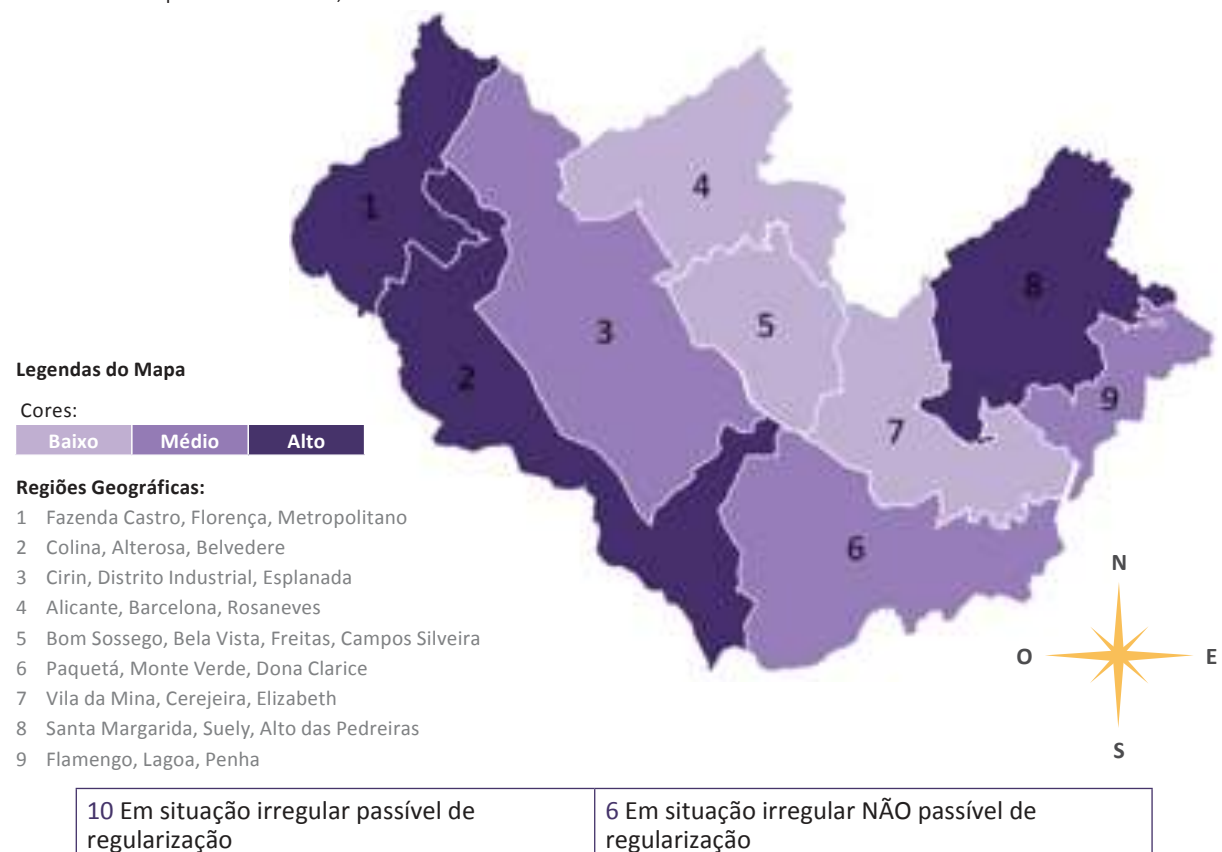
Tabela 132 – Penetração da região de referência da residência dos entrevistados em situação de trabalho irregular na amostra

Região Geográfica	Obs.	Amostra	Indicador	Menor Valor	Região 4	0,8%
Região 5	0	70	0,0%	Média	Ribeirão das Neves	1,7%
Região 4	1	131	0,8%	Maior Valor	Região 1	5,8%
Região 7	1	102	1,0%			
Região 6	1	93	1,1%			
Região 9	2	161	1,2%			
Região 3	1	57	1,8%			
Região 2	2	108	1,9%			
Região 8	3	133	2,3%			
Região 1	5	86	5,8%			
Realizam a atividade em situação irregular	16	941	1,7%			

**Diferença:
6,6 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.



CRITÉRIOS PARA SITUAÇÕES IRREGULARES ATIVIDADES MANUAIS				
Faixa Etária	Critério 1: Idade	Critério 2: Local (Rua)	Critério 3: Vínculo empregatício (sem) e realizada para terceiros	Critério 4: Vínculo empregatício (sem) e realizada para a família/conta própria
10 a 13 anos	Sim	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
14 a 15 anos	Não se aplica	Sim	Sim	3 dias na semana, por mais de 4h/dia
16 a 17 anos	Não se aplica	Sim	Sim	Mais de 4 dias na semana, por mais de 2h/dia

Quadro 30 – Informações complementares da análise de situações irregulares de trabalhos manuais

Na rua ou por menor de 13 anos

TOTAL: 3 CASOS

Observação: A legislação brasileira não permite a realização de qualquer trabalho antes da idade mínima permitida – de 16 anos, exceto na condição de aprendiz que é de 14 anos – e também exige a vinculação empregatícia, ou seja, o registro em Carteira de Trabalho para menores de 18 anos. No mesmo sentido a Consolidação das Leis de Trabalho também proíbe o trabalho nas ruas.

Realizada para a família

TOTAL: 8 CASOS

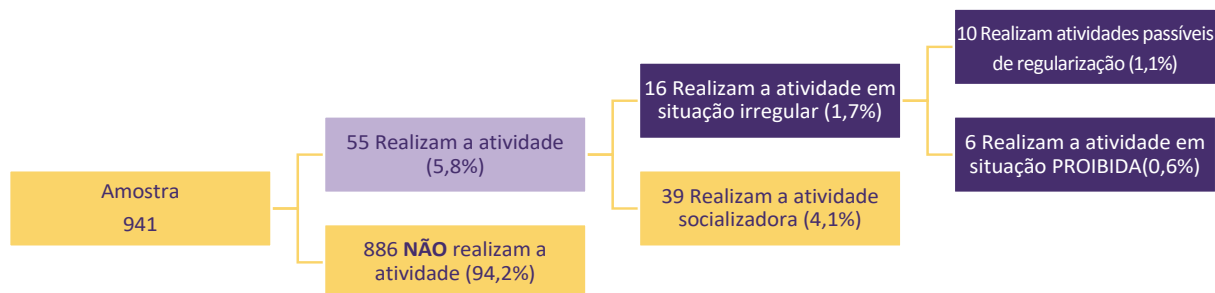
Observação: É caracterizado quando a criança ou adolescente assume a responsabilidade, dentro da própria casa, de executar atividades de um adulto, incompatíveis com seu processo de desenvolvimento, como assumir integralmente a preparação pelos alimentos da família, ser o responsável por toda a limpeza e organização da casa, etc.

Realiza para terceiros

TOTAL: 5 CASOS

A legislação brasileira além da idade mínima também exige a vinculação empregatícia, ou seja, o registro obrigatório em Carteira de Trabalho para menores de 18 anos, sendo portanto vedado o emprego informal, eventual ou por conta própria de adolescente, de modo a proteger a garantia de seus direitos e o seu desenvolvimento pleno e sadio.

Quadro 31 – Realização das atividades manuais



Nos trabalhos manuais destaca-se o sexo feminino com 87,5% Das situações de trabalho irregular, e ainda na faixa etária tem-se que 43,8% tem de 10 a 13 anos e 37,5% de 16 a 17 anos. Percentuais um pouco mais altos, porém, sem muita expressividade para afirmarmos um perfil etário.

Tabela 133 – Faixa etária dos entrevistados

Faixa etária	Obs.	(%)	
De 10 a 13 anos	7	43,8%	
De 14 a 15 anos	3	18,8%	
De 16 a 17 anos	6	37,5%	
Realizam a atividade em situação irregular	16	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tabela 134 – Sexo dos entrevistados

Sexo	Obs.	(%)	
Feminino	14	87,5%	
Masculino	2	12,5%	
Realizam a atividade em situação irregular	16	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Dos 16 entrevistados que realizam a atividade em situação de trabalho irregular, 93,8% atuam em Ribeirão das Neves.

Tabela 135 – Município de realização da atividade em trabalho manual em situação de trabalho irregular no trabalho

Município	Obs.	(%)	
Ribeirão das Neves	15	93,8%	
Outro município	1	6,3%	
Realizam a atividade em situação irregular	16	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Novamente, o período no qual mais realiza-se a atividade é vespertino, para 75% das crianças e adolescentes que realizam a atividade de forma irregular.

Tabela 136 – Período do dia que os entrevistados realizam o trabalho manual em situação de trabalho irregular

Período	Obs.	(%)	
Tarde	12	75,0%	
Manhã	7	43,8%	
Noite	5	31,3%	
Realizam a atividade em situação irregular	16	-	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

*Os entrevistados poderiam citar mais de um período

O percentual mais expressivo de atividades irregulares com trabalhos manuais é realizado até dois dias na semana em um tempo diário de 2 a 4 horas (31,3%).

Tabela 137 – Quantidade de dias da semana versus quantidade de horas por dia que os entrevistados realizam as atividades manuais em situação de trabalho irregular

Horas	Até dois dias na semana		3 dias na semana ou mais		Outros períodos		Realizam a atividade em situação irregular	
	Obs.	(%)	Obs.	(%)	Obs.	(%)	Obs.	(%)
Pelo menos uma hora por dia	1	6,3%	1	6,3%		0,0%	2	12,5%
de 2 a 4 horas por dia	5	31,3%	4	25,0%		0,0%	9	56,3%
5 horas ou mais por dia	3	18,8%	2	12,5%		0,0%	5	31,3%
Realizam a atividade em situação irregular	9	56,3%	7	43,8%	0	0,0%	16	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

*Os entrevistados poderiam citar além dos dias da semana o período de férias ou festivo

Buscou-se entender a percepção delas em considerar um trabalho e de atrapalhar os estudos. Na primeira situação, 81,3% afirmou que vê a atividade como um trabalho e 93,8% afirmou que a atividade não atrapalha os estudos.

Tabela 138 – Entrevistados que consideram o trabalho manual em situação de trabalho irregular como um trabalho

Resposta	Obs.	(%)	
Não	3	18,8%	
Sim	13	81,3%	
Realizam a atividade em situação irregular	16	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tabela 139 – Entrevistados que consideram que o trabalho manual em situação de trabalho irregular atrapalha os estudos

Resposta	Obs.	(%)	
Não	15	93,8%	
Às vezes	1	6,3%	
Realizam a atividade em situação irregular	16	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Essas atividades de trabalho manual têm a maioria das crianças e adolescentes em situação irregular ganhando para exercer a atividade. O valor ganho gira em torno de R\$ 425. As atividades são normalmente realizadas como "bicos" (50%) e onde moram (68,8%). E ainda tem como justificativa ajudar a família em 56,3% dos casos.

Tabela 140 – Entrevistados que recebem dinheiro pelo trabalho manual em situação de trabalho irregular

Recebe dinheiro	Obs.	(%)
Não	6	37,5%
Sim	10	62,5%
Realizam a atividade em situação irregular	16	100,0%

Fonte: Paine! Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tabela 141 – Vínculo empregatício dos entrevistados que realizam o trabalho manual em situação de trabalho irregular

Vínculo	Obs.	(%)
Não, é uma atividade que faço por conta própria (bicos)	8	50,0%
Não, é uma atividade que faço para a minha família	4	25,0%
Não, é uma atividade que faço para meus parentes (tio, tia, avó, avô ou primos)	4	25,0%
Realizam a atividade em situação irregular	16	100,0%

Fonte: Paine! Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tabela 142 – Local de maior frequência em que os entrevistados realizam o trabalho manual em situação de trabalho irregular

Local	Obs.	(%)
Onde moro (em casa, no sítio, na fazenda ou na chácara)	11	68,8%
Em uma loja, em uma barraca na feira, restaurante, lanchonete ou outro comércio	2	12,5%
Na rua, em via pública, no semáforo ou em praças	2	12,5%
Não informado	1	6,3%
Realizam a atividade em situação irregular	16	100,0%

Fonte: Paine! Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tabela 143 – Motivos alegados pelos entrevistados para realizarem o trabalho manual em situação de trabalho irregular

Motivo	Obs.	(%)
Ajudar a família	9	56,3%
Ter meu dinheiro	6	37,5%
Ter uma ocupação	3	18,8%
Realizam a atividade em situação irregular*	16	-

Fonte: Paine! Pesquisas e Consultoria, 2019.

Indicador 21: Atividades administrativas

Definição: número de crianças e adolescentes, na faixa etária de 10 a 17 anos, em situação irregular de atividade administrativa ou em escritório sobre o número amostral.

As situações de trabalho irregular em escritórios são as menos encontradas na pesquisa, dos 941, tem-se que 33 realizam a atividade, e, de forma irregular são 12 crianças e adolescentes (1,3%). Na análise de penetração das regiões percebe-se que várias regiões não tiveram casos de situação de trabalho irregular nas atividades de escritório. A região que apresentou o maior indicador, proporcionalmente à sua amostra, foi a Região 8, com 4,5% dos entrevistados nesta situação. Muito acima da média do município de 1,3%.

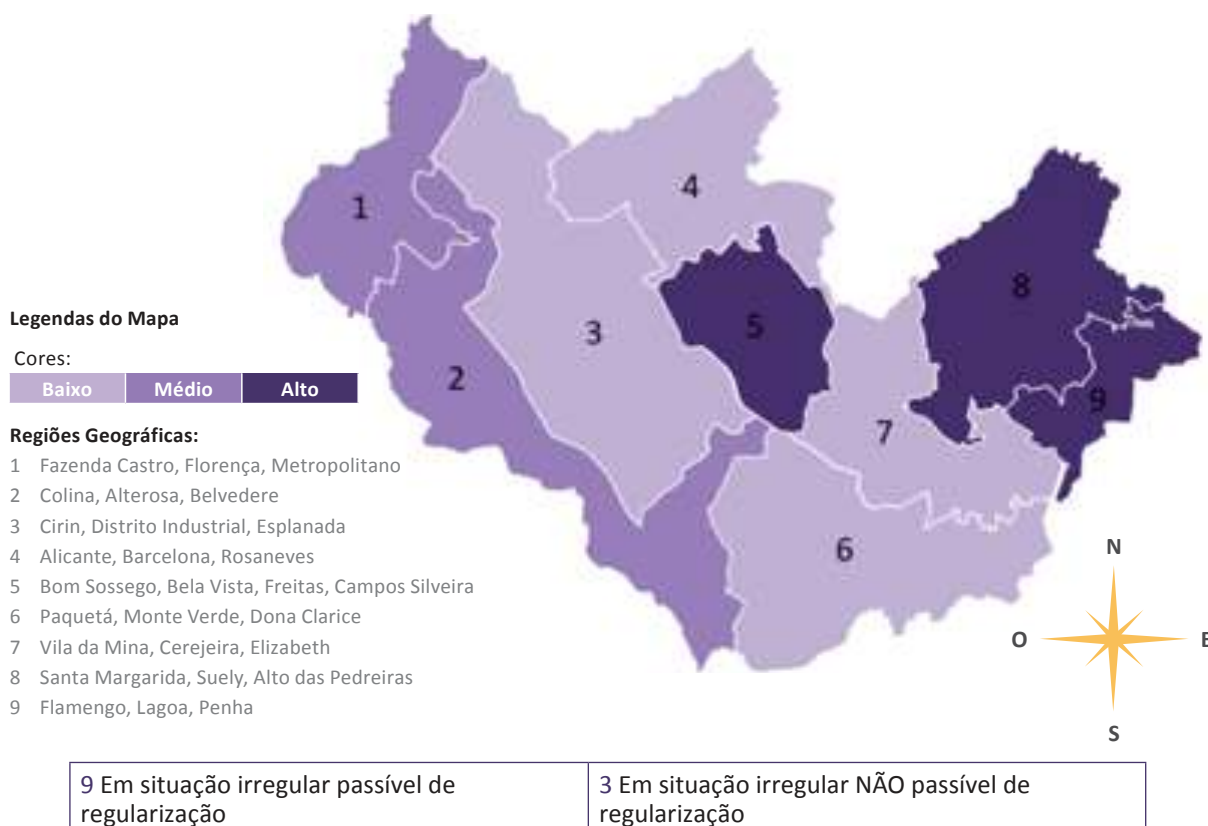
Tabela 144 – Penetração da região de referência da residência dos entrevistados em situação de trabalho irregular na amostra

Região Geográfica	Obs.	Amostra	Indicador	Menor Valor	Região 2	0,9%
Região 3	0	57	0,0%	Média	Ribeirão das Neves	1,3%
Região 4	0	131	0,0%	Maior Valor	Região 8	4,5%
Região 6	0	93	0,0%			
Região 7	0	102	0,0%			
Região 2	1	108	0,9%			
Região 1	1	86	1,2%			
Região 5	1	70	1,4%			
Região 9	3	161	1,9%			
Região 8	6	133	4,5%			
Realizam a atividade em situação irregular	12	941	1,3%			

**Diferença:
3,9 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.



CRITÉRIOS PARA SITUAÇÕES IRREGULARES ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS			
Faixa Etária	Critério 1: Idade	Critério 2: Vínculo empregatício (sem) e realizada para terceiros	Critério 3: Vínculo empregatício (sem) e realizada para a família
10 a 13 anos	Sim	Não se aplica	Não se aplica
14 a 15 anos	Não se aplica	Sim	3 dias na semana, por mais de 4h/dia
16 a 17 anos	Não se aplica	Sim	Mais de 4 dias na semana, por mais de 2h/dia

Quadro 32 – Informações complementares da análise de situações irregulares na atividade administrativa
Na rua ou por menor de 13 anos **Realiza para a família**

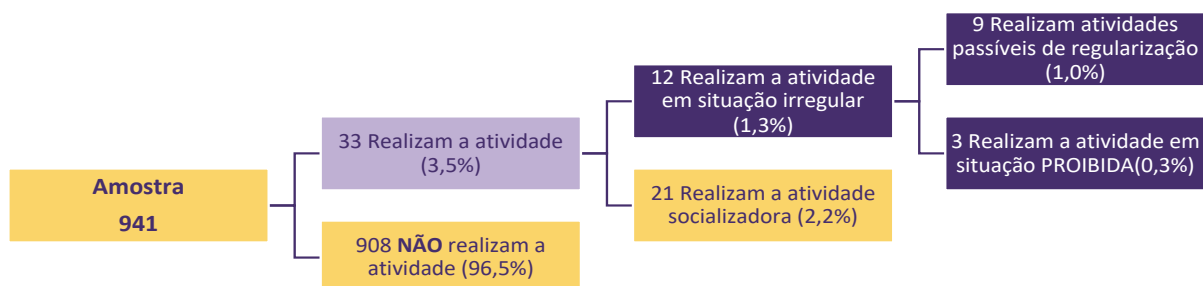
TOTAL: 3 CASOS

Observação: A legislação brasileira não permite a realização de qualquer trabalho antes da idade mínima permitida – de 16 anos, exceto na condição de aprendiz que é de 14 anos – e também exige a vinculação empregatícia, ou seja, o registro em Carteira de Trabalho para menores de 18 anos. No mesmo sentido a Consolidação das Leis de Trabalho também proíbe o trabalho nas ruas.

TOTAL: 8 CASOS

Observação: A legislação brasileira não permite a realização de qualquer trabalho antes da idade mínima permitida – de 16 anos, exceto na condição de aprendiz que é de 14 anos – e também exige a vinculação empregatícia, ou seja, o registro em Carteira de Trabalho para menores de 18 anos. Assim, mesmo que o trabalho não seja permanente, ou tenha pequena carga horária, ou seja, em determinada época do ano, se ele não tiver preenchido ambos os requisitos – de idade mínima e do registro formal – será considerado trabalho infantil, por ser informal e irregular

Quadro 33 – Realização das atividades administrativas



O perfil fica um pouco comprometido pois são poucos casos, porém observa-se a tendência de serem adolescentes de 16 a 17 anos (41,7%), sem distinção de sexo, porque ambos tiveram 50% em cada.

Tabela 145 – Faixa etária dos entrevistados

Faixa etária	Obs.	(%)	
De 10 a 13 anos	3	25,0%	
De 14 a 15 anos	4	33,3%	
De 16 a 17 anos	5	41,7%	
Realizam a atividade em situação irregular	12	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tabela 146 – Sexo dos entrevistados

Sexo	Obs.	(%)	
Feminino	6	50,0%	
Masculino	6	50,0%	
Realizam a atividade em situação irregular	12	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Em apenas 16,7% as situações de trabalho irregular acontecem em outro município, a maioria delas acontece em Ribeirão das Neves (83,3%).

Tabela 147 – Município de realização das atividades de escritório em situação de trabalho irregular

Município	Obs.	(%)	
Ribeirão das Neves	10	83,3%	
Outro município	2	16,7%	
Realizam a atividade em situação irregular	12	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Para os casos de atividade de escritório, tanto o período da manhã como o da tarde, têm 50% dos casos das atividades em situação irregular.

Tabela 148 – Período do dia que os entrevistados realizam a atividade de escritório em situação de trabalho irregular

Período	Obs.	(%)	
Tarde	6	50,0%	
Manhã	6	50,0%	
Noite	1	8,3%	
Não informado		0,0%	
Realizam a atividade em situação irregular	12	-	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

*Os entrevistados poderiam citar mais de um período

Cruzando as variáveis de dias da semana por tempo dedicado à atividade por dia, tem-se que o tempo entre 2 e 4 horas diárias em outros períodos (férias ou festas) são os quais as crianças e adolescentes mais atuam na atividade (33,3%).

Tabela 149 – Quantidade de dias da semana versus quantidade de horas por dia que os entrevistados realizam a atividades de escritório em situação de trabalho irregular

Horas	Até dois dias na semana		3 dias na semana ou mais		Outros períodos		Realizam a atividade em situação irregular	
	Obs.	(%)	Obs.	(%)	Obs.	(%)	Obs.	(%)
Pelo menos uma hora por dia	2	16,7%		0,0%		0,0%	2	16,7%
de 2 a 4 horas por dia	3	25,0%	2	16,7%	4	33,3%	9	75,0%
5 horas ou mais por dia	1	8,3%	3	25,0%		0,0%	4	33,3%
Realizam a atividade em situação irregular	6	50,0%	5	41,7%	4	33,3%	12	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

*Os entrevistados poderiam citar além dos dias da semana o período de férias ou festivo

Para as crianças e adolescentes que trabalham em escritórios investigou-se a questão da interferência nos estudos, e 100% afirmou que não, a atividade não atrapalha na escola.

Tabela 150 – Entrevistados que consideram que a atividade de escritório em situação de trabalho irregular atrapalha os estudos

Resposta	Obs.	(%)
Não	12	100,0%
Sim	0	0,0%
Às vezes	0	0,0%
Realizam a atividade em situação irregular	12	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Como já comentado, o perfil de atuação também fica comprometido pelo pouco número de casos encontrados na atividade, e, em específico nesta atividade, nem a tendência consegue se observar. Temos que 50% diz receber dinheiro e outros 50% não; o vínculo empregatício também se divide em quatro categorias, sendo a mais representativa com apenas 33,3% que são os que realizam como "bicos" a atividade. As atividades são realizadas ou em uma loja ou em um escritório, as duas citadas com 50% cada. A única característica que se sobressai, ainda de forma discreta é o motivo, no qual 50% afirmam que é para ter uma ocupação, e outros 41,7% afirmam que é para ajudar a família.

Especificando o valor recebido, lembrando que só seis entrevistados em situação de trabalho irregular afirmaram receber dinheiro pela atividade, em média esses 6 recebem R\$ 335,00 por mês, sendo que o que menos recebe ganha R\$100,00 por mês e o que mais recebe ganha R\$ 500,00 por mês.

Tabela 151 – Entrevistados que recebem dinheiro pela atividade de escritório em situação de trabalho irregular

Recebe dinheiro	Obs.	(%)	
Não	6	50,0%	
Sim	6	50,0%	
Realizam a atividade em situação irregular	12	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tabela 152 – Vínculo empregatício dos entrevistados que realizam as atividades de escritório em situação de trabalho irregular

Vínculo	Obs.	(%)	
Não, é uma atividade que faço por conta própria (bicos)	4	33,3%	
Não, é uma atividade que faço para a minha família	3	25,0%	
Não, é uma atividade que faço para amigos	3	25,0%	
Sim, mas não tenho nem carteira assinada e nem contrato de trabalho, é um acordo de trabalho informal na empresa/loja/comércio/serviço em que trabalho	2	16,7%	
Realizam a atividade em situação irregular	12	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tabela 153 – Local de maior frequência em que os entrevistados realizam as atividades de escritório em situação de trabalho irregular

Local	Obs.	(%)	
Em uma loja, em uma barraca da feira, restaurante, lanchonete ou outro comércio	6	50,0%	
Em um escritório, consultório, hotel ou em outro local que presta serviços	6	50,0%	
Realizam a atividade em situação irregular	12	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Tabela 154 – Motivos alegados pelos entrevistados para realizarem as atividades de escritório em situação de trabalho irregular

Motivo	Obs.	(%)	
Ter uma ocupação	6	50,0%	
Ajudar a família	5	41,7%	
Ter meu dinheiro	4	33,3%	
Não ficar sozinho em casa	1	8,3%	
Realizam a atividade em situação irregular*	12	-	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

*Um respondente poderia citar mais de uma alternativa

9.1.2. MAPA DE CALOR DA INCIDÊNCIA DE TRABALHO IRREGULAR POR REGIÃO

A figura a seguir evidencia as regiões com mais incidência por atividades. As regiões 1 e 8 são as que mais têm casos de atividade irregular ou trabalho infantil e destacam-se nas atividades:

Região 1: envolvimento com drogas; exploração sexual de crianças e adolescentes; lavagem de carros, serviços gerais ou outros; trabalhos manuais; e, atividades domésticas.

Região 8: atividade de escritório; atividade de vendas ou atendimento; coleta de material reciclável; lavagem de carros ou outros; Atividade rural; cuidar de crianças; trabalhos manuais.

Tabela 155 – Ilustração das atividades que mais se destacam nas regiões

Atividades por região											
Região	Exploração sexual de crianças e adolescentes	Envolvimentos com droga	Atividade de escritório	Atividade de vendas ou atendimento	Coleta de material reciclável	Lavagem de carros ou outros	Atividades rurais	Cuidar de crianças	Trabalhos manuais	Atividade doméstica	Indicador geral de Trabalho Infantil
Região 1	2,3%	3,5%	1,2%	5,8%	4,7%	12,8%	2,3%	17,4%	5,8%	45,3%	70,9%
Região 2	1,9%	9,3%	0,9%	6,5%	0,9%	5,6%	2,8%	15,7%	1,9%	28,7%	56,5%
Região 3	0,0%	1,8%	0,0%	5,3%	8,8%	1,8%	3,5%	19,3%	1,8%	26,3%	47,4%
Região 4	0,0%	0,8%	0,0%	4,6%	7,6%	5,3%	6,1%	29,8%	0,8%	11,5%	48,1%
Região 5	4,3%	2,9%	1,4%	17,1%	11,4%	7,1%	0,0%	30,0%	0,0%	12,9%	58,6%
Região 6	1,1%	1,1%	0,0%	6,5%	10,8%	3,2%	1,1%	21,5%	1,1%	8,6%	39,8%
Região 7	0,0%	2,0%	0,0%	6,9%	13,7%	4,9%	2,9%	17,6%	1,0%	16,7%	50,0%
Região 8	0,0%	1,5%	4,5%	18,0%	15,8%	7,5%	6,8%	32,3%	2,3%	21,1%	60,9%
Região 9	1,9%	1,9%	1,9%	7,5%	10,6%	3,1%	9,9%	29,8%	1,2%	26,7%	60,2%
Realizam a atividade em situação irregular	1,2%	2,7%	1,3%	8,7%	9,6%	5,6%	4,7%	24,7%	1,7%	21,8%	55,2%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

* Como uma criança ou adolescente pode realizar mais de uma atividade, a tabela não tem somatória e sim essa linha de situação geral que indica se a criança ou o adolescente está ou não em situação irregular pelo menos em uma atividade

9.1.3. MATRIZ DE CORRELAÇÃO DAS SITUAÇÕES DE TRABALHO IRREGULAR

A matriz de correlação a seguir mostra a correlação dos tipos de atividades com os indicadores de percentual de adolescentes responsáveis por domicílio, RDJ, atividade de contraturno e de renda per capita até 1/4 SM. Tem-se com a matriz de correlação que o indicador de trabalho infantil está mais correlacionado com as atividades de lavagem de carros ou outros (78%) e com as atividades domésticas (75,4%). A matriz também mostra indícios de quanto maior o percentual de trabalho em atividades rurais e em coleta de material reciclável, menor a participação em atividades em contraturno, -46,6% e -47,5%.

Tabela 156 – Matriz de correlação das incidências das atividades por região com indicadores da região

	(%) Exploração sexual de crianças e adolescentes	(%) Envolvimentos com droga	(%) Atividades de escritórios	(%) Atividades de vendas ou atendimento	(%) Coleta de material reciclável	(%) Lavagem de carros ou outros	(%) Atividades rurais	(%) Cuidar de crianças	(%) Trabalhos manuais	(%) Atividade Doméstica	(%) Trabalho infantil	(%) em Contraturno	(%) RDJ	(%) Responsáveis
(%) Envolvimentos com droga	36,2%													
(%) Atividades de escritórios	8,6%	0,0%												
(%) Atividades de vendas ou atendimento	34,5%	-8,8%	77,6%											
(%) Coleta de material reciclável	-26,1%	-73,4%	39,3%	57,1%										
(%) Lavagem de carros ou outros	38,7%	20,6%	35,3%	25,7%	-20,8%									
(%) Atividades rurais	-40,0%	-25,3%	42,1%	-4,9%	20,2%	-22,9%								
(%) Cuidar de crianças	8,2%	-51,8%	57,1%	61,8%	56,1%	-5,1%	50,3%							
(%) Trabalhos manuais	2,5%	20,3%	18,8%	-21,1%	-39,1%	71,8%	-2,0%	-40,7%						
(%) Atividade doméstica	16,6%	42,5%	18,8%	-22,6%	-51,4%	54,5%	12,4%	-42,7%	87,4%					
(%) Trabalho infantil	47,2%	31,4%	58,9%	33,4%	-18,5%	78,0%	18,8%	10,0%	64,5%	75,4%				
(%) em Contraturno	61,4%	49,5%	10,1%	11,6%	-47,5%	64,9%	-46,6%	-17,4%	38,7%	21,9%	37,0%			
(%) RDJ	24,5%	4,0%	-9,1%	0,0%	-29,6%	-5,6%	19,5%	51,8%	-39,7%	-32,8%	-5,9%	14,4%		
(%) Responsáveis	-38,8%	54,7%	-21,7%	-28,8%	-49,8%	14,1%	-29,2%	-58,1%	22,9%	18,4%	-10,4%	9,3%	-6,4%	
(%) Domicílios com renda per capita até 1/4 SM	-43,2%	-21,9%	-6,9%	-16,3%	-15,7%	-22,7%	30,9%	36,3%	-17,2%	-23,6%	-30,6%	-27,2%	64,3%	28,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

* Como uma criança ou adolescente pode realizar mais de uma atividade, a tabela não tem somatória e sim essa linha de situação geral que indica se a criança ou o adolescente está ou não em situação irregular pelo menos em uma atividade

9.2. MAPA SOCIAL DAS SITUAÇÕES DE TRABALHO REGULARES

32,9% dos entrevistados realizam atividade regular, sendo a maioria na Região 6, 50,5%. A que possui o menor percentual de entrevistados realizando atividade em situação regular é a Região 1, com apenas 12,8%.

Tabela 157 – Região dos entrevistados em situação de trabalho regular na amostra*

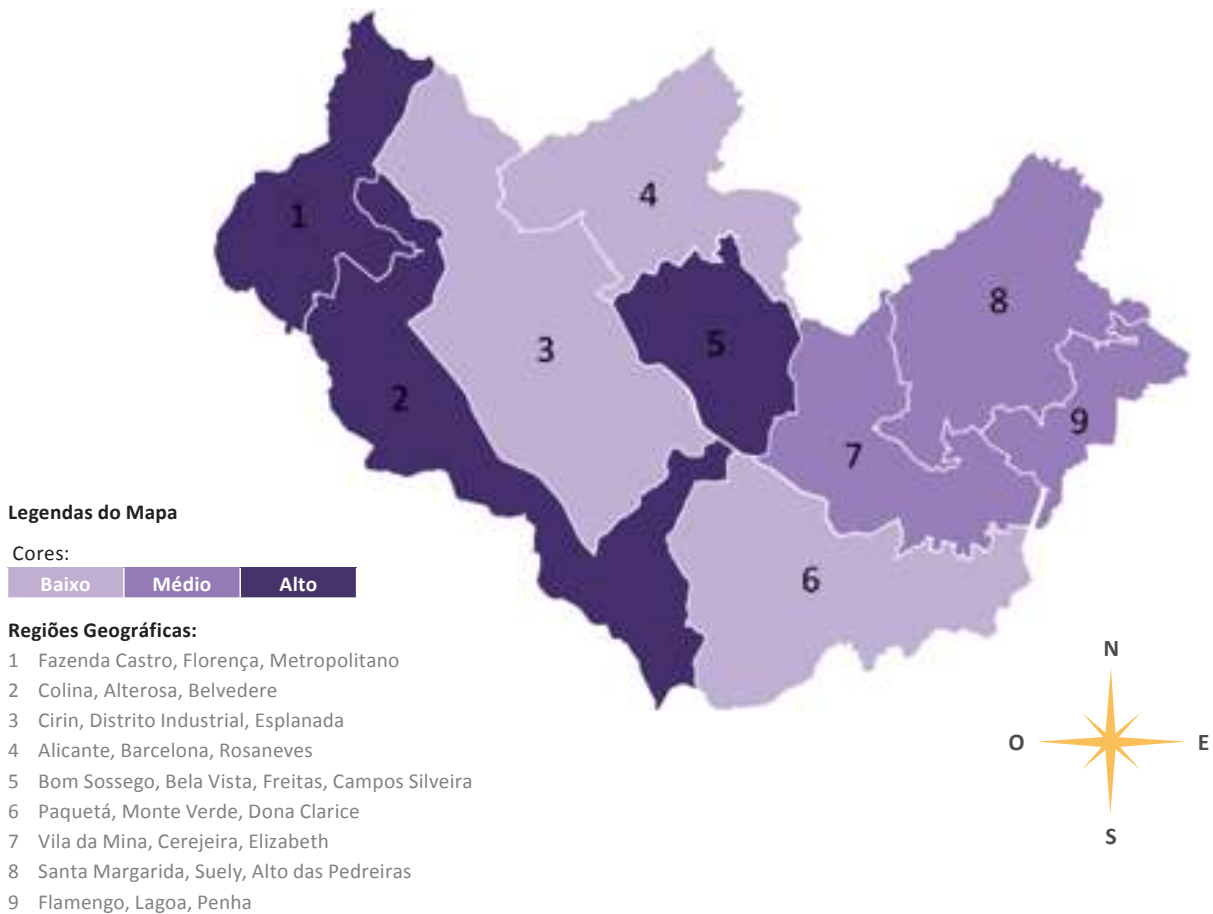
Região Geográfica	Obs.	Amostra	(%) Indicador	Menor Valor	Região 1	12,8%
				Média	Ribeirão das Neves	32,9%
				Maior Valor	Região 6	50,5%
Região 6	47	93	50,5%			
Região 3	28	57	49,1%			
Região 4	58	131	44,3%			
Região 8	45	133	33,8%			
Região 7	33	102	32,4%			
Região 9	50	161	31,1%			
Região 5	21	70	30,0%			
Região 2	17	108	15,7%			
Região 1	11	86	12,8%			
Realizam a atividade em situação regular	310	941	32,9%			

**Diferença:
2,9 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

*Nesse caso os maiores valores são resultados positivos e os baixos, negativos.



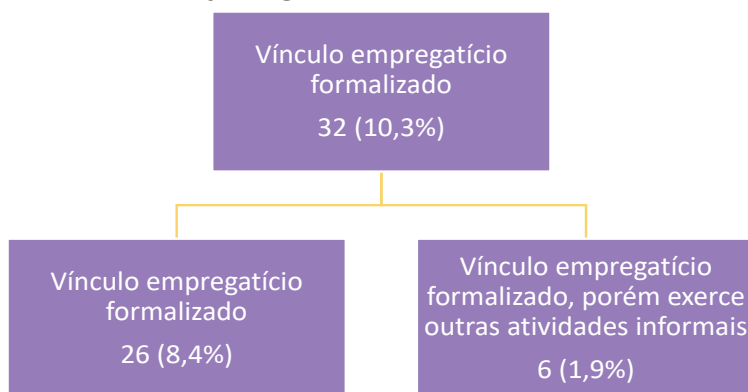
Nas situações de trabalho apontadas como regulares, a análise foi classificada conforme os grupos nos Quadros abaixo:

Quadro 34 – Classificação da situação regular de trabalho

- 1) Atividade socializadora:** é realizada em âmbito familiar ou doméstico, com caráter educativo e de responsabilização – como tarefas e afazeres da rotina da família, de cunho colaborativo, como ajudar a lavar a louça, arrumar a cama, dentre outros – desde que a natureza, responsabilização, frequência e tempo dedicados ao seu desempenho sejam compatíveis com a idade e o processo de desenvolvimento da criança ou adolescente;
- 2) Vínculo empregatício formalizado:** quando a atividade realizada está devidamente legalizada, mediante vínculo formal de trabalho com carteira assinada e/ou participação no Programa Jovem Aprendiz;
- 3) Vínculo empregatício formalizado, porém exerce outras atividades:** quando o adolescente realiza atividade com vínculo formal de trabalho, porém, exerce outra(s) atividade(s), atribuindo um caráter irregular à situação, em virtude de ultrapassar o tempo fixado nos critérios de análise.

Com base nestas segregações, as situações regulares foram classificadas, produzindo o retrato panorâmico a seguir.

Quadro 35 – Panorama da situação regular de trabalho dos entrevistados



Dos 310 entrevistados que estão em situação de trabalho regular, 10,3% tem vínculo empregatício, e outros 89,7% realizam atividades socializadoras. É importante ressaltar que os 32 adolescentes que tem vínculo empregatício, em seis casos, exercem outras atividades que poderiam ser consideradas trabalho infantil.

Tabela 158 – Caracterização da situação regular de trabalho dos entrevistados

Tipo de atividade regular	Obs.	(%)	
Atividade socializadora	278	89,7%	
Vínculo empregatício formalizado	32	10,3%	
Total	310	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Esses 310 adolescentes em situação regular, relataram realizar na maioria das vezes atividades domésticas (91,3%).

Tabela 159 – Atividades realizadas pelos entrevistados que estão em situação regular de trabalho, conforme agrupamento dentro da situação

Atividade	Obs.	(%)	
Faço atividades domésticas	283	91,3%	
Cuida de outras crianças e irmãos menores	31	10,0%	
Faço atividades dentro de um escritório (xerox, digitação, office boy, outros)	21	6,8%	
Faço trabalhos manuais ou artesanato	12	3,9%	
Coleta materiais recicláveis (latinhas, papelão, vidros, etc.)	11	3,5%	
Ajudo na lavoura ou na criação de animais/gado/pesca, etc.	7	2,3%	
Faço vendas ou atendimento em lojas, ruas pracinha, (como venda de picolés, doces, etc.)	3	1,0%	
Trabalho com lavagem de carros ou ajudo em oficina de carros, caminhões ou máquinas agrícolas	1	0,3%	
Respondentes	310	-	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

*Um adolescente poderia realizar mais de uma atividade

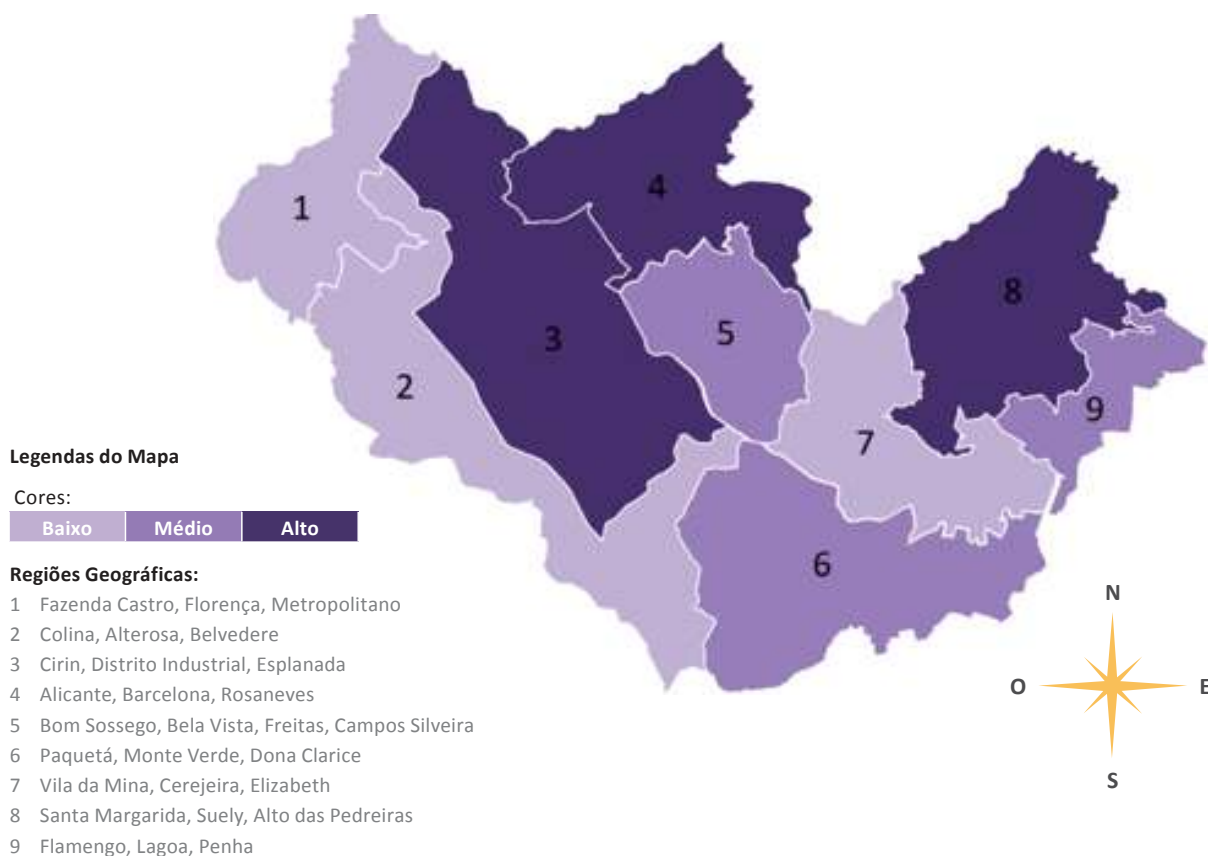
9.3. MAPA SOCIAL DOS ENTREVISTADOS QUE NÃO REALIZAM ATIVIDADE

Aos analisarmos as regiões que apresentam o maior percentual de crianças e adolescentes que não realizam atividades, destaca-se a Região 2, com 27,8% dos entrevistados com uma diferença de 6,9 vezes maior que a Região 3, em que apenas 3,5% dos entrevistados não realizam quaisquer atividades apresentadas anteriormente.

Tabela 160 – Região de residência dos entrevistados que não trabalham

Resposta	Cit.	Amostra	(%) Indicador	Menor Valor	Região 3	3,5%
Região 2	30	108	27,8%	Média	Média	12,0%
Região 7	19	102	18,6%	Maior Valor	Região 2	27,8%
Região 1	14	86	16,3%	Diferença: 6,9 vezes É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões		
Região 5	8	70	11,4%			
Região 6	9	93	9,7%			
Região 9	14	161	8,7%			
Região 4	10	131	7,6%			
Região 8	7	133	5,3%			
Região 3	2	57	3,5%			
Não realizam atividade	113	941	12,0%			

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.



Os que não realizam atividade estão na maioria focando nos estudos (39,1%) ou acreditam não ter idade para trabalhar (32,6%) e 16,7% estão procurando algum trabalho.

Tabela 161 – Motivo pelo qual os entrevistados não realizam atividade

Motivo	Citações	(%)	
Estou focado nos estudos	54	39,1%	
Não tenho idade para realizar nenhuma atividade	45	32,6%	
Estou procurando, mas não acho nada.	23	16,7%	
Meus pais não deixam	16	11,6%	
Total	113	-	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

*Um respondente poderia citar mais de uma atividade

Os 23 entrevistados que estão procurando emprego alegam que o principal motivo (87,0%) é ter seu próprio dinheiro.

Tabela 162 – Motivo pelo qual os entrevistados procuram emprego

Motivo	Citações	(%)	
Ter meu dinheiro	20	87,0%	
Ajudar a família	2	8,7%	
Ter uma ocupação	1	4,3%	
Não informado	0	0,0%	
Total	23	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

E os dois motivos principais de não encontrar emprego, segundo os entrevistados, são: falta de vagas, citada por 47,8%, e não ter qualificação profissional, citada por mais 43,5%.

Tabela 163 – Motivo pelo qual os entrevistados alegam não acharem emprego

Motivo	Citações	(%)	
Faltam vagas	11	47,8%	
Não tenho qualificação profissional	10	43,5%	
As vagas exigem experiência	4	17,4%	
Faltam vagas	2	8,7%	
Sou muito novo	2	8,7%	
Total	23	-	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

*Um entrevistado poderia citar mais de uma atividade

10. O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

Aos entrevistados de 14 a 17 anos foi perguntado sobre o Programa Jovem Aprendiz, e 88,4% afirmou não ter participado do programa e 11,6% afirmou já ter participado ou ser atualmente um jovem aprendiz.

Tabela 164 – Participação dos entrevistados no Programa Jovem Aprendiz

Participação no Programa	Citações	(%)
Não	412	88,4%
Atualmente sou jovem aprendiz	34	7,3%
Já fui jovem aprendiz	20	4,3%
Total de 14 a 17 anos	466	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Dos 412 entrevistados que não participaram do programa, 54,6% afirmaram que já tentaram, mas não conseguiram vagas. A minoria, 6,8%, nunca ouviu falar.

Tabela 165 – Justificativa de não participação no Programa Jovem Aprendiz

Justificativa	Citações	(%)
Conheço o programa, mas nunca procurei/me interessei	159	38,6%
Já tentei, mas não consigo achar vaga	225	54,6%
Nunca ouvi falar do Programa Jovem Aprendiz	28	6,8%
Total	412	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Aos que já atuaram, perguntou-se onde realizam o programa e destes 55,0% afirmou que foi em Ribeirão das Neves.

Tabela 166 – Local de atuação dos entrevistados de 14 a 17 anos no Programa Jovem Aprendiz

Município	Citações	(%)
Ribeirão das Neves	11	55,0%
Outros municípios	9	45,0%
Total	20	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

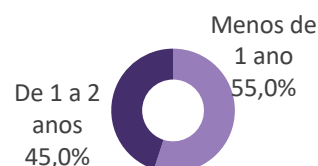


Dos 20 entrevistados que já foram participantes do Programa Jovem Aprendiz, 55,5% ficaram menos de um ano.

Tabela 167 – Tempo de atuação dos entrevistados de 14 a 17 anos no Programa Jovem Aprendiz

Tempo	Citações	(%)
Menos de 1 ano	11	55,0%
De 1 a 2 anos	9	45,0%
Total	20	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.



O motivo da saída foi em 55% o final de contrato. E em outros 25% o fato que eles não gostaram da atividade.

Tabela 168 – Justificativa dos entrevistados que não estão mais no Programa Jovem Aprendiz

Justificativa	Citações	(%)	
Acabou meu contrato	11	55,0%	
Não gostei da atividade	5	25,0%	
Consegui outro emprego	1	5,0%	
Não tenho condições financeiras de transporte	1	5,0%	
Atrapalhou meus estudos	1	5,0%	
A empresa cancelou o contrato	1	5,0%	
Total	20	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

O ramo de atuação principal dos jovens aprendizes é o de comércio, em 44,4% dos casos. A área de serviços representa 22,2% e as indústrias ou fábricas 18,5%.

Tabela 169 – Setor em que os entrevistados de 14 a 17 anos atuaram pelo Programa Jovem Aprendiz

Setor	Citações	(%)	
Comércio	24	44,4%	
Serviços (Restaurantes, banco, escritórios, hospital)	12	22,2%	
Indústria/Fábrica	10	18,5%	
Construção Civil	2	3,7%	
Hotelaria/turismo	2	3,7%	
Setor Público	1	1,9%	
Transporte	1	1,9%	
Mineração	0	0,0%	
Não sei responder	2	3,7%	
Total	54	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

A nota média do programa é 7,7, sendo que 13% deu nota 6 ou inferior, e 29,6% nota 10.

Tabela 170 – Nota que os entrevistados de 14 a 17 anos deram ao Programa Jovem Aprendiz

Nota	Citações	(%)	
Nota inferior a 6	7	13,0%	
Nota 7	13	24,1%	
Nota 8	12	22,2%	
Nota 9	6	11,1%	
Nota 10	16	29,6%	
Total	54	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

A justificativa das notas 6 ou inferiores na maioria das vezes não foi informada (42,9%). A falta de oportunidades ou a falta de vagas estão em segundo lugar, sendo assim o principal motivo, quando declarado (28,6%).

Tabela 171 – Justificativa da nota 6 ou inferior para o Programa Jovem Aprendiz

Justificativa	Citações	(%)	
Não informado	3	42,9%	
Faltam oportunidades/vagas de emprego	2	28,6%	
Baixa remuneração	1	14,3%	
Não gostei do programa/atividade	1	14,3%	
Total	7	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

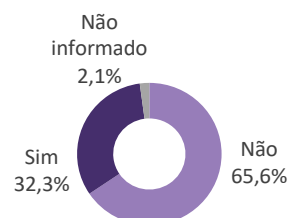
11. ENTREVISTADOS À PROCURA DE EMPREGO

Para todas as crianças e adolescentes foi perguntado se estavam ou não procurando emprego e, a maioria, 65,6%, afirma que não estava. Um total de 32,3% afirmou que sim.

Tabela 172 – Entrevistados que estão procurando outro trabalho

A procura de emprego	Citações	(%)
Não	617	65,6%
Sim	304	32,3%
Não informado	20	2,1%
Total	941	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.



Entre os que estavam procurando emprego, 49% tem entre 16 e 17 anos e também é essa faixa etária que tem maior a representatividade dentro da amostra, 64,2%.

Tabela 173 – Entrevistados que estão procurando trabalho por faixa etária

Faixa Etária	Citações	(%)	Amostra	(%) Amostra
De 10 a 13 anos	48	15,8%	475	10,1%
De 14 a 15 anos	107	35,2%	234	45,7%
De 16 a 17 anos	149	49,0%	232	64,2%
Total	304	100,0%	941	32,3%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Dos que estavam procurando, 74,3% deles querem ter seu dinheiro.

Tabela 174 – Motivo dos entrevistados procurarem trabalho

Motivo	Citações	(%)
Ter meu dinheiro	226	74,3%
Ajudar a família	157	51,6%
Ter uma ocupação	27	8,9%
Ter experiência profissional	1	0,3%
Total	304	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Ainda sobre os que estão procurando emprego, 31,9% alegam que não acham emprego porque faltam vagas e 28,6% acredita ser muito novo.

Tabela 175 – Motivo dos entrevistados que procuram trabalho afirmarem não encontrar

Motivo	Citações	(%)
Faltam vagas	97	31,9%
Sou muito novo	87	28,6%
Não tenho qualificação profissional	55	18,1%
As vagas exigem experiência	33	10,9%
Não procurei muito	9	3,0%
Aguardando retorno	2	0,7%
Não sei responder	1	0,3%
Total	304	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

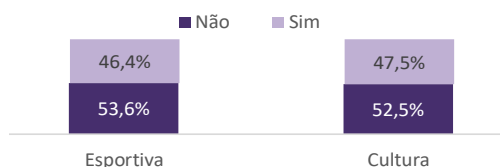
11.1. DEMANDAS POR ATIVIDADES E OFICINAS DE ESPORTE, CULTURA, LAZER E PROFISSIONALIZAÇÃO

Foi questionado aos entrevistados, tanto para os que já realizam alguma atividade, quanto para os que não realizam, se eles gostariam de ter oportunidade de participar de algum curso ou oficina, com o objetivo de auxiliar o poder público no direcionamento e planejamento de recursos públicos, já que a oferta de atividades de contraturno é uma das formas de combate ao trabalho infantil. Dos que já realizam alguma atividade, em média 47% afirmou que gostaria de participar de outras. Para os que praticam atividade esportiva esse percentual foi de 46,4%, e na atividade cultural de 47,5%.

Tabela 176 – Entrevistados que realizam uma atividade e gostariam de realizar mais atividades

Gostaria de realizar?	Esportiva		Cultura	
	Citações	(%)	Citações	(%)
Não	135	53,6%	62	52,5%
Sim	117	46,4%	56	47,5%
Total	252	100,0%	118	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

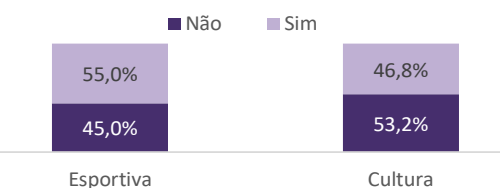


Dos que não realizam nenhuma atividade o percentual que pretende realizar é maior, 55,0% no caso das esportivas. No caso da cultura é praticamente igual, 46,8%.

Tabela 177 – Entrevistados que NÃO realizam uma atividade e gostariam de realizar alguma atividade

Gostaria de realizar?	Esportiva		Cultura	
	Citações	(%)	Citações	(%)
Não	310	45,0%	437	53,2%
Sim	379	55,0%	385	46,8%
Total	689	100,0%	822	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.



O Futebol (campo, salão ou rua) é pretendido pela maioria (34,5%). Em segundo a natação, citada por 28,6% dos entrevistados que gostariam de realizar alguma atividade esportiva. Em terceiro e quarto lugares, com mais citações, estão as lutas (Judô, boxe, karatê, capoeira, taekwondo) e danças, ambas com aproximadamente 14% de citações cada.

Tabela 178 – Esporte que gostaria de realizar

Esporte	Cit.	(%)
Futebol (campo, salão ou rua)	171	34,5%
Natação	142	28,6%
Lutas (Judô, boxe, karatê, capoeira, taekwondo)	73	14,7%
Dança	66	13,3%
Vôlei	60	12,1%
Bicicleta	36	7,3%
Skate	31	6,3%
Basquete	29	5,8%
Musculação	19	3,8%
Atletismo	12	2,4%
Tênis de mesa	5	1,0%
Parkour	1	0,2%
Respondentes	496	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

A principal atividade cultural de interesse dos entrevistados está relacionada com instrumentos musicais, a qual correspondem à 32,7%. Interessante observar que a segunda maior alternativa mencionada foi o canto ou aulas de músicas, com 21,5%, a qual tem relação com a primeira alternativa.

Tabela 179 – Atividade cultural que gostaria de realizar

Atividade cultural	Cit.	(%)	
Aulas de instrumentos musicais (violão, piano, violino, etc.)	144	32,7%	
Aulas de música/canto	95	21,5%	
Teatro	89	20,2%	
Línguas estrangeiras	86	19,5%	
Artes/pintura e desenho	69	15,6%	
Cinema	27	6,1%	
Dança	18	4,1%	
Leitura	14	3,2%	
Circo	10	2,3%	
Museu	6	1,4%	
Coral	4	0,9%	
Trabalhos manuais/bordados	1	0,2%	
Respondentes	441	-	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

*Um respondente poderia citar mais de uma atividade

No que diz respeito aos cursos profissionalizantes, dos entrevistados que responderam à pergunta, 84,1% afirmou ter interesse em realizá-lo.

Tabela 180 – Entrevistados que gostariam de realizar algum curso profissionalizante

Fazer curso	Citações	(%)
Não	55	15,9%
Sim	290	84,1%
Total	345	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.



Dos cursos que pretendem fazer, o de informática é o mais citado pelos interessados, 57,6%. Outro curso também bastante citado é o de idiomas, citado por 34,1%.

Tabela 181 – Tipo de curso que os entrevistados gostariam de fazer

Tipo de curso	Cit.	(%)	
Informática	167	57,6%	
Curso de idiomas	99	34,1%	
Curso de artes (música, teatro e dança)	49	16,9%	
Administrativos	34	11,7%	
Curso Técnico	30	10,3%	
Curso de estética/cabelo/manicure	4	1,4%	
Desenho	2	0,7%	
Robótica	2	0,7%	
Aplicativo de jogos	1	0,3%	
Automação	1	0,3%	
Designer	1	0,3%	
Fotografia	1	0,3%	
Mecânica automotiva	1	0,3%	
Mestre de obras	1	0,3%	
Panificação	1	0,3%	
Programação	1	0,3%	
Total que não faz curso	290	-	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

12. ANÁLISE CONCLUSIVA DA PESQUISA DE PERCEPÇÃO NA PERSPECTIVA DO PETI

Segundo a classificação de atividades pelo PETI, percebe-se em cada região tendências de trabalho diferentes. O trabalho nas ruas, apesar de aparecer em várias regiões mostra-se mais forte na Região 7 e 8 (mais de 12% em cada). O trabalho em atividades ilícitas também se destaca na Região 2 com 19,7%. Os trabalhos informais ou eventuais se destacam na Região 5 e 8, com 39,0% e 40,7% respectivamente; O trabalho penoso, perigoso ou insalubre se destaca na Região 3 e 9, aproximadamente 29% nas duas regiões e, por último a atividade doméstica, mais realizada na própria casa se sobressai nas Regiões 3 e 9, com aproximadamente 80% em cada.

Tabela 182 – Situações irregulares de trabalho por região, classificadas segundo critérios do PETI

Região	Trabalho realizado nas ruas		Trabalho em atividades ilícitas		Trabalho informal ou eventual		Trabalho penoso, perigoso e insalubre		Trabalho infantil doméstico para terceiros		Trabalho infantil doméstico na própria casa		Situações de trabalho irregular*
Região 1	2	3,3%	5	8,2%	17	27,9%	5	8,2%	0	0,0%	44	72,1%	61
Região 2	2	3,3%	12	19,7%	14	23,0%	4	6,6%	0	0,0%	39	63,9%	61
Região 3	1	3,7%	1	3,7%	5	18,5%	8	29,6%	1	3,7%	22	81,5%	27
Região 4	1	1,6%	1	1,6%	13	20,6%	15	23,8%	0	0,0%	47	74,6%	63
Região 5	3	7,3%	4	9,8%	16	39,0%	7	17,1%	0	0,0%	25	61,0%	41
Região 6	2	5,4%	2	5,4%	9	24,3%	10	27,0%	0	0,0%	23	62,2%	37
Região 7	7	13,7%	2	3,9%	11	21,6%	12	23,5%	1	2,0%	30	58,8%	51
Região 8	10	12,3%	2	2,5%	33	40,7%	20	24,7%	2	2,5%	55	67,9%	81
Região 9	6	6,2%	4	4,1%	20	20,6%	27	27,8%	3	3,1%	77	79,4%	97
Total	34	6,6%	33	6,4%	138	26,6%	108	20,8%	7	1,3%	362	69,7%	519

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração desta pesquisa social no município de Ribeirão das Neves, de forma científica e cartográfica, permitiu uma ressignificação no âmbito dos direitos da criança e do adolescente para a gestão municipal e para os colaboradores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, uma vez que identificou com precisão os territórios com maior incidência de situações de trabalho infantil.

É certo que os direitos fundamentais previstos pela Constituição Federal e reforçados pelo ECA, possuem caráter de universalidade, indivisibilidade, interdependência e complementariedade (Mendes, 2008). Por isso, a estruturação do questionário das pesquisas de percepção, e a estratificação da amostra por região territorial tiveram por objetivo investigar a fundo o tema do trabalho infantil no município, priorizando a participação de crianças e adolescentes para – não só investigar as situações e números de trabalho infantil – mas para ouvi-los, para que a partir de seus interesses, dificuldades e necessidades participem de forma ativa e consultivamente nos processos de formulação, deliberação, monitoramento e avaliação de políticas públicas a eles direcionadas, em consonância com a Resolução 191/2017 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

Extraí-se da análise de toda a pesquisa, que cerca de 55,1% dos entrevistados estão em situação irregular de trabalho com destaque para faixa etária de 10 a 13 anos (46,9%) (50,5%), já que o trabalho nesta faixa etária é tido como proibido pela legislação vigente. Aprofundando a análise, em 24,5% poderá haver a regularização, e em 30,6% das situações mapeadas existem indícios¹¹ de serem caracterizados como trabalho infantil, já que são realizados em circunstâncias proibidas pelas normas e legislação vigente.

Quando desdobradas tais situações por tipo de atividade, constata-se que a maior incidência de irregularidade foi identificada em atividades de cunho doméstico¹², como atividade cuidar de crianças e/ou irmãos menores (16,4%), seguido do trabalho de venda ou atendimento (8,9%) e das atividades com coleta de materiais reciclados (8,7%). Destaca-se ainda que as formas ilícitas de trabalho infantil representam 3,7%, dos quais 1,1% são de exploração sexual de crianças e adolescentes e, 2,6%, de tráfico de drogas. Na mendicância 1% de crianças e adolescentes estão envolvidos. Importante ressaltar que um adolescente pode vir a realizar mais de uma atividade ou situação de fragilidade social, já que foram abordados individualmente 11 (onze) diferentes tipos no

11 Ressalta-se que a análise foi realizada de acordo com as respostas e declarações das crianças e adolescentes entrevistados.

12 Não necessariamente familiar, já que tais atividades podem ser realizadas para terceiros, o que é expressamente proibido para menores de 18 anos, nos termos da Lei nº 150/2015, ou em ambiente familiar quando ultrapassados critérios de frequência e de responsabilização que não condizem com a idade e desenvolvimento da criança ou adolescente.

questionário, e que, uma por uma, foi questionado ao entrevistado se ele a realizava ou não.

A Região 6 aparece com a maior incidência de situações de Trabalho irregular no município, com 70,9%. Em seguida, também são apresentadas a disposição de tais situações por região e por tipo de atividade, de modo a mapear as áreas que apresentam números e indicadores sociais mais críticos por atividade, propiciando a identificação das localidades com crianças e adolescentes expostos às situações de fragilidades, riscos e de trabalho infantil e traçando seu perfil, para que o poder público possa direcionar, de forma assertiva, ações pontuais para combatê-las.

Sobre as situações regulares, destaca-se que 29,5% trata-se de atividade socializadoras – com cunho educativo de socialização e responsabilização da criança e do adolescente – e que apenas 3,4% possui algum tipo de vínculo empregatício formalizado.

Assim, este Diagnóstico cumpriu com seu propósito, o de expor um retrato situacional do município por território, para que sejam direcionadas assertivamente ações e políticas públicas capazes de promover a transformação social necessária para que a tão sonhada doutrina da proteção integral – que norteia os escritos normativos e legislativos – possa ser efetivamente incorporada à realidade social das crianças e adolescentes.

De imediato, percebeu-se a importância em não só aproximar o poder público, os conselhos de direito e a sociedade civil no que tange o conhecimento da realidade das crianças e adolescentes do município, mas de mobilizar todos os envolvidos a unir forças e trabalhar em conjunto – no discutir, pensar e formular estratégias, ações e políticas públicas de modo mais embasado e focado nas reais necessidades das famílias de Ribeirão das Neves e do fortalecimento da Comissão de Acompanhamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – pois a concretização da transformação social torna-se possível através da articulação e da prática de meios e ações resultantes do pensar coletivo, sem prejuízo da responsabilidade constitucional que foi dirigida a todos – família, sociedade e Estado.

Socialmente, o grande desafio está no rompimento do senso comum que legitima o trabalho infantil e mascara as situações de exploração como benéficas. Em seu discurso em um Seminário da Escola da Magistratura, a ministra Kátia Arruda do Tribunal Superior do Trabalho¹³ refuta três dos principais argumentos utilizados para a defesa da cultura do trabalho infantil. O primeiro, que defende que é melhor a criança trabalhar do que roubar. O segundo, de que trabalhar educa o caráter e o terceiro, de que trabalhando a criança aprende um ofício. Parafraseando a ministra, tais afirmações são “um falso dilema, porque exclui a hipótese correta: estudar”. O trabalho infantil afasta as crianças da escola, acarreta a defasagem educacional, sustenta a exploração, não trazendo

13 Seminário na Escola Judicial do TRT-RS

perspectiva de crescimento e, muitas vezes, servindo de base para o trabalho escravo.

Para os municípios que apresentam alta concentração de trabalho infantil é previsto cofinanciamento por parte do governo federal, repassado mensalmente aos municípios para o PETI. O recurso deve ser utilizado para as atividades previstas nos eixos que compõem as Ações Estratégicas, respeitando o tamanho e porte do município. As normativas do PETI apontam que as ações devem ser realizadas com a participação de todos os setores de políticas, sempre que houver identificação de trabalho infantil.

Desse modo, os projetos e programas já em andamento, executados pela rede socioassistencial, e ofertados pelos entes públicos e organizações da sociedade civil nas áreas da cultura, esporte, assistência social, educação, saúde e profissionalização, são estratégicos para a proteção social de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. Outra fonte de recurso possível é aquela captada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), por meio do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, assim como do Conselho Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal da Assistência Social.

Semelhante a uma orquestra que precisa ser regida para estar melodicamente afinada e harmônica, percebe-se que o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ribeirão das Neves está em processo de afinação, não somente para manter um serviço em consonância com as demandas, mas para que toda a estrutura da rede de atendimento atue efetivamente no reconhecimento de suas potencialidades e no seu fortalecimento, e sobretudo nas fragilidades e necessidades das famílias residentes no município.

14. RECOMENDAÇÕES

- Criar grupo intersetorial entre os atores sociais que compõe o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ribeirão das Neves, em parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para discussão necessária quanto à inserção de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social ou expostas à situação de trabalho infantil nos programas e projetos ofertados no município voltados às atividades culturais, esportivas e profissionalizantes, tanto por instituições governamentais e não governamentais;
- Fortalecer o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), principalmente quanto ao Fundo da Infância e Adolescência (FIA) para captação de recursos e investimentos em projetos que promovam a garantia de direito e acesso a atividades de contraturno e a prevenção das situações de trabalho infantil;
- Orientar os conselheiros municipais de direito no fomento a campanhas junto a pessoas físicas e jurídicas para destinarem parte do imposto de renda para o FIA, conforme preconiza a lei;
- Designar uma pessoa da SMDSC para escrever projetos e captação de recursos;
- Capacitar continuamente os profissionais que atuam na rede de atendimento do município quanto à erradicação do trabalho infantil, de forma a romper o senso comum da legitimação da exploração do trabalho, para que possam multiplicar esse conhecimento às famílias e à sociedade;
- Fomentar e promover campanhas e eventos alusivos ao tema do Trabalho Infantil, nas empresas, escolas, CRAS, CREAS, postos de saúde e demais equipamentos públicos existentes no município, quanto aos malefícios do trabalho precoce e da importância de se trabalhar a garantia de direitos, como o acesso à educação, cultura, esporte, lazer e profissionalização;
- Realizar o levantamento das principais dificuldades em relação à contratação de aprendizes, apontadas pelas empresas sediadas em Ribeirão das Neves e nos municípios no entorno, e pensar estratégias conjuntas para superá-las;
- Criar fóruns de discussão sobre aprendizagem com as empresas do município, objetivando apresentar vantagens da contratação do aprendiz e discutir questões relacionadas ao perfil do adolescente;
- Sensibilizar e fomentar a compreensão por parte da empresa para superação da dificuldade de inserção dos adolescentes e jovens em situação de maior vulnerabilidade ou risco nas vagas de aprendizagem;

- Estabelecer e/ou manter diálogo com MTE para levantamento de dados quanto ao número de vagas ofertadas e de quantas deveriam ser ofertadas pelas empresas do município;
- Observar que a contratação de aprendizes é extensiva às empresas públicas e às sociedades de economia mista. Efetivar a contratação de aprendizes pela SMDSC e ampliar a todo o poder público esta contratação, visto que, com isso, poderia se garantir a contratação de adolescentes e jovens, ampliando o acesso a esse direito aos que estão em situação de maior risco e vulnerabilidade e àqueles que têm maior defasagem escolar (entre outras prioridades, observados os critérios estabelecidos em lei para tal contratação);
- Ampliar a inserção de adolescentes (14 a 17 anos) nos programas de aprendizagem;
- Ampliar a fiscalização das empresas no cumprimento das cotas de aprendizagem para o aumento do percentual da população beneficiada do programa;
- Com o redesenho do PETI, coube aos municípios estruturar a Rede de Proteção contra o Trabalho Infantil. Esse redesenho tem como objetivo articular ações com outras políticas públicas e órgãos do sistema de garantia e defesa de direitos a crianças e adolescentes. Esse redesenho foi instituído para o enfrentamento das novas incidências de trabalho infantil identificadas pelo Censo IBGE 2010.
- Por meio da indicação de trabalhadores de órgãos governamentais e da sociedade civil organizada, os membros têm como função a criação de uma agenda intersetorial de erradicação do trabalho infantil, que articule com as políticas da saúde, educação, esporte, cultura, lazer entre outros.
- É de fundamental importância a participação dos conselheiros tutelares, os agentes de saúde, professores e colaboradores envolvidos e qualificados para atuar no enfrentamento às situações de trabalho infantil vivenciadas no município e identificadas por meio de denúncias ou notificações de órgãos e da sociedade.

15. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acessado em: 15 de agosto de 2018.

Brasil. **Portaria MDSA nº 318, de 12 de dezembro de 2016**. Estabelece normas gerais para o funcionamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/24655254/do1-2016-12-14-portaria-n-318-de-12-de-dezembro-de-2016-24655232.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. CNJ Serviço: O que faz um conselho tutelar? Brasília: 2016. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/83767-cnj-servico-o-que-faz-um-conselho-tutelar>. Acessado em: 30 de julho de 2018.

DANTAS, Danilo Sérgio Moreira. **A nova lei nacional de adoção e as novas diretrizes para a adoção no Brasil, à convivência familiar e garantia dos adotandos**. Disponível em C:\DocumentsandSettings\AdministradorMeusDocumentos0.mht. Acesso em 01 de novembro 2010.

DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. 4. ed. rev. atual. ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

____. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acessado em: 13 de agosto de 2018.

IFDM: **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal** é um estudo do Sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & renda, Educação e Saúde. Criado em 2008, ele é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde.

KALOUSTIAN, Sílvia Manoug (org.). Família Brasileira: a base de tudo. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 51.

____. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm. Acessado em: 13 de julho de 2018.

____. Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8625.htm. Acessado em 07 de agosto de 2018.

LOBO, Paulo Luiz Netto. A repersonalização das relações de família. Abril de 2004.

LÔBO, Paulo. **Famílias**. São Paulo: Saraiva, 2008.

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (org.) Curso de direito da Criança e do Adolescente:

aspectos teóricos e práticos. 6. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

MC/SNAS – Ministério das Cidades e Secretaria Nacional de Assistência Social. **Fluxo para Identificação do Trabalho Infantil (texto para consulta pública)**. Brasília, 2018. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/consulta_publica/Fluxo%20para%20Identifica%C3%A7%C3%A3o%20de%20Trabalho%20Infantil%20para%20Consulta%20P%C3%ABlica.pdf

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social. **Caderno de Orientações Técnicas para o aperfeiçoamento da gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI**. Brasília, 2018.

MDS/CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social e CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social. **RESOLUÇÃO Nº 08, DE 18 DE ABRIL DE 2013**. Dispõe sobre as ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS e o critério de elegibilidade do cofinanciamento federal para os exercícios de 2013/2014 destinado a Estados, Municípios e Distrito Federal com maior incidência de trabalho infantil e, dá outras providências. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2013/resolucoes-cnas-2013/> >. Acesso em 07 de agosto de 2019.

MDS/SNAS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria Nacional da Assistência Social, Departamento de Proteção Social Especial. **Orientação sobre a utilização dos recursos do cofinanciamento das ações estratégicas do PETI pelo Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS**. Brasília, 2015. Disponível em: < http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2015/10/Orienta%C3%A7%C3%B5es_recursos_AEPETI1.pdf >. Acesso em 09 de setembro de 2019.

MENDES, Gilmar Ferreira. COELHO, Inocêncio Mártires. BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 3 ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

<https://blog.viasul.com/ribeirao-das-neves-conheca-as-curiosidades-da-historia-da-cidade/>

<https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/ribeirao-das-trevas-e-a-desconstrucao-dos-estereotipos-em-neves/>

<http://www.agricultura.mg.gov.br/ajuda/story/2842-artesas-de-ribeirao-da-neves-produzem-otimas-opcoes-de-presentes-para-o-natal>

<https://ribeiraodasneves.net/noticias/26-ribeirao-das-neves/historia>

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/01/16/interna_gerais,839731/ribeirao-das-neves-ja-teve-presidio-modelo.shtml

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL – ONU BR. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. 2015. Tradução pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), última edição em 13 de outubro de 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 20/11/2019.



IDEALIZAÇÃO:



REALIZAÇÃO:

painel
Pesquisas e Consultoria
Uma empresa do grupo 3 Elemento.

FINANCIAMENTO:

